

BLOCO DE ESQUERDA LEVAR O PAÍS A SÉRIO



deBatEs#2

XIII CONVENÇÃO

27

28

MAIO

PAVILHÃO CASAL VISTOSO

LISBOA

ÍNDICE

Regulamento do processo preparatório da XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	4
Proposta de regimento para a XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda	8
Propostas de alteração aos estatutos do Bloco de Esquerda aprovadas pela Mesa Nacional	11
Propostas de alteração aos estatutos do Bloco de Esquerda	13
Contributos para os debates da XIII Convenção	24
Moção A: Uma força, muitas lutas	122
Propostas de alteração à Moção A rejeitadas	148
Moção E: Um Bloco plural para uma Alternativa de Esquerda – um desafio que podemos vencer!	152
Contributos das Moções de Orientação	166
Calendário dos Debates	173
Calendário da XIII Convenção	175

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda
Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa
Ano: 2023



REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA XIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional (MN), a 4 de fevereiro de 2023.
2. A XIII Convenção Nacional é convocada para os **dias 27 e 28 de maio de 2023**, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório a COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;
 - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
 - P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
 - P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via e-mail a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Paulo Jorge Vieira, Helena Figueiredo, Bruno Góis e Hugo Evangelista. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um/a representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é **coc.2023@bloco.org**.
5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC,

entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. Os boletins deBatEs #1 e #2 serão publicados no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviados de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os mesmos apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à Sede Nacional. O deBatEs #3 será distribuído na Convenção.
7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. As Moções de Orientação apresentadas à Convenção Nacional deverão ser entregues à COC no dia **27 de fevereiro de 2023**, até às **17 horas**, sendo publicadas no deBatEs #1 a 03 de março, desde que subscritas por um mínimo de 2% do universo de aderentes (194), no pleno uso dos seus direitos à data da entrega das moções à XIII Convenção. As Moções são entregues em **suporte informático** através do e-mail da COC e não podem ultrapassar os **30 mil caracteres** (incluindo espaços), devem incluir a **lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos/às promotores/ras das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 25 de março a 02 de abril de 2023. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por dis-



trito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

10. Até **16 de março**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.
11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia **20 de março** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarão à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
12. Os redatores podem decidir, até **20 de março**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
13. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados para o e-mail da COC **até 19 de março** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
14. Cada moção poderá publicar no boletim deBatEs #2 um texto de debate/contributo que deverá ser enviado para o mail da COC **até dia 19 de março** em suporte informático editável e não ultrapassar os 15 mil caracteres (incluindo espaços).
15. No boletim deBatEs #2, a publicar a **24 de março**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores pontos 11 e 12.
16. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
17. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
18. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

19. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, até **19 de fevereiro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do e-mail da COC.
20. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 26 de fevereiro.
21. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **3 de março**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.
22. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **16 de março**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, em formato editável, para o e-mail da COC e não deverá exceder os dois mil caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
23. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

24. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
25. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
26. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

27. As/os delegadas/os são eleitas/os pelas/os aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às 0h de dia **4 de agosto de 2022**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2023. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
28. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **19, 20 ou 21 de maio**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
29. As e os delegadas/os são eleitas/os na **proporção de 1 delegada/o para 15 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 0h de dia **4 de agosto de 2022**.
30. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
 - a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;
 - b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada, com texto que não ultrapassa os 15 mil caracteres (incluindo espaços), subscrita pelo mínimo de 3 aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.
31. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo se garantir a paridade estatutária.
32. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:
 - a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
 - b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
 - c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes. Exceção-se deste critério a região Autónoma dos Açores, que pela sua especificidade geográfica, poderá formar assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).
33. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.
34. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, até ao dia **21 de março**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por e-mail aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.
35. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:
 - a) O processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.
 - b) As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia **5 de abril**, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio **até dia 14 de abril**. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas, quando estas existirem, serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via e-mail no dia **12 de abril**. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os.
 - c) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é



enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

- d) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.
- e) As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um/a representante para cada mesa eleitoral constituída.
- f) Compete à COC organizar a/s MAE das/os aderentes emigrantes.

36. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.

37. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las à respetiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A XIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

DATA, LUGAR E LEMA

1. A XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 27 e 28 de maio de 2023, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema **"Bloco de Esquerda Levar o país a sério"**.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.
7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIII Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
 - a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às **21h00m** de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

- b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.
10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.
11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.
12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.
13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.
15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.
16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para interven-



ções das/os suas e seus delegadas/ os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

- a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;
- b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;
- c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/ os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.
18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.
19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 7 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.
20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.
21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo

de 7 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.
 - a) As votações em alternativa permitem o voto de abstenção.
24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.
 - a) A votação final das moções terá início às 12h de domingo.
25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.
26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.
27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão



de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 7 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- i. Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h);
- ii. Eleição da Mesa (11h15);
- iii. Alocação de abertura da Convenção (11h30);
- iv. Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50);
- v. Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30, sábado, votação final 12h00 domingo);
- vi. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00 sábado, encerramento às 11h00 domingo);
- vii. Sessão de Encerramento (domingo 12h30).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA

(APROVADAS EM REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE 26 DE FEVEREIRO DE 2023)

ARTIGO 1º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de caráter étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, **de identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais**, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

ARTIGO 4º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento;
- f) Intervir e participar nas organizações de caráter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

NOVO: 3 - Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.



ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 - Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;

~~c) Suspensão de direitos, automática e provisória, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral de outro partido concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo, prévio à exclusão.~~

ARTIGO 10º

MESA NACIONAL

5 – Compete à Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias distritais e regionais **e da Comissão Política**, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à A.R. e às A.L.R., no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. **Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional.** A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

ARTIGO 20º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

5 - (...)

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de **40/60**.

c) Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação e identidade de género de cada aderente.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DO BLOCO DE ESQUERDA

ARTIGO 3º

ADERENTES

1 – (...)

2 – (...)

3 – Onde se lê: “Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas” Passar a ler-se “Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes as Comissões Coordenadoras Concelhias ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais respetivas”

Fundamentação: A proposta relativa ao Artigo 3 retira aos núcleos a capacidade de ratificar novas adesões, acho importante a existência dos mesmos conforme o que está regulamentado, mas tendo em vista que podem fazer parte dos Núcleos cidadãos não aderentes do BE, que os núcleos são órgãos não eleitos, e a gestão de aderentes já não considera válidas decisões de núcleos na ratificação de novos aderentes, acho que a esta alteração clarifica as normas estatutárias.

Subscrevem: Elisabete Susana Vieira da Carvalho, Pedro Miguel Pereira Faria Jorge Duarte Chaves Magalhães, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, Marina Teodoro Romana, Carla Liliana Pais Pires Quintas, Sérgio Alfredo Conceição da Silva e Sousa, Francisco Alves Silva Ramos, Vítor Manuel Mendes Pires, Miguel Afonso Martins, Rui Manuel Lourido Nóvoa, Sónia Paula Magalhães Garrido Sousa, Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva, Diogo Morais Teixeira, José Pedro Fernandes, Paulo Jorge Sousa Guimarães, Fernanda Maria dos Santos Salgado, Amândio Paulo Ribeiro Barbosa, Elsa Mónica Vieira de Moura Silva, António Ribeiro Teixeira, Florentino Paulo Mota da Silva, Dina Nunes.

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – Cada aderente vincula-se **ao concelho e distrito correspondente ao seu recenseamento eleitoral, ou residência em caso de menoridade, podendo, contudo, requerer mudança para o concelho em que trabalhe ou estude.** No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

Fundamentação: Não se ligando a nenhum fator objetivo, a decisão de vinculação a um qualquer concelho presta-se a ser feita e alterada consoante conveniências políticas de momento e pode inclusive deturpar o sentido de processos eleitorais internos. Assim, criar um elemento objetivo que condicione a vinculação é aumentar a transparência.



Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amaru Mestas, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 4º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - (...)

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual. (retirando: «**quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.**»)

3 - O/A funcionário/a do partido, só poderá ser despedido/a com base nas conclusões de um rigoroso inquérito sobre o não cumprimento das funções que lhe estão atribuídas.

Fundamentação: Quanto ao ponto 2., propomos retirar a frase a negrito, seguindo o espírito que consideramos não ser admissível a dispensa do pagamento da quota, seja qual o valor a ser fixado, e em consonância com a proposta de alteração ao nº. 2 do artigo 5º. dos Estatutos. **Quanto ao ponto 3., (nova redação)**, consideramos que o «despedimento» das ou dos funcionários do partido, tem sido procedido sem qualquer inquérito rigoroso, suscitando muitas dúvidas no interior do partido. Pelo que se impõe que sejam devidamente fundamentadas as funções que tenham violadas, para dissipar quaisquer dúvidas.

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Lopes Tomás de Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Carlos Lopes, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto, Luis Gomes, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Manuel Carlos Silva, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 5º

RESPONSABILIDADES DAS E DOS ADERENTES

1 - (...)

2 - (...)

3 - [NOVO] As e os aderentes que sejam eleitas e eleitos para cargos públicos assumem estes cargos enquanto mandatos coletivos sujeitos à decisão democrática dos respetivos órgãos do movimento e estão sujeitos/as ao cumprimento de um código ético aprovado em Mesa Nacional.

Fundamentação: Por um lado, é necessário estatuir a natureza coletiva dos cargos de eleição pública de forma a não deixar margem para que interpretações individualistas se sobreponham ao trabalho em comum. Por outro lado, é necessário que os deveres das eleitas e dos eleitos do Bloco de Esquerda sejam públicos e debatidos abertamente no movimento.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes

ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 – (...)

2 – A competência de aplicação destas medidas é da **Comissão de Jurisdição**, por iniciativa **da Mesa Nacional** ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

a) (...)

3 – (...)

4 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela **Comissão de Jurisdição**.

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até 60 dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da **Comissão de Jurisdição**;

b) (...)

5 – (...)

Fundamentação: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

1 – (...)

2 – (...)

3. (...)

a) (...)

b) O recurso da sanção **tem** efeito suspensivo **até trânsito em julgado do respetivo processo de inquérito**.



4 – Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada por o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados por **2/3** da Mesa Nacional.

1. (...)

2. (...)

5 – (...)

Fundamentação: A alteração proposta quanto ao ponto 4., tem por princípio o fortalecimento do direito de defesa de qualquer aderente, obedecendo ao espírito democrático no que se refere à constituição de uma comissão que tenha uma obrigação merecedora do maior número de membros da Mesa Nacional.

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Marques, Carlos Matias, Carlos Lopes, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higinio Maroto Luis Gomes, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Manuel Carlos Silva, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes, Tomás Jesus.

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

1 – (...)

2 – **[NOVO] O Bloco de Esquerda é um projeto coletivo que recusa no seu âmbito organizativo a existência de órgãos unipessoais. Assim, não tem coordenador ou coordenadora, secretário-geral ou secretária-geral a qualquer nível da sua organização.**

Fundamentação: Apesar de todos os órgãos estatutários serem de natureza colegial, a prática dos últimos anos tem imposto a existência de um órgão supra-estatutário que é o lugar de coordenação e que assume competências e poderes próprios. Esta alteração estatutária pretende clarificar a não existência de qualquer órgão unipessoal vincando o princípio do trabalho coletivo a todos os níveis do partido.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves

São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) (...)

b) (...)

c) **Comissão de Contas**

(...)

Fundamentação: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) (...)
- b) (...)
- c) **Comissão de Jurisdição**

Fundamentação: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 8º

CONVENÇÃO NACIONAL

- 1 – (...)
- 2 – **O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Comissão Organizadora da Convenção, ouvida a Mesa Nacional.**
- 3 – (...)
- 4 – (...)
- 5 – (...)
- 6 – **[NOVO] A Convenção Nacional elege a Comissão Organizadora da Convenção seguinte através de listas propostas por delegados que não estão diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

Fundamentação: Atualmente, a Mesa Nacional, e nela a maioria política cessante, concentra o poder de decisão sobre muitos aspetos da Convenção seguinte em que é parte interessada. Ao contrário da designação da Comissão Organizadora da Convenção pela Mesa Nacional, a sua eleição na Convenção anterior institui uma outra legitimidade, independente, a partir do órgão máximo do movimento.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 9º

COMISSÃO DE DIREITOS

1. (...)

2. **[NOVO] A Comissão de Direitos é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estejam diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.**

Fundamentação: A Comissão de Direitos é eleita na Convenção, mas a apresentação de listas pode estar, não estatutariamente mas nos termos dos regimentos, condicionada às moções. Para além disto limitar a possibilidade de apresentação de listas, faz com que um órgão que à partida deveria ser independente, de forma a analisar e fiscalizar o trabalho dos órgãos e aderentes, seja eleito de acordo sobretudo com o peso das moções nessa convenção.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

a) (...)

b) **Eliminado.**

Fundamentação: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

[NOVO] ARTIGO 10º

COMISSÃO DE CONTAS

1 - A Comissão de Contas é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Analisar e pedir esclarecimentos sobre as contas do Movimento;**
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento.**

2 - A Comissão de Contas é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estejam diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.

3- Os membros da Comissão de Contas não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

Fundamentação: Não há um órgão específico para analisar as contas do partido. Quem o faz neste momento é a Comissão de Direitos. Esta acumula a função com outra absolutamente distinta que é a de analisar recursos disciplinares e disputas de matéria estatutária em última instância. A criação de um novo órgão com estas atribuições permite distinguir dois tipos de competências que não estão relacionadas.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

[NOVO] ARTIGO 10º

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

1 - A Comissão de Jurisdição é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Designar as Comissões de Inquérito;**
- b) Decidir sobre as medidas disciplinares aplicadas às e aos aderentes que violem os Estatutos.**

2 - A Comissão de Jurisdição é eleita em Convenção Nacional através de listas propostas por delegados que não estão diretamente vinculadas às moções de orientação estratégica.

3- Os membros da Comissão de Jurisdição não poderão ser simultaneamente membros da Mesa Nacional, das Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.



Fundamentação: O Bloco não tem um órgão de jurisdição autónomo, estando essas competências nas mãos da Mesa Nacional. A criação deste órgão pela Convenção assegura uma separação de atribuições e previne possíveis conflitos de interesses.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, , Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 12º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)

2 – As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos, **salvo o disposto no artigo seguinte.**

3 – **[NOVO] As Assembleias Concelhias podem decidir não eleger uma Comissão Coordenadora, assegurando de forma coletiva a direção quotidiana do Movimento no seu âmbito.**

(...)

Fundamentação: A criação de Comissões Coordenadoras Concelhias é apenas uma das formas possíveis de organização do trabalho ao nível concelhio. O funcionamento em Assembleia é uma outra forma. Na prática, já vários concelhos trabalham sem Comissão Coordenadora por várias razões. Trata-se aqui, apenas, de possibilitar estatutariamente que aconteça uma situação que, de facto, já acontece.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 13º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – **O orçamento nacional do Movimento prevê verbas que assegurem o funcionamento próprio das Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, que são transferidas diretamente para cada um dos órgãos.**

Fundamentação: A proposta de um **novo ponto, o 4.**, assenta num espírito de descentralização da autonomia financeira, relegando nas Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais, mais poderes financeiros, no estrito cumprimento do disposto na alínea b) do nº. 4 do Artigo 21º. (FINANÇAS)

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higino Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

[NOVO] ARTIGO 15º

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

- 1- **O limite para o exercício de cargos eletivos públicos de representação política é de dois mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**
- 2 – **O limite para o exercício de cargos de direção política nos órgãos nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de quatro mandatos completos consecutivos ou tempo equivalente.**
- 3– **O estatuído na alínea anterior não se aplica se o universo eleitoral for igual ou inferior a 200 aderentes.**
- 4 – **As contagens do tempo de exercício dos cargos eletivos e do número de mandatos referidas no ponto 1 e 2 têm início nos processos eleitorais realizados a partir da XIII Convenção do Bloco.**

Fundamentação: O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direção política.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Mineiro, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes, Vítor Gonçalves.

ARTIGO 15º

DIREITO À INFORMAÇÃO

- 1 - (...)
- 2 - (...)



3 - (...)

4 - (...)

5 – **[NOVO] As e os aderentes têm o direito de transmitir informações e expressar livremente a sua opinião num boletim interno editado, no mínimo, trimestralmente sob a responsabilidade da Comissão Política.**

Fundamentação: O direito à informação não pode ser pensado apenas enquanto o direito passivo a receber informação sobre as decisões tomadas na direção. Deve ser estendido à partilha ativa de informação relevante entre aderentes. Por outro lado, a liberdade de expressão abstrata sem meios de comunicação próprios impede a comunicação de posições entre aderentes e o debate político alargado. Sendo a matriz política do Bloco de Esquerda a pluralidade, um instrumento de debate interno continuado é fundamental para consolidar a democracia interna.

Subscrevem: Aan Gomes Branco, Alexandre Café, Amália Oliveira, Amaru Mestas, Ana Martins, André Marques, António Pereira, António Santos, Carlos Carujo, Carlos Cerqueira, Carlos Palma, Cristina Vareda, Duarte Ferreira, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Nuno Miranda, Paulo Pica, Pedro Cardoso, Samuel Cardoso, Soraia Simões de Andrade, Teresa Ribeiro, Vítor Gomes.

ARTIGO 16º

NÚCLEOS

1 - (...)

2 – A constituição dos Núcleos, **nos termos do número anterior, é ratificada pela** Comissão Coordenadora Concelhia respetiva, ou na ausência desta, **pela** Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, **desde que não se sobreponha a outros pré-existentes no âmbito do mesmo bairro, empresa, freguesia ou concelho.**

3 - (...)

Fundamentação: A proximidade dos/as militantes de forma organizada com populações e trabalhadores, nos bairros, locais de trabalho, freguesias ou concelhos é fundamental para o enraizamento do Bloco. Toda a iniciativa de militantes para o reforço da organização na base deve ser incentivada e apoiada, integrando os núcleos na rede de intervenção política concelhia, distrital e regional. A limitação deve ser a da não sobreposição de núcleos dentro da mesma área geográfica.

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higino Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.

ARTIGO 17º

REFERENDOS

1 – A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a **250** aderentes.

2 - (...)

3 - (...)

4 - (...)

5 - (...)

6 - (...)

7 - (...)

8 - (...)

Fundamentação: A fasquia de 500 aderentes para propor um referendo interno é elevada, tendo em atenção o universo de inscritos no partido. Consideramos justa a redução do número exigido nesta rubrica, a fim de permitir uma maior participação interna, dando azo a que os aderentes intervenham, através de voto direto e secreto, sobre questões relevantes no interior do partido, no sentido de congregar um número expressivo de vontades na defesa dos reais objetivos do Movimento/Partido.

Subscrevem: Adelino Granja, António Abreu, António Delgado, António Ricardo, António Sequeira Mendes, Bento Correia, Carlos Manuel Tomás Jesus, Carlos Marques, Carlos Matias, Francisco Tomás, Gabriela Mota Vieira, Higino Maroto, José Carlos Lopes, José Carlos Soares, Luis Gomes, Manuel Carlos Silva, Maria Anjos, Mário Tomé, Pedro Soares, Ricardo Salabert; Rogério Pinto, Rui Cortes.



CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA XIII CONVENÇÃO

Crescer pela raiz: porque queremos mesmo mudar tudo (I)

Aan Gomes Branco, Alexandre Cunha, Amaru Mestas, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Samuel Cardoso, Vítor Gomes

1- O MUNDO CONTINUA A SER UM LUGAR PERIGOSO

A invasão da Ucrânia pelo regime fascizante de Putin, os choques entre imperialismos, o militarismo (também na NATO e em Portugal), a crise climática, a Europa-fortaleza que continua a empurrar migrantes para a morte, a crise económica com a conta da subida da inflação a ser apresentada às pessoas trabalhadoras, a continuada força da extrema-direita e do ultra-conservadorismo ao nível mundial são desafios imensos para os quais precisamos não só de mais força mas de maior clareza. O internacionalismo não pode ser uma solidariedade vaga e distante, tem de ser uma tarefa quotidiana. O Bloco tem de ser o partido da solidariedade sem fronteiras.

2- A EUROPA AINDA EXISTE, O EURO-LIBERALISMO AINDA É LEI

A menorização da União Europeia na sequência da guerra na Ucrânia terá acentuado a sua crise como entidade política não apoiada em qualquer soberania popular. Mas o quadro geral que o país tem de enfrentar continua a ser o mesmo: é imposta uma política económica única aos seus Estados-membros que está ao serviço das classes dominantes dos países mais poderosos, o euro-liberalismo austeritário permanece lei no Tratado Orçamental e o euro continua feito à medida dos interesses das potências do capitalismo centro-europeu, representando um colete de forças para as classes trabalhadoras. De tal forma que a implementação de um programa mínimo de governo à esquerda, que incluísse por exemplo nacionalizações de setores essenciais, subidas dos impostos sobre a riqueza ou a reestruturação da dívida pública, implicaria um confronto com as instituições europeias e com os poderes que estão por detrás delas. A esquerda precisa não só de ter consciência disso mas de ter também resposta política. Tal como precisa de uma resposta ao garrote permanente de uma moeda única que aprofunda desigualdades entre centro e periferias: deve bater-se por alterar as regras do Euro e preparar política e tecnicamente uma saída eventualmente necessária da moeda única e da UE. Não colocar as questões incómodas não as faz deixar de existir, apenas nos desprotege. Assim, o Bloco tem de tomar a iniciativa de colocar estas questões, assim como de ser motor de iniciativas de mobilização e debate ao nível continental sobre democracia, alternativas ao austeritarismo e ao capitalismo, paz, migrações e direitos dos povos.

3- A MAIORIA ABSOLUTA DO PS DEGRADA-SE, O CAMINHO NÃO É O NEO-GERIGONCISMO

De uma posição aparentemente confortável, com uma maioria absoluta recente, o PS passou a estar encurralado politicamente. Pelos escândalos associados a alguns governantes, mas sobretudo pela incapacidade do social-liberalismo, pelos seus compromissos de classe, em responder à crise económica e habitacional de forma satisfatória para os interesses populares. À esquerda, o tempo não é de criticar dubiamente “a maioria



absoluta”, deixando no ar a ilusão de uma nova geringonça. A maioria absoluta não é o principal problema, o problema absoluto são os donos de Portugal que ela serve.

4- AS DIREITAS SÃO A REGRESSÃO SOCIAL, NÃO SÃO A ALTERNATIVA NEM PODEMOS ACEITAR QUE SEJAM A CHANTAGEM PERMANENTE

De momento, a direita tradicional continua a não se conseguir apresentar por si só como alternativa de governo, ao mesmo tempo que se encosta visivelmente às extremas-direitas. Por seu lado, estas continuam a crescer e, por isso, a possibilidade de um governo de forte regressão social e cultural surge no horizonte. Cabe ao Bloco de Esquerda saber reagir pela ofensiva à chantagem do voto útil que pode ter vindo para ficar. Para se contrapor à ameaça permanente da entrada da extrema-direita num executivo, há que não se deixar prender à ideia de que o Bloco é garante da estabilidade do poder instalado e que estamos condenados à política do mal menor. A um nível mais profundo, o Bloco tem de desfazer os mitos de que os fascismos e ultraliberalismos são alternativa ao poder existente mostrando que são apenas o seu lado mais obscuro e assumir que é, ele sim, a alternativa de fundo. Bem para além dos argumentos e ciclos eleitorais, é urgente que o Bloco recupere a sua imagem e prática anti-sistema porque sem elas há um espaço político vazio de descontentamento que vai tendencialmente sendo ocupado pela demagogia da extrema-direita. E há também que não esquecer que o trabalho ativista antifascista é feito nas ruas e nos movimentos sociais, junto das pessoas e não só ao nível do discurso.

Crescer pela raiz: porque queremos mesmo mudar tudo (II)

Aan Gomes Branco, Alexandre Cunha, Amaru Mestas, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Samuel Cardoso, Vítor Gomes

5- A ROTINA OU UM BLOCO REINVENTADO?

O Bloco de Esquerda sofreu uma derrota eleitoral significativa nas últimas legislativas sobre a qual é preciso refletir e agir ao nível da estratégia política. O desafio que enfrenta não se resolve substituindo porta-vozes mas mantendo tudo o resto igual, ficando fechado num pequeno grupo de dirigentes e nas rotinas à espera que o desgaste do governo lhe abra algum espaço de recuperação de um eleitorado desiludido à esquerda. É preciso abertura e radicalidade, a coragem de inovar e começar de novo num partido-movimento para o qual o anticapitalismo não seja só uma palavra para dias de festa e se traduza permanentemente no concreto da política.

6- O CENTRO DE GRAVIDADE DO BLOCO SÃO AS LUTAS

Precisamos de um partido menos perdido nos Passos Perdidos, mais achado nas lutas e menos centrado no mediatismo imediatista. Precisamos de um Bloco com mais dedicação ao apoio dos movimentos e que não ceda à tentação de os controlar, de atropelar as suas decisões, de impor a sua agenda ou à ânsia de fazer "porta-vozes". Com um diálogo aberto, modesto e crítico. Porque só o movimento das pessoas trabalhadoras, o antirracismo, o feminismo, o movimento LGBTQ+, o movimento de defesa dos animais, o anticapacitismo dão vida à diversidade que é a nossa matriz. Precisamos ainda de uma esquerda que reflita criticamente também sobre si própria e, por exemplo, trabalhe para colmatar o problema de não ter, nas suas fileiras, uma representatividade real de pessoas racializadas e de etnias marginalizadas. Precisamos de um partido que ouse afirmar-se como o partido das solidariedades, apoiando experiências coletivas capazes de organizar respostas às necessidades mais básicas: saúde, cooperativismo, produção agrícola feita para além do agro-negócio, mercados sem intermediários, coletivos culturais alternativos, grupos que lutam pelo direito à habitação, associações e comissões de moradores. Um Bloco que ajude os movimentos a crescer, em vez de procurar crescer neles.

7- O ECOSSOCIALISMO É O PRESENTE OU NÃO HÁ FUTURO

Todos os alarmes críticos já soaram sobre as alterações climáticas. As consequências do desastre ecológico fazem-se agora sentir dramaticamente. Esta bomba-relógio não espera pelos avanços e recuos dos bons e maus fígados dos corredores de poder, nem se desarma com meias-medidas ou com promessas de um capitalismo verde. Não há tempo nem condições para continuar com a política usual. Daí que seja necessário um Bloco em que o ecossocialismo não seja só um discurso bonito, mas que tenha consequências a todos os níveis. Que faça da urgência climática a convocatória decisiva na luta para ultrapassar o capitalismo, um projeto de transformação radical do planeta, que combine a transição energética com a melhoria das condições de vida da maioria da humanidade, que construa a comunidade fora das teias do mercado e novos entendimentos da vida e da nossa relação com os ecossistemas a que pertencemos. Desta forma, a crítica da



economia política terá de ser também a crítica do produtivismo, do crescimento pelo crescimento e do mercado enquanto instituição criadora de verdade. A demarcação clara das promessas do “capitalismo verde” tem de ser acompanhada pela defesa das formas de auto-produção, nomeadamente energética, essenciais a uma transição justa.

8- CONSTRUIR CONTRA-HEGEMONIA

A batalha contra a hegemonia capitalista, nomeadamente nas suas facetas mais agressivas e conservadoras, não pode ser adiada sempre para as calendas gregas. O Bloco não pode pôr a tática acima de tudo. Discussão estratégica e formação política têm de ser prioridades não adiadas pela espuma dos dias. É preciso promover a discussão de alternativas de fundo para a sociedade, que configure uma aprendizagem e crescimento coletivo destemido na crítica das concepções de propriedade privada dos meios de produção ou ao funcionamento do imperialismo como ele existe hoje em dia. É preciso a esquerda quebrar o seu ciclo de impotência política, sujeita à defesa de mínimos, encontrando as formas de agir politicamente que poderão produzir mais efeitos no momento histórico presente e assumindo a iniciativa política, em vez de se concentrar apenas em reagir às manobras do poder: trazer a jogo a redução radical do tempo de trabalho e o aumento do tempo de férias ou definir limites máximos e mínimos ao rendimento, por exemplo. O desafio do Bloco é abrir portas a novas formas de fazer política e repensar um socialismo do século XXI que recuse a social-democracia e o estalinismo.

Crescer pela raiz: porque queremos mesmo mudar tudo (III)

Aan Gomes Branco, Alexandre Cunha, Amaru Mestas, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Samuel Cardoso, Vítor Gomes

9- UMA DEMOCRACIA DE ALTA INTENSIDADE

Ao nível interno, o Bloco tem de estar menos centrado num número reduzido de figuras que se perpetuam nos lugares e concentram todas as decisões essenciais sobre a vida do partido. Rotatividade nos órgãos, limitação de mandatos, reafirmação do primado do trabalho coletivo de direção, mais decisões a partir da base, criação de um boletim interno como veículo da diversidade de opiniões, criação de um portal de transparência com informação atualizada sobre as contas do Bloco de Esquerda, informação genérica sobre escalões salariais de funcionários e as declarações de interesses, propriedades e rendimentos de pessoas eleitas e dirigentes bloquistas, reinventar a militância significativa, o Bloco tem de ser mais o partido-movimento que faz a diferença na forma de se organizar e não apenas reproduzir os modelos gastos dos partidos tradicionais. Um partido no qual a diversidade interna não é apresentada como “divisão”, onde não há “inimigos internos”. Porque só a democracia mobiliza e junta as forças de que precisamos.

10- COLOCAR O BLOCO LOCAL NO MAPA DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Contando com milhares de militantes espalhados pelo país, o Bloco é bem mais do que a sua direção. O trabalho local deve ser a cara de uma forma de fazer política que marque a diferença, pautada pela democracia participativa, pela procura de unidade à esquerda do PS para resolver problemas concretos e essenciais, pelo encontro com o país das lutas concretas e das esperanças partilhadas que vive para além das instituições, pela criação de dinâmicas organizativas e políticas locais mobilizadoras que vão desenvolvendo coletivos no território, nos locais de trabalho, em escolas e universidades, em vários sectores da sociedade.

Nas candidaturas autárquicas não nos apresentamos apenas para levar a bandeira do partido às urnas ou com o objetivo limitado de construir organização à escala municipal. Tal como nos programas que fazemos e nos cargos que exercemos não nos propomos meramente ser bons gestores, queremos mudar paradigmas políticos autárquicos. Não nos submetemos às lógicas da lei do valor, de gentrificação, de privatização de serviços públicos de proximidade, não ficamos inativos perante as alterações climáticas nem aceitamos a insensibilidade social. Procuramos responder às necessidades reais das populações, através de alternativas democráticas e socialistas, ensaiando novas formas de pensar o território e de construir comunidade.

Na organização interna local, o Bloco deve pautar-se pela autonomia das concelhias, pela promoção de mecanismos democráticos de alta intensidade, pela construção de espaços de debate igualitários que ultrapassem o tarefismo.

Crescer pela raiz: porque queremos mesmo mudar tudo (IV)

Aan Gomes Branco, Alexandre Cunha, Amaru Mestas, António Santos, Artur Gouveia, Carlos Carujo, Ezra Santos, João Patrocínio, José Dias, José Guerra, Luís Miguel Santos, Miguel Barrantes, Samuel Cardoso, Vítor Gomes

11- DESFAZER OS NÓS DO TRABALHO, UNIR OS PONTOS DO SINDICALISMO

Os anos da geringonça não inverteram o caminho de degradação do ensino público e do Serviço Nacional de Saúde nem acabaram com a realidade do mundo laboral português: as leis do trabalho do tempo da troika permaneceram, a precariedade continua a ser a regra, os baixos salários parecem ser um fado. Entretanto, a crise habitacional só se acentuou com a especulação imobiliária a ser lei do mercado e a crise inflacionária empurrou ainda mais para a pobreza.

Por outro lado, o sindicalismo continua a perder força e representatividade sem conseguir renovar-se ou encontrar formas de contrariar a atomização de classe e a perda de referenciais de luta.

Neste contexto, é imperativo pensar a organização sindical resgatando-a das suas paralisias: democratizando-a com horizontalidade; ultrapassando as lógicas das burocracias sindicais, tantas vezes afastadas do próprio dia-a-dia de trabalho; abrindo-a a pessoas desempregadas e precárias, incentivando a ação unitária entre diferentes setores de atividade e pensando à escala internacional (mesma empresa, mesmas condições, mesma luta).

Para o Bloco, o ativismo no mundo laboral é fundamental. Aí favorecerá a unidade em torno de processos de luta, a decisão informada, a democracia de base e a articulação das lutas, a coordenação da intervenção sindical com as necessidades das comunidades e o trazer as reivindicações anti-austeritárias para a luta laboral. É necessário uma coordenação entre movimentos e sindicatos que junte as questões económicas às questões políticas e que possa construir uma frente anti-austeritária (e anti-capitalista e abertamente ecologista) que seja capaz de alargar lutas e protagonismos e inverter a relação de forças entre capital e trabalho.

12 - TODAS AS LUTAS OU A BARBÁRIE

As conquistas parlamentares para que o Bloco contribuiu não chegam para a multiplicidade de ataques de que tantas de nós são alvo. Fomos vanguarda na linguagem inclusiva com a introdução do feminino no plural, mas estamos a ser espectadores das realidades não-binárias, sem políticas de fundo que respondem às necessidades destas realidades. As pessoas trans e não-binárias vivem uma no espectro da ultraprecarização, especialmente nos serviços públicos, onde as suas identidades são ignoradas ou nem existem. O processo de transição só é aplicável ao cis-tema binário e é demasiado longo, obrigando muitas pessoas trans a escolher entre os privados e discriminação contínua e, muitas vezes, mortal, das suas vidas. É tempo do Bloco se assumir, não apenas nas palavras, mas também nas suas ações, como um partido transfeminista que toma consciência plena da realidade precária das pessoas LGBTIQ+ e que cria, no parlamento e nas ruas, ferramentas para esta luta. Também no campo do anti-racismo é preciso aprofundar a passagem das palavras aos atos, dando voz e espaço a novos protagonistas e fazendo a crítica radical do colonialismo e da forma como ele é encarado em Portugal. Ser a esquerda socialista que combina o reconhecimento da diferença com o combate pela supressão de todas estas categorias e a abolição de todas as formas de submissão e exploração é o desafio que o Bloco tem de abraçar.

Unindo lutas – Aperfeiçoar o compromisso político com a luta anti-racista

Ackssana Silva

O aumento dos discursos de ódio, assim como, a visibilização dos actos e/ou crimes racistas e xenófobos obrigam-nos a repensar as formas de engajamento interno na luta anti-racista.

Ao longo dos anos, em vários momentos, o Bloco de Esquerda mostrou que consegue abraçar algumas das reivindicações da luta anti-racista. No entanto, estamos a protelar o maior desafio, a consecução de uma agenda anti-racista no seio do partido que una todos os fragmentos que temos apoiado para derrubar o racismo estrutural.

A não-inclusão de programáticas importantes para o movimento social impede qualquer política de aliança no futuro, o que nos convoca para a necessidade de dialogar com a militância de base e com quem protagoniza as lutas.

É imperativo destruir os mitos que sustentam narrativas, onde a agenda contra o racismo é apelidada de identitária, estas manobras contribuem para a manutenção do privilégio branco e aperfeiçoamento de práticas que pretendem tutelar a luta pela emancipação das pessoas negras, ciganas e migrantes. Este campo de disputa é minado pela negação da necessidade de os e as protagonistas emergirem do movimento anti-racista. Desta forma, reforçam o patriarcado e contribuem para as políticas da branquidade, que nega a subjectividade aos corpos historicamente marginalizados e oprimidos.

A luta anti-racista faz-se dentro de uma lógica interseccional que rejeita todas as formas de opressão e de violência que ao longo dos tempos foi suportada pela tríade – capitalismo, colonialismo e racismo – que sempre se aproveitaram dos processos sociais de extrativismo e marginalização dos corpos não-brancos.

É preciso, antes de mais, tornar evidente as diferenças entre o discurso e a prática. Existe uma linha muito marcada que distancia o que é a teoria da prática e, essa constante indefinição tem consequências a médio e longo prazo. Devemos criar condições para que a luta contra o racismo e a xenofobia se concretize dentro da militância do Bloco de Esquerda, através de espaços de diálogo que permitam a construção de uma agenda anti-racista concreta.

Este compromisso deve ser firmado no plano nacional e internacional, onde rejeitamos todos os espaços que reforçam práticas (neo)coloniais e racistas, o nosso sentido crítico deve guiar-nos para a recusa de folclores e de certames que esvaziam o trabalho encetado em diversas frentes. O espaço comum de luta, é em grande medida, um espaço de alianças e de estratégias que permitam que todas as lutas sociais e económicas se desenvolvam e ganhem expressão internamente.

A luta anti-racista, pela sua transversalidade, permite as mais diversas alianças - ao movimento das mulheres, à luta pela justiça climática, aos direitos das pessoas trabalhadoras, aos movimentos em defesa do direito à habitação, ao movimento LGBTQI+ e entre outras lutas – para derrubar o capitalismo. Em todos estes casos, sabemos que, as pessoas negras, ciganas e migrantes estão desproporcionalmente, afectadas devido às diversas tentativas de retirada de agência política e social destes grupos historicamente marginalizados. A cultura de violência que se perpetua sobre estes corpos, fruto do racismo estrutural, adia a consecução de direitos fundamentais para a erradicação de todos os obstáculos que impedem uma vida mais confortável e digna.



O caminho para o socialismo é a construção de uma sociedade baseada em mais igualdade e justiça social, o Bloco de Esquerda em outras matérias soube aliar-se para derrotar o conservadorismo. Imprimiu uma marca própria nos debates decisivos para a transformação social – anti-capitalista e emancipatória – é preciso resgatar/mobilizar a militância para o compromisso com a agenda anti-racista.

É inegável o contributo do Bloco de Esquerda na denúncia das práticas e/ou actos racistas nos últimos tempos, mas devemos dar centralidade à luta contra o racismo e a xenofobia. As forças fascizantes ganharam um novo palco de actuação consequência do crescimento da extrema-direita no panorama nacional. Este factor soma-se a todas as outras razões, que devem levar-nos a unir as lutas para passarmos da teoria à acção no que diz respeito ao compromisso político com a luta anti-racista.

Sem tréguas ao machismo

Alexandra Valadas, Almerinda Bento, Ana Durães, Ana Teresa Sebastião, Beatriz Vieira, Bruno Góis, Catarina Oliveira, Fátima Barata, Francisco Alves, Helena Pinto, Isabel Pires, Joana Ideias, Joana Mortágua, Leonor Rosas, Luis Filipe Cruz Pereira, Mariana Aiveca, Raquel Vitorino, Sandra Cunha, Sofia Domingues, Vanessa Sousa, Vítor Cavallinhos

Todos os avanços para a igualdade de género foram conquistados. As leis que garantem os direitos das mulheres e procuram a igualdade não são produto espontâneo do progresso, são o reflexo da luta e das reivindicações do movimento feminista, da relação de forças entre feminismo e conservadorismo aos níveis nacional e internacional. Mas esse feminismo sempre existiu no plural, enquanto feminismos. Respondemos pelo feminismo socialista embora haja feminismos com outras matrizes. A superação de diferenças e a capacidade de articulação e união em torno de lutas comuns têm sido critério fundamental para afrontar o patriarcado e combater as estratégias do capitalismo que nos querem manter submissas, oprimidas e exploradas. É esta a força do movimento feminista por todo o mundo, a arma contra o avanço da extrema-direita, a defesa contra os ataques do conservadorismo aos direitos conquistados e à luta pela igualdade.

Nos últimos tempos, a ofensiva patriarcal reforçou-se. Na Europa, em países governados pela extrema-direita ou onde a sua força lhes permite liberdade de ação assistimos a uma investida concertada contra os direitos das mulheres, com ataques ao direito ao aborto, à educação sexual e reprodutiva, à autodeterminação de género e aos direitos conquistados pelas famílias homossexuais. Cada vez mais, as liberdades e os direitos de migrantes são alvos de tentativas de restrição e a discriminação racial e étnica que afeta com especial violência as mulheres, são usadas como armas para semear a divisão e justificar a exclusão.

Estas movimentações exigem que o Bloco de Esquerda participe ativamente nos esforços de união, aos níveis nacional e internacional, entre organizações feministas, ativistas e partidos políticos que lutam pela igualdade e justiça social.

A segregação de género na escola e no trabalho, a feminização da precariedade e a desigualdade salarial que se agrava na reforma, a dupla jornada de trabalho e a dupla exploração das mulheres, a persistente desigualdade na participação e representação política, continuam a aprisionar as mulheres num estatuto de subordinação e inferioridade que serve os objetivos capitalistas de acumulação de lucro e a dominação da ordem hegemónica patriarcal.

O expoente máximo dessa dominação masculina e da opressão das mulheres em todo o mundo, inclusivamente nos países com os melhores indicadores de igualdade de género, é a violência de género e a violência sexual. Essa violência é perpetuada pelas ideias conservadoras sobre o papel da mulher na sociedade e é promovida pelos seus representantes. É por essa razão que todos os partidos de extrema-direita recusam aceitar a existência de violência de género, pretendendo reduzi-la a "apenas" violência contra pessoas. A verdade é que, apesar dos dados que, ano após ano, nos mostram a esmagadora dimensão e profundidade destas violências, apesar das consequências devastadoras para as crianças enredadas nestas teias de violência, das marcas para a vida que agressores e violadores infligem às suas vítimas, das tantas que não resistiram para contar a sua história, a violência contra as mulheres por serem mulheres continua a ser um crime menor para a justiça quando comparada com crimes financeiros ou contra o património.



A justiça tem sido, demasiadas vezes, conivente com o sistema que continua a olhar para a violência contra as mulheres como uma inevitabilidade natural das relações humanas, desvalorizando a violência contra mulheres, desculpabilizando os agressores e responsabilizando as vítimas.

Os factos são claros: 70% das queixas de violência doméstica são arquivadas; 90% dos processos concluídos têm pena suspensa. Apenas 37% dos condenados por crimes sexuais cumprem pena de prisão efetiva.

Neste filme de horror, as mulheres são vítimas tanto da violência patriarcal como de uma justiça machista. Desde a sentença, há mais de 30 anos, da “coutada do macho ibérico”, sucedem-se os exemplos de uma justiça que insiste em colocar o ónus nas mulheres e desconsidera a necessidade de reparação que qualquer vítima de crime merece. Reconhecer esta realidade é essencial para tornar maioritária a ideia de que um sistema de privilégio nesta sociedade, é esse sistema de privilégio machista que produz agressores e vítimas. Saber-mo-nos vítimas não faz de nós fracas, nem frágeis - faz-nos um dos mais poderosos movimentos pelo progresso.

Estaremos sempre ao lado de quem considera a violência contra as mulheres uma responsabilidade coletiva e de quem olha para as leis como o garante de justiça quando tudo o resto falha. Se as leis não podem resolver, por si só, as causas estruturais da violência contra as mulheres, a impunidade do machismo não pode ser a lei. Há muito por fazer na sua função preventiva e de reparação do sentimento de justiça e segurança. A justiça que defendemos, reparadora e protetora, pode e deve ser instrumento de proteção das mulheres e instrumento de luta contra o patriarcado.

Intervenção do Bloco na cultura: vontades e desafios

Amarílis Felizes, Andreia Galvão, Bruno Cabral, Carolina Serrão, Inês Sena, Joana Lima Rocha, João Mineiro, João Teixeira Lopes, José Miranda, José Soeiro, Leonor Figueiredo, Leonor Rosas, Maria Escaja, Maria Manuel Rola, Mariana Gomes, Mário Moutinho, Paula Sequeiros, Raquel Azevedo, Sara Goulart, Sofia Estriga, Susana Constante Pereira, Tiago Ivo Cruz

O debate sobre cultura e política cultural tem de superar o estatuto subalterno, deixar de estar circunscrito ao nicho de quem trabalha na área e ganhar centralidade na nossa intervenção.

O que acontece no campo cultural afeta todas as pessoas; por um lado, as indústrias culturais que geram uma cultura padronizada criam e conservam hegemonias; por outro, as lutas pela memória e património são terreno de combate a conservadorismos e à especulação.

Encarando a democracia cultural como um modo de democratizar a sociedade, esta tem de ser parte da discussão sobre as políticas de desenvolvimento e combate às desigualdades.

Depois da frustração das expectativas de melhorias com os governos PS, o setor da cultura renovou esperanças com o atual Ministro e o reforço orçamental para este ano. Contudo, não há novas estratégias para a concretização dos desígnios nunca cumpridos e constantemente vemos a negligência dos problemas mais prementes. O Ministro foge sempre do debate sobre o Estatuto dos Profissionais da Cultura e negou a injustiça de ter escolhido apenas uma das modalidades para reforço de verbas dos apoios sustentados da DGArtes - a quadrienal, deixando de fora a bienal -, com consequências na participação cultural em todo o território. Face ao aumento orçamental é necessário não baixar a pressão sobre a concretização de políticas concretas, para que a promessa não fique, uma vez mais, na gaveta das cativações.

A visão do Bloco sempre contrastou com a passividade da manutenção da política minimalista, elitista e ingerente de quem governa a cultura. Não queremos uma política para promover um mercado de bens culturais e temos a audácia de disputar a memória coletiva. Combatemos a pressão das grandes empresas que concentram a produção, edição e distribuição: o controlo do mercado livreiro pelas grandes editoras, salas de cinema sob monopólio da NOS, a pressão do setor do turismo com perdas de acesso ao património. Defendemos que a oferta pública combate a concentração dos meios de produção da cultura que, pelo seu poder simbólico, além do económico, precisam de ser democratizados. Sem isto, temos a homogeneização cultural - as mesmas receitas formais, os mesmos enredos, os mesmos conteúdos, os mesmos protagonistas, a mesma História. Vemos o património e a arte como potenciais ferramentas críticas. Valorizamos as resistências culturais: editoras e livrarias independentes, cineclubes e cinemas de rua, todas as práticas transgressoras e insubmissas. Exigimos recursos públicos para financiar uma criação artística diversa, para intervir no património, para criar e sustentar redes de equipamentos culturais por todo o território - museus, salas de espetáculos, centros culturais e bibliotecas públicas qualificadas. E entendemos que não há ação política transformadora sem ação cultural. Vemos as condições de trabalho no setor como elemento central da política cultural.

É no campo do trabalho que as disputas têm criado mais tensão com o governo.



A crise da pandemia expôs a fragilidade de um mundo da cultura em que se trabalha projeto a projeto, com baixos salários e falso trabalho independente, logo, sem proteção social, o que originou uma tomada de consciência e organização coletiva sem precedentes. Novas forças emergiram para organizar e representar quem nunca como hoje se reconheceu e encontrou nas mesmas dificuldades. Ativistas do Bloco foram parte essencial quer na reorganização e construção de novos movimentos, quer no desenvolvimento de frentes amplas que juntaram as associações setoriais, o sindicalismo rotinizado, os grupos informais e as experiências concretas de luta laboral em instituições culturais.

Foi esta mobilização que fez a pressão necessária para a criação do Estatuto dos Profissionais da Cultura, cuja definição e implementação têm sido campo aberto para os confrontos fundamentais sobre o trabalho no setor. Conquistas feitas e muitas por fazer, sabemos que o Estatuto, revisto, pode ainda concretizar o combate aos falsos recibos verdes que dominam o setor e criar um regime de proteção social que proteja realmente quem trabalha com características específicas. Esta é também uma tarefa do Bloco, que deve criar proposta e capacidade de organização militante.

Neste e noutros temas, cabe-nos recuperar capacidade interventiva e propositiva, lembrando que recentemente, os mais importantes avanços foram propostos pelo Bloco: aumento da oferta em sinal aberto da TDT, redução do IVA para espetáculos e criação da Rede de Teatros e Cineteatros.

Cabe-nos também fazer disputas dentro do campo cultural e não repetir repertórios reivindicativos por imitação.

Às lutas pelo trabalho com direitos e pelo aumento dos meios para todas as políticas culturais que defendemos, temos de somar uma ação cultural que contribua para o nosso pensamento, formação e atividade política. São já exemplo as oficinas de materiais gráficos, stencil, teatro, e iniciativas como a Sementeira ou o Desobedoc. Continuemos o trabalho!

Desafios para uma saúde progressista

Ana Campos, André Beja, António Rodrigues, Bruno Maia, Célia Rodrigues, Gisela Almeida, Joana Baltazar, José Boavida, Luis Mós, Mário Macedo, Moisés Ferreira, Nuno Malafaia, Pedro Diogo, Rafael Henriques, Tânia Russo

O Serviço Nacional de Saúde português enfrenta grandes dificuldades estruturais, sentidas todos os dias pelos cidadãos e pelos profissionais. Os avanços tecnológico-científicos e o envelhecimento da população colocam desafios aos quais os sucessivos governos PS e PSD não dão resposta. A estratégia em curso é evidente: depauperar o SNS através de subfinanciamento, para que o setor privado tome conta de uma fatia cada vez maior dos cuidados de saúde, os quais serão financiados pelo próprio Estado.

Os problemas do SNS requerem resposta concertada a um triângulo de dimensões: i) qualidade; ii) acesso; iii) financiamento. O serviço público de saúde, pela sua natureza democrática e universal, aliada a ser o único sistema que por vocação responde às necessidades em saúde, e não apenas à procura de cuidados, consegue ter respostas onde outro tipo de sistemas criam problemas.

Os cuidados de saúde primários têm de ser, de uma vez por todas, o pilar do SNS, com mais valências e com disponibilidade de exames complementares de diagnóstico básicos. O governo tem preferido canalizar toda a resposta para as urgências hospitalares, insistindo neste modelo de má gestão que fica mais caro ao SNS e que descarta a atuação onde ela deve existir: antes de a doença se instalar ou agravar. As pessoas veem-se obrigadas a procurar a assistência de que necessitam nas urgências, gerando longas horas de espera, incapacidade de resposta para as situações de maior gravidade e exaustão dos profissionais. O primeiro-ministro António Costa há muito atirou a toalha ao chão e colocou de parte a meta de um médico de família para todos. Em vez disso, o número tem agravado nestes sete anos de governo e são já um milhão e meio os cidadãos sem equipa de saúde familiar. O encerramento de urgências, que o ministro da saúde e o seu CEO apresentaram sob uma capa de reforma inovadora, é na realidade o penoso rápido para a derrota da política de décadas de desinvestimento no SNS. Mais do que isso, é causa e consequência da intenção clara de privatização da saúde em Portugal.

A integração de cuidados e o avanço da digitalização são essenciais. Há demasiado tempo que o afirmamos, mas infelizmente pouco foi feito nestas áreas. A aposta nos cuidados de saúde primários tem de ser acompanhada pela integração horizontal e vertical de cuidados, para um verdadeiro funcionamento em rede. Não podemos continuar a ter centros de saúde, hospitais e cuidados continuados que não comunicam, não articulam, nem distribuem de forma eficiente os cuidados que a comunidade necessita. Precisamos de um processo digital único, facilmente acessível, que garanta a continuidade de cuidados. Este processo terá necessariamente de ser acompanhado pelo reforço da presença digital do SNS, com modelos de triagem avançada, inscrição, consulta e capacidade de obter e trabalhar dados em casa, e a aposta na verdadeira teleconsulta.

O financiamento dos cuidados de saúde em Portugal é um paradoxo. Temos um serviço público de saúde, mas o Estado tem vindo a recuar nos seus compromissos, agravando a iniquidade no financiamento. A despesa privada tem vindo a aumentar, ano após ano, à custa de financiamento direto do bolso das famílias. Quando o Estado recua, aumentam as desigualdades. É preciso priorizar e inverter esta tendência, corrigindo a desigualdade crescente no financiamento dos cuidados de saúde.



A ausência de uma redefinição dos papéis sociais da saúde, as competências que cada profissão tem e atos que podem realizar, tendo em conta o que é melhor para o cidadão, é outro dos motivos para os nossos problemas. Enfermeiros e farmacêuticos com mais competências não só valoriza estes profissionais, como liberta médicos para se dedicarem melhor tanto ao seu trabalho, como à formação especializada.

Por último, mas não menos importante: a estratégia de valorização e retenção dos profissionais de saúde. Grande parte dos nossos problemas, do encerramento das urgências às listas de espera, pode ser explicada pela enorme carência de trabalhadores da saúde. Em termos reais, médicos, enfermeiros, farmacêuticos e técnicos, entre outros, têm hoje menos salário do que na fase pré-troika. As carreiras são objetivamente piores e sem perspectivas de melhoria. Este é um caminho errado. Sem profissionais de saúde não há cuidados de saúde. O SNS precisa de uma estratégia urgente de retenção e valorização dos profissionais. Que envolva, mas não se restrinja, à revisão das carreiras e valorização dos salários. Mas também aborde a conciliação entre a vida familiar e profissional, a formação e investigação, a autonomia dos serviços e que procure ir ao encontro das expectativas dos profissionais. O maior ativo do SNS são os seus profissionais. O maior benefício é a coesão social, a redução das desigualdades, a promoção do crescimento económico e bem-estar geral. Alocar as verbas necessárias ao Serviço Nacional de Saúde, para que dê resposta de qualidade a todos e todas, não é despesa, é investimento com retorno garantido.

Que festa é esta camarada?

Ana Carolina Gomes, Ana Pardal, Bárbara Xavier, Carlos Couto, Hugo Monteiro, José Peixoto, Marco Mendonça

A festa, enquanto lugar de concretização de uma certa ideia aparentemente paradoxal de “esquerda hedonista”, pode representar um importante palco de disputa à esquerda, bem como de criação política, enquanto um lugar do nada que permite refletir e criar o tudo. Este é um tempo, o da festa, que pertence à esfera do lazer e que, enquanto tal, permite deliberar a transição para uma sociedade que vem com o fim do capitalismo, do colonialismo ou do heteropatriarcado, vislumbrar o socialismo, debater a proposta da esquerda para lá da crítica às estruturas já existentes, projetar uma vida boa.

Uma esquerda que defende a narrativa de uma vida que vai além do simples, entendendo que qualquer pessoa tem direito à realização, à plenitude e à dignidade, deve pensar a festa como espaço de militância e como espaço político, onde se ensaia a liberdade temporal por oposição à rigidez do tempo, que tem aumentando ao longo da história para a par com a intensificação da presença do trabalho em todos os momentos do dia. Uma presença que molda uma percepção do trabalho como um incómodo constante e que impede que o mesmo seja pensado como, também ele, um campo possível de invenção e desobediência.

A boémia, a produção e radicalização cultural, a liberdade são apanágio da festa, que numa outra perspetiva pode configurar uma expressão política de liberdade através dos corpos, da forma como interagem, na forma como se movem, na forma como reagem a determinados sons. É, neste sentido, também uma forma de luta contra a opressão, de onde não se deve excluir a sua natureza “ritualística” de construção de comunidade e de coletivo, podendo ser o terreno onde se esbatem as diferenças e se aprofunda o diálogo sobre as desigualdades mais profundas (classe, género, desigualdade étnico-racial), esbatendo-se as fronteiras imaginárias da ideia armadilhada de uma identidade determinista. Na sua vertente ritualística a festa também pode representar uma experiência de inversão social, com a abolição, mesmo que temporária, dos códigos e estruturas de poder que enquadram as relações sociais.

Vendo a festa como política, há que ponderar-la como um possível momento de desconforto e de risco. Como um momento em que fronteiras se esbatem, poderá ser inevitável o confronto com ideias, posturas, pessoas, que não se coadunam, à partida, com um ideário considerado de esquerda, mas este pode ser, por isso mesmo, o ponto de partida para o diálogo e para a mudança, com a festa a ser o alfinete que rebenta a bolha. Um desconforto tanto no sentido de “choque com a realidade”, como numa perspetiva individual de autoanálise e autodesenvolvimento, perante a consciência da possibilidade de mudar para melhor.

Por fim, não se pode pensar a festa sem pensar a cultura, sendo a primeira uma forma de acesso e fruição da segunda. Também aqui importa questionar “que festa é esta?”, se pensamos a festividade à esquerda e não a oferta hegemónica de prazeres fúteis, acríticos e alienantes do sistema. Uma festa à esquerda é a que quebra as regras do espaço público conforme desenhado pela norma neoliberal, é a que busca a valorização das criações de quem é silenciado pelo poder e da cultura do oprimido. No entendimento de que em todos os contextos se deve procurar a disputa à esquerda, também a festa pode ser uma oportunidade para disputar referências estéticas e culturais.



A ideia repetida por vozes conservadoras de que quem não foi um radical na sua juventude não tem coração, mas quem continua a sê-lo mais tarde, é porque não tem cabeça, é um bom desafio para que em qualquer idade se radicalize a ideia de festa, pensando-a desta forma entrelaçada na política. Como combate à ideia perigosa de que a alternativa ao capitalismo é o sacrifício ascético. Como parte de uma esquerda com cabeça e coração que reivindica uma vida boa, com tudo o que a expressão implica: bem-estar individual e coletivo, trabalho com direitos, uma casa confortável, serviços públicos de qualidade e proximidade, acesso à cultura, um planeta que não caminha para o cataclismo climático e tempo.



O arco íris de todas as lutas

Ana Carolina Gomes, Beatriz Realinho, Fabíola Cardoso, Joana Mortágua, João Carvalho, Maria Inês Pombo, Paulo Jorge Vieira, Raquel Lindner, Rodrigo Sousa, Sofia Lopes, Tiago Resende

Enquanto ativistas do Bloco de Esquerda lutamos por uma agenda política que seja verdadeiramente LGBTQI+ e anticapitalista, tendo em conta as dificuldades e desafios que enfrentamos.

Sabemos que a discriminação e a desigualdade permanecem apesar dos avanços legais e de maior visibilidade social da população LGBTQI+. A LGBTQfobia existe nas suas mais variadas formas onde a violência continua a marcar o dia a dia de milhares de pessoas, sendo reforçada pela nova onda internacional de ódio conservador que temos vindo a sentir. A extrema-direita age sobre uma agenda anti-direitos LGBTQI+, exemplos disso são Bolsonaro (Brasil), Meloni (Itália) e Orbán (Hungria). A homossexualidade continua a ser considerada crime em mais de sessenta países, os padrões de desigualdade de género não deixam de ser uma realidade, a precarização da vida afeta sempre mais quem soma todos estes fatores de discriminação, e a visibilidade LGBTQI+ está longe de ser representativa. É, por isso, que a luta tem que passar pela mobilização internacional contra os recuos em direitos já existentes e na luta por outros que vão muito além da luta legal.

É também preciso que a nossa luta faça frente àquela que é a lógica liberal. As expressões LGBTQI+ irem ganhando mais espaço no contexto da sociedade capitalista faz com que se multipliquem os mercados associados às mesmas, seja na indústria cultural, nos serviços, nos bens de consumo, etc., fazem-se uso de símbolos e referências do movimento. Num sistema capitalista é esperado que isso aconteça, sendo muitos desses espaços mecanismos que ampliam a capacidade da agenda LGBTQI+, fazendo-a chegar a mais pessoas. Contudo, é importante lembrar que o mercado nunca é democrático, visto que reforça dinâmicas de classe e de poder. O mercado junto da crise habitacional faz com muitas pessoas LGBTQI+ tenham que co-habitar em casas que as oprimem, colocando-as numa situação de isolamento social criando situações onde a violência física e psicológica são uma realidade, existindo retrocessos nos processos de autodeterminação e descoberta.

Também nas marchas que enchem as ruas é imperativo combater a cooptação mercantil. Em muitas das maiores marchas LGBTQI+ internacionais temos visto a perda do seu conteúdo político quando foram tomadas pelas marcas e empresas, sendo oportunidades para estas últimas se promoverem. Aqui a população LGBTQI+ deixa de ser um protagonista político e passa a existir como massa consumidora de um evento patrocinado. Um exemplo bem próximo é a maior colonização mercantil do movimento: o Europride. Este terá lugar em 2025 na cidade de Lisboa, sendo um desfile comercial, com a separação entre participantes e quem assiste, estando longe de reivindicações e de transformações políticas. É necessário enquanto esquerda anticapitalista pensarmos como é que havemos de resistir às consequências nocivas que o Europride trará consigo.

Outro dos nossos desafios é o combate ao individualismo liberal como proposta de emancipação, uma vez que esta mistura de hiperindividualismo e mercado apenas dificulta o pensamento coletivo e construção de relações políticas onde sem elas nenhum movimento consegue ser verdadeiramente transformador. Aquilo que a estratégia liberal nos vem propor é o seguinte: por um lado, a representatividade sem existir nenhuma transformação, onde começa a existir uma maior presença de pessoas assumidamente LGBTQI+ em lugares de poder, seja em empresas ou cargos políticos, mas onde não se transformam as relações de poder nesses



espaços; por outro lado, o êxodo individual, sendo que não basta assumir-me com uma determinada identidade para que o cisheteropatriarcado seja enfraquecido, já que as estruturas de opressão não deixam de existir por lhes tentarmos escapar individualmente. São, por isso, necessários coletivos que façam lutas políticas em conjunto.

A luta pela visibilidade de todas as orientações, identidades e condições dentro do universo LGBTQI+ tem exigido oportunidades de emprego, combatendo a precarização destas vidas. As reivindicações de oportunidades de emprego para a população trans sublinha essa necessidade, uma vez que são estas que têm uma maior taxa de desemprego. É necessária a criação de mecanismos de discriminação positiva, que possam abrir espaços e oportunidades reais, estabelecendo compromissos sérios para o emprego nas mais diversas áreas de atividade.

Por todos estes desafios que enfrentamos é que é tão importante que exista um movimento inclusivo e revolucionário, através de uma política transformadora que trabalhe para questionar e destruir as categorias individualistas e pensar a partir das relações sociais concretas, fazendo a luta em coletivo de forma a derrotar este sistema cisheteropatriarcal. Enquanto ativistas e pessoas LGBTQI+ do Bloco de Esquerda temos esse papel, de fazermos parte desta história, contrariando a tendência individualista, e isso faz-se através da criação e de integrar novas associações que nascem a partir de locais do território onde existam marchas, coletivos que coloquem as sínteses políticas como prioridade.

O combate à (ultra)precariedade: avanços e recuos

Ana Feijão, Carolina Almeida, Daniel Carapau, Inês Sena, Jorge Paiva, José Ricardo, Tainara Machado

A luta contra a precariedade continua a ser uma urgência social. Apesar de melhorias relativas ao longo da segunda metade da década passada, em virtude, sobretudo, do Plano de regularização da precariedade no Estado, pelo qual o Bloco tanto batalhou, a situação pandémica veio descortinar os perigos que espreitavam, e continuam a espreitar, ao virar da próxima crise.

O Governo apelidou a “Agenda do trabalho digno”, supostamente destinada a reduzir a precariedade e a “valorizar” os jovens, como “poderosa”. Se é verdade que se conseguiu, em grande parte graças à pressão continuada do Bloco, eliminar normas completamente indignas, como a remissão abdicativa, ou impor limites à descarada substituição de trabalhadores efetivos por trabalhadores em outsourcing para as mesmas funções, não é menos verdade que, na globalidade, as alterações legislativas não corrigiram os atuais desequilíbrios estruturais na lei que promovem a precariedade, os baixos salários e a falta de proteção perante a arbitrariedade patronal.

Entre as mudanças positivas no âmbito da ATD – que só entrarão em vigor após a promulgação do Presidente da República (que foi pressionado pelos patrões para remeter a questão para o Tribunal Constitucional) – está a criação de normas de presunção laboral específicas para o trabalho em plataformas. Este facto pode marcar um ponto de viragem significativo no que toca a esta nova forma de (ultra)precarização, existam para tal condições de mobilização nestes setores. A nova lei proporciona aos trabalhadores, desde logo as e os estafetas, a oportunidade de exigir contratos de trabalho e, conseqüentemente, aceder à negociação coletiva. Contudo, observam-se já manobras das plataformas no sentido de alterar regras de funcionamento que poderiam vir a ser identificadas em tribunal como indicativas de uma relação de trabalho dependente. O Bloco de Esquerda tem estado na vanguarda da defesa destes trabalhadores, que operam num ambiente altamente informal e com normas de controlo e distribuição de tarefas opacas. Ao juntarem-se, estes trabalhadores, na sua maioria migrantes, podem formar uma unidade de negociação coletiva para melhores salários e condições de trabalho.

Outros grupos, dentro do precariado, que o Bloco sempre defendeu e que têm oportunidades de ver melhoradas as suas condições laborais com as novas leis laborais são os trabalhadores em outsourcing e os falsos recibos verdes (em ambos os casos deverão ou poderão passar a ser abrangidos por contratos coletivos), bem como as trabalhadoras do serviço doméstico.

As últimas alterações à legislação laboral passam ainda a conferir aos sindicatos o direito de acesso a algoritmos, sejam eles das plataformas ou utilizados por outras empresas, por exemplo para selecionar os trabalhadores abrangidos por um despedimento coletivo. Este desenvolvimento permitirá aos sindicatos, caso tenham recursos humanos capacitados para tal, monitorizar e responsabilizar as plataformas e assegurar que os trabalhadores não sejam sujeitos a controlo algorítmico que atente contra os seus direitos.



A precariedade é também um problema profundo nas relações laborais das pessoas migrantes, particularmente vulneráveis à exploração e abuso devido ao seu estatuto, vivendo frequentemente em condições muito precárias, com pouca ou nenhuma proteção social. O Bloco de Esquerda deve insistir em políticas que protejam os direitos dos trabalhadores migrantes, incluindo salários justos, condições de trabalho seguras e acesso a serviços sociais.

Convém recordar ainda que Bloco conseguiu no último ano avanços legislativos, tanto no que toca aos custos associados ao teletrabalho como no dever de desconexão por parte dos empregadores. Direitos estes cujo cumprimento deve ser garantido pelo Estado, através da Autoridade para as Condições do Trabalho, e através da denúncia dos incumprimentos pelos trabalhadores e respetivas Organizações representativas.

A ação coletiva é fundamental na luta contra a precariedade e pelos restantes direitos laborais. O movimento sindical está na larga maioria estagnado, acinzentado pelas lógicas de fechamento praticadas pela maioria da CGTP-IN e incapaz de se renovar e atualizar. Urge encontrarem-se novas forças e novos métodos para a organização coletiva, e aproveitar as oportunidades de organização de quem está em outsourcing e quem trabalha para plataformas, que vê agora aberta a oportunidade de acesso à contratação coletiva.

Em conclusão, embora tenham sido feitos progressos na luta contra a precariedade, há ainda muito trabalho a fazer. O Bloco de Esquerda tem de continuar a insistir na mudança profunda das leis laborais, que o PS rejeita, para garantir os direitos constitucionais de todas as pessoas que trabalham, seja qual for o seu vínculo, e numa fiscalização consistente, ampla e que seja efetivamente dissuasora do abuso patronal. É também essencial promover a ação coletiva como vista a melhores condições de trabalho e de proteção social. Só assim poderemos construir uma sociedade mais justa e equitativa para todes.

A importância da mobilização e da organização jovem para enfrentar a crise

Ana Pardal, Andreia Galvão, Beatriz Pedroso, Beatriz Vieira, Catarina Ferraz, Duarte Graça, Jo Rodrigues, João Bernardo Narciso, Leonor Rosas, Miguel Martins, Patrícia Felício, Paula Serra-lha, Pedro Amaral, Raquel Vitorino, Rodrigo Sousa, Rodrigo Silva, Sofia Lopes, Tomás Marques.

Há já muito tempo que nós, jovens, sabemos que temos pela frente muitos desafios. Qualquer ideia de estabilidade foi substituída por precariedade: hoje, grande parte de nós luta, não por uma vida com boas condições, mas sim por uma vida. E esta luta que travamos diariamente assume-se como fundamental para a contestação do sistema capitalista. Queremos melhores condições, queremos estabilidade, queremos uma vida boa. É neste desejo de transformação e mudança das nossas realidades que está a chave para a mobilização de jovens. Perante as crises que vivemos e os desafios que vão surgindo, sabemos que não podemos baixar os braços.

Um dos principais problemas que o país e os jovens enfrentam reside no problema da habitação. Com uma crise habitacional sem precedentes e que a cada dia se agrava, espalhando-se por todo o território, comprar ou alugar uma casa tornou-se uma realidade cada vez mais distante para os jovens que procuram a sua emancipação. Sem qualquer perspectiva de sair de casa dos pais ou familiares e de viverem em condições dignas, o direito à cidade e aos seus serviços é-nos negado. Enquanto somos empurrados para as periferias, onde se sente os efeitos das desigualdades territoriais no acesso à Saúde, à Justiça, a transportes, a serviços postal ou bancário, os senhorios, que enchem os seus bolsos à custa dos nossos sacrifícios, recebem o apoio do Governo da maioria absoluta do PS e da direita. O movimento pela Habitação, que nos últimos anos tem levantado populações por todo o país, que saem à rua exigindo uma casa para viver, tem ganho cada vez mais força. E entre essa força estão muitos jovens, que sabem o que o direito à Habitação, digna e em condições, lhes pertence.

Uma outra preocupação que temos prende-se com as condições da Educação, tanto na Escola Pública, como nas Instituições de Ensino Superior. Sob égide de um Governo que procura correr atrás de défices à custa da vida das pessoas, o ensino é vítima da falta de investimentos estruturais. Problemas como salas de aulas sem condições, falta de professores ou programas desatualizados parecem ter-se tornado características imutáveis das Escolas. Já no Ensino Superior, a propina, em conjunto com os custos de Habitação e demais despesas, é um dos principais entraves no acesso a este nível de Ensino, levando também a que estudantes tenham que abandonar a sua Universidade ou o seu Politécnico por falta de condições económicas. Perante uma Ação Social incapaz de dar o apoio necessários aos estudantes, o Ensino Superior torna-se exclusivo apenas para quem possui rendimentos para pagar. Perante a falta de investimento na Educação, urge dinamizar o movimento estudantil, juntando forças às várias comunidades académicas e escolares, exigindo um maior financiamento.

Relativamente ao acesso a emprego e perspectivas de trabalho, a precariedade laboral impôs-se de forma absoluta como a única garantia que os jovens têm. Os nossos empregos são hoje caracterizados por baixos salários e pela falta de condições. Perante uma realidade marcada por um mercado laboral dominado pelo ideário neoliberal, um trabalho digno, estável e que dê a quem trabalha os rendimentos necessários para uma vida digna não passa de uma miragem. Perante este cenário, é fulcral que os jovens se mobilizem nas lutas laborais, reivindicando um emprego digno e um salário justo.



Perante estas e tantas outras questões diretamente relacionadas com a vida dos jovens verifica-se a necessidade de garantir que o Bloco de Esquerda não abandona este setor da sociedade. Mais do que nunca, devemos, enquanto partido, mobilizar em torno destas questões, incentivando a uma maior organização de jovens por todo o país. Tal como muitas outras lutas, devemos estar junto dos mais jovens, seja na Escola, na sua Instituição de Ensino Superior ou no seu local de trabalho, apoiando-os na luta por uma vida melhor.

Acreditamos que, da próxima Convenção, o foco nos jovens deve sair reforçado. Perante a agudização das múltiplas crises que vivemos, a incapacidade do Governo em dar resposta às necessidades da população e uma cada vez maior contestação às políticas assumidas pela maioria absoluta, é necessário que o Bloco se continue a afirmar como o principal partido de esquerda no nosso país, mobilizando e organizando jovens para as mais diversas lutas. Vimos de longe, vamos para longe - e, mais do que nunca, importa continuar a construir o caminho para a alternativa socialista em que acreditamos, junto dos jovens e de toda a população.

+ Partido + Movimento no Litoral Alentejano

Ana Penas, Assunção Duque, Bruno Candeias, Carmen Figueira, João Madeira, Jorge Santana, Luís Pereira, Nádia Penas, Olavo Tavares, Victor Santos

Crise climática e aumento das desigualdades são duas faces da mesma moeda – a exploração da natureza e dos trabalhadores pelo sistema capitalista. São imprescindíveis mudanças que, com o Socialismo no horizonte, garantam a sobrevivência da Humanidade e a transformação radical da sociedade. A ideologia do progresso assente numa lógica do crescimento infinito está esgotada. Para satisfazer as necessidades reais da população, é preciso socializar os meios de produção estratégicos e adotar um planeamento orientado a partir de baixo, amplamente democrático e baseado em formas de organização popular.

JUSTIÇA SOCIAL E ECOLÓGICA

As políticas neoliberais dos governos PS e PSD/CDS, as limitações da “geringonça” e a submissão das autarquias aos interesses instalados e a instalar, mesmo do PS e da CDU, têm degradado social e ambientalmente a região.

A maioria absoluta do PS, não responde aos problemas que enfrentamos e desloca-se para a direita, agravando-os. É da mobilização das ruas que nasce a esperança, com a luta climática, laboral, serviços públicos de qualidade (como os professores vêm demonstrando), feminista, contra o racismo e a extrema-direita.

No Litoral Alentejano é indispensável pensar na alternativa ecologicamente sustentável e socialmente justa, responder a quem aqui vive e trabalha, com futuro para os jovens e dignidade para os mais velhos. Acesso pleno à cultura, saúde, educação e habitação digna; transportes públicos; (re)industrialização livre de fósseis e produção pública de energia renovável; agricultura de proximidade e cooperativa; gestão racional da água; turismo regulado e de baixa densidade, acessível a todos.

A vida e a região são incompatíveis com o laboratório dos grandes interesses económicos, predatório e orientado para o lucro. O Litoral Alentejano é hoje um território central para o capital. Cabe à esquerda responder com radicalidade, organizada a partir de baixo.

A dependência fóssil do Complexo Industrial de Sines, o aumento da capacidade de armazenagem de Gás Natural e os anunciados investimentos “verdes” não respondem à urgência climática, especulam e aumentam do custo de vida. O encerramento da Central Termoelétrica sem respeito pelos trabalhadores confirma a orientação economicista da transição comandada pelos acionistas.

Tudo é admitido neste território em sacrifício. O turismo de luxo, que invade e destrói o último cordão dunar virgem (Grândola), os maiores parques fotovoltaicos da Europa em Santiago do Cacém, o ressurgir da prospeção e exploração mineira em Alcácer do Sal, são sintoma da desconsideração da população e das pequenas atividades económicas.

Odemira é um “oceano de estufas”, aqui a agricultura esgota terras, contamina solos e consome a água que sobra da calamitosa seca, deixa barragens em níveis mínimos de armazenamento e recupera o abastecimento de povoações com autotanques. O trabalhador migrante, sobre explorado e sem direitos, é guetizado e paga com a dignidade o lucro do patrão.



TRABALHO LOCAL E DEMOCRACIA INTERNA

Na resposta não nos demitimos de intervir dentro ou fora do aparelho de estado. A disputa institucional e parlamentar é importante, mas o centro da intervenção política deve ser a construção de baixo para cima, é o esforço coletivo que alarga e enraíza o bloco, que o torna resistente à volatilidade eleitoralista e à desmobilização, e reforça os eleitos locais.

Um Partido/Movimento recusa o centralismo, confia nos militantes, investe na organização em baixo, nos núcleos (freguesia; bairro; empresa), em sedes vivas (espaço de intervenção, convívio e aprendizagem), integra movimentos, sindicatos e associações, intervém na disputa pela hegemonia cultural.

O apoio das estruturas centrais e distritais às estruturas locais e concelhias é fundamental, assegurando autonomia política e financeira, aproximar a política dos problemas reais gera movimento social. Defendemos o princípio da entreatajuda, estatutariamente expresso, na possibilidade de criar estruturas sub-regionais, designadamente inter-concelhias, onde é difícil o enraizamento e estruturação local.

O Bloco precisa de todos e de mais aderentes, independentemente da sensibilidade ou opinião. Um Partido/Movimento que se diferencie à esquerda não desiste da democracia radical e foge a calculismos de sobrevivência aparelhística, que a deteriora, fecha e exclui. O sectarismo das tendências e maiorias bloqueia o Bloco, impede o debate, desvaloriza órgãos eleitos, verticaliza a organização e subestima a participação militante. Demonstração disto é a opção administrativa de excluir as minorias da Convenção, com o aumento do número mínimo de subscritores de Moções, de 20 para 194 aderentes.

Apresentaremos à XIII Convenção do Bloco uma plataforma e apelamos a todos os que, como nós, não se revejam em nenhuma das duas moções apresentadas, a construírem e apresentarem a partir de baixo Plataformas locais e listas a delegados. A XIII Convenção e a democracia agradecem!

Por um feminismo inclusivo, de esquerda e ecofeminista

Ana Sofia Cortes, António Maria Ramos Ricardo, Assunção Duque, Bruna Paulo, Conceição Anjos, Cristina Bandeira, Daniela Raquel Pinto Borges, Domicília Costa, Elisa Antunes, Esmeralda Mateus, Gabriela Mota Vieira, Ilda Afonso, Inês Marques, Isabel Cruz, Jorge Teixeira, Lurdes Gomes, Manuela Tavares, Maria da Luz Alves Lopes, Maria José Magalhães, Marta Isabel Martins Oliveira, Patrícia Abrantes, Rosário Vaz, Teresa Sales.

No dia 8 de março de 2023 milhares de mulheres saíram à rua por todo o mundo, porque têm milhares de razões para lutar. Também em Portugal os protestos se fizeram sentir em várias cidades numa onda de solidariedade com a greve feminista internacional.

Continua a ser sobre as mulheres que recaem as consequências da violência machista, das desigualdades económicas e sociais, dos assédios, dos preconceitos sexistas, racistas e neocoloniais. As precariedades absorvem as suas vidas desde as que, de madrugada, saem de casa para trabalhar, até às que, sendo imigrantes e não só, trabalham sem quaisquer direitos.

As violências contra as mulheres perpetuam-se e os números dos femicídios não descem.

As raízes patriarcais desta sociedade consolidam a opressão e a dupla exploração das mulheres trabalhadoras, com particular gravidade das mais precarizadas, racializadas e discriminadas como as imigrantes, as mulheres portadoras de deficiência, as lésbicas, bissexuais e trans.

Também as mulheres mais velhas, sobretudo quando se encontram sozinhas, isoladas, em situação de viuvez, ou sem família de apoio, necessitam de toda a nossa solidariedade. Num país envelhecido, elas são uma parte muito significativa da população, até porque, as estatísticas nos dizem que há mais viúvas do que viúvos. A desproteção a que muitas ficam sujeitas deve-nos mobilizar para esta causa de forma firme e consciente.

Somos por um feminismo inclusivo, que não deixa de fora as trabalhadoras do sexo, exigindo que estas tenham direitos.

Somos por um feminismo inclusivo, porque as mulheres negras têm de ter voz e afirmação social.

Somos por um feminismo inclusivo, porque as vozes das mulheres que estão nas prisões também se devem fazer ouvir.

Somos por um feminismo inclusivo, porque as mulheres que vivem em territórios do interior do país, sem alfabetização digital e mesmo escolar, também querem fazer ouvir as suas reivindicações.

A intervenção ecofeminista, a luta pela igualdade e pela emancipação plena das mulheres impõe-se de forma interseccional.

Vivemos em tempos de guerra de que o sistema patriarcal e capitalista se alimenta, na corrida aos armamentos, alimentando guerras que ferem e matam, destroem, encaminham as mulheres para a retaguarda, cuidando das crianças e das pessoas idosas.

As precariedades das vidas estendem-se também às outras mulheres, que não estando em guerra, travam uma luta diária para sobreviver e resistir aos preços dos bens alimentares, da energia, da habitação. A luta das mulheres por habitação digna está na ordem do dia.



A precariedade e a dificuldade em conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar obriga as mulheres a ficarem fora do mercado de trabalho, bem como no acesso ao espaço público. Mantém-se a máxima do patriarcado: “mulher em casa, homem na praça”.

Os nacionalismos de extrema-direita difundem o ódio e os ataques aos mais elementares direitos das mulheres. Algumas das conquistas tidas como certas, sofreram retrocessos e são hoje uma incerteza. O conservadorismo instala-se, assim como o medo de o combater em setores menos conscientes do seu perigo.

Ao fim de quase 3 décadas de luta pela despenalização do aborto, há hospitais que não cumprem a lei, penalizando as mulheres. As nossas vozes têm de se erguer a dizer: “Não ao boicote à lei do aborto!”

Estamos numa situação de Emergência Climática e porque não temos um Planeta B, somos todas chamadas a lutar numa perspetiva Ecofeminista contra a destruição do Ambiente. São as mulheres de várias regiões do mundo quem mais sofre com as secas, a falta de água, os sismos, a destruição de culturas por cheias avassaladoras. Também no nosso país as mulheres que vivem em aldeias onde se pratica uma agricultura de subsistência sentem como as alterações climáticas prejudicam as suas culturas e as suas vidas.

Erguemo-nos nas lutas ecofeministas, por melhores condições de vida, por um planeta saudável, contra a dupla exploração da força de trabalho, contra o domínio do patriarcado, contra a violência a todos os níveis, contra todas as discriminações, contra o capitalismo e o neoliberalismo destruidores de direitos e de vidas.

Santarém em emergência climática, social e militante

Ana Sofia Ligeiro, Armindo Silveira, Tiago Carvalho

A política que nos serve é a que serve a gente e o espaço, uma política da esquerda irredutível na transformação social, intransigente na luta ecológica, feminista, lgbtqi+, antirracista e antifascista, no combate à desigualdade, onde cada luta emancipatória cabe e onde se constrói comunidade. Quem traz a luta para a rua transporta consigo a esperança.

O território do distrito de Santarém excede o eixo litoral de desenvolvimento e sobrepovoamento do país e apresenta características de interioridade e rarefação populacional. É um espaço que sucumbe ao abandono sistémico por parte da administração pública, que concentra serviços deixando desprotegidas e onerando financeiramente populações e empresas, aumentando assimetrias e hipotecando o futuro de gerações. Saem os novos, ativos e com capacidade reivindicativa, e sobram os velhos com cada vez menos cuidados prestados.

É necessário um território cuidador, de serviços públicos universais. A cada um, independentemente da sua idade e capacidade, deve ser garantida autonomia no acesso com qualidade à saúde, educação, comunicação, cultura e mobilidade, mas também à alimentação, energia e habitação. Sem isso não há justiça social nem ecológica. A evolução tecnológica tem de servir para aproximar os serviços do cidadão e onde não há rede de serviços tem de haver serviço ambulatorio.

A priorização do negócio privado e do lucro irresponsável não se esgota na precarização de serviços públicos impactando ainda na estrutura produtiva e na paisagem, com substituição das culturas e pecuárias extensivas por regimes intensivos e ultra intensivos, enquanto o estado português vai aceitando com complacência indústrias poluentes e atividades económicas predatórias. É inevitável reeducar os modos de consumo e assumir a produção de proximidade, tendencialmente cooperativa, da alimentação à energia.

As estruturas de poder local e “regional” não querem transformar, não mudam a lógica de poder, de crescimento infinito e recusam centrar o planeamento nas pessoas e no ambiente.

E DENTRO DO PARTIDO?

É um “partido” exangue que desmobiliza os seus, esmaga na secretaria a participação, desconsidera opiniões divergentes e asfixia minorias de que desconfia. No distrito de Santarém, o Bloco de Esquerda divide-se entre duas forças, um choque com prejuízo para as populações. Crescer e agir para além desta lógica é urgente. Depois das derrotas eleitorais e da reestruturação interna que as seguiu, o bloco precisa de muito: orientação política, organização, representatividade. O partido precisa de mais militantes, mais diversos, menos contrangidos por tendências e sensibilidades, precisa de organização coletiva e horizontal. Militância para além das quotas, do financiamento da sede, do financiamento das atividades do partido, do agitar de bandeiras e da moldura humana.

Não nos resignamos ao silêncio porque do nada, nada vem. Estamos dentro do partido e insistimos que há um partido a cerzir e que isso deve começar nesta convenção nacional.



No bloco a democracia interna agoniza. As últimas convenções foram-na mutilando através de curtas alterações estatutárias, detalhadas depois na Mesa Nacional e na Comissão Política. A direção fideliza e verticaliza a estrutura enquanto apregoa a relevância dos movimentos sociais inorgânicos e a pluralidade das lutas.

Face ao anúncio da sua morte, é urgente acelerar a democracia interna, estimular os processos democráticos e participativos. Promover a horizontalidade do partido mitigará o descontentamento de tantos que se coíbem da participação plena na vida do partido, fartos de opinar em debates com o guião predefinido e conclusões pré-determinadas. Só em Santarém a percentagem de subscritores de moções passou de 43 para 29% dos militantes, temos mais militantes mas menos engajados? Certo é que aqui 70% dos bloquistas escolhem não tomar partido dentro do partido.

Falta apoio às estruturas locais, adequação à diversidade das realidades locais, falta financiamento e investimento na organização local. Cremos na intervenção dentro e fora das instituições do Estado. Na esquerda que se constrói de baixo, que se alicerça num coletivo que resista a maus resultados eleitorais e que reforça a militância quando o contexto social e a conjuntura política lhe falham. A esquerda que tem sedes, que integra os vizinhos, de bairro e de luta, que disputa o espaço público e as gentes, que acredita na radicalidade da democracia.

Sem proximidade não há política de esquerda. Nem dentro, nem fora do partido. Por isso apelamos a quem não se revê nas moções apresentadas à XIII Convenção Nacional, a quem quer um partido horizontal, a quem acredita que cada um faz falta, que se junte, a nós ou a outros, na construção de plataformas e listas de delegados à próxima convenção. Importa que a militância local, descomprometida com as estruturas de poder, comprometida com o partido e com o Povo, diga Presente!

Valorização das pensões, uma questão de justiça social

Berta Alves, Carlos Costa, Deolinda Martin, Jaime Mestre, Joaquim Chagas, Luis Filipe Castro, Maria Isabel Ventura, Rui Távora

O direito à reforma é uma conquista das e dos trabalhadores que, enquadrado no sistema público de proteção social, devia ter como função social garantir o acesso a um rendimento que substitui o salário mantendo o seu nível de vida e, nos casos de pensões muito baixas, garantir uma proteção contra a pobreza.

O debate sobre a (in)sustentabilidade do sistema público da Segurança Social tem sido marcado pelas ideias neoliberais, veiculadas pelos organismos internacionais, enfatizando a ideia de que o envelhecimento da população, a longevidade e a inversão da pirâmide etária são um problema, uma despesa, uma causa de défice orçamental. Os governos PS e PSD aprovaram reformas que, na sua maioria, têm tido o efeito de diminuir os rendimentos das e dos pensionistas (alterações nas regras de cálculo das pensões, fator de sustentabilidade e indexação das prestações mínimas ao IAS) e, por outro lado, de aumentar a idade de acesso à reforma.

Vários autores têm alertado para a transformação da despesa social, em especial das pensões de velhice, “numa variável de ajustamento orçamental”, diminuem-se para melhorar os saldos da Segurança Social e assim diminuir o défice público.

Qual tem sido a atuação do atual governo PS?

1º Relança o debate sobre a sustentabilidade da Segurança Social, apesar da estabilidade do sistema patente nos relatórios oficiais. Cria uma Comissão (Desp. n.º 9126/2022 de 19.07), cujo objetivo “consiste na realização de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões” e ao seu quadro legal.

2º Não espera pela publicação do relatório da Comissão e suspende a Lei 53-B/ 2006 para evitar a atualização das pensões de acordo com a inflação e o crescimento do PIB, o que levaria a aumentos na ordem dos 8%, e usa o artifício da antecipação do pagamento de meia pensão em 2022 para diminuir os aumentos das pensões para 2023, situados entre os 4,43% e 3,53 %, e a base remuneratória que servirá para calcular os aumentos nos anos seguintes.

3º Coloca a atualização futura das pensões, logo para 2024, na incerteza. Nesta incerteza já há uma certeza que é o governo PS pretender uma proposta da Comissão de “revisão da fórmula de atualização das pensões” que seja “menos sensível a picos de inflação” (Público, 15.03.2023).

Este emaranhado prenuncia uma vontade e intenção de fazerem novos cortes nas pensões de reforma e invalidez, medidas que a serem executadas ferirão um dos eixos essenciais à prevalência de um sistema público de Segurança Social: a confiança.

Minada a confiança que os cidadãos e as cidadãs devem ter na Segurança Social, quebra-se a corrente de solidariedade intergeracional que permite que o país tenha resposta pública nas situações de necessidade de amparo: na doença, no desemprego, no apoio à maternidade e paternidade, na morte.

Está muito em jogo, demasiado! Subscrevemos quem afirma que sem políticas fomentadoras de salários dignos, de pleno emprego, em que a negociação coletiva é respeitada, é hipócrita afirmar irresponsavelmente que a Segurança Social está à beira da rutura, porque ela depende essencialmente das contribuições de quem trabalha e é a esta massa popular que têm de ser garantidas as condições para que a suas contribuições regulares contribuam para a resposta social que se deseja! É tanto mais hipócrita, quando se opta politicamente, pelo alargamento do vínculo de precariedade como estrutura central em tantas áreas profissionais, condenando as e os jovens a um futuro, sucessivamente adiado, deprimindo, por falta de condições objetivas, a nossa já baixa taxa de natalidade.

Nesta XIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, convocamos-vos solidariamente para, juntos e juntas, em unidade, enfrentarmos estes desafios: combate à precarização dos salários e das pensões! Sim, porque a intermitência dos descontos, consequência imediata da precariedade, resultará também em pensões precárias, se não virarmos isto tudo do avesso!

O Bloco de Esquerda estará na vanguarda da luta para a defender, porque esta resposta é no campo da esquerda que é defendida, pois só existe enquanto resposta coletiva contra todos os ímpetos de a tornar individual.

Não aceitamos mais cortes nas nossas pensões e reformas!

Defendemos o cumprimento da Lei nº 53 -B de 2006 para a atualização das pensões para o ano de 2023 e seguintes e, como forma de correcção à política injusta do governo PS, a integração do adiantamento da meia pensão paga em 2022 na remuneração base que servirá de cálculo para futuras atualizações.

Exigiremos respeito, pois contribuímos com a nossa força de trabalho toda uma vida, construímos o direito a merecermos uma velhice digna e que nos esteja garantida segurança que nos proteja da lógica do mercado.

A Segurança Social é um dos pilares de abril, pode e deve ser melhorada, defendê-la, defender a sua estabilidade, é defender uma vida boa para todos e todas ao longo da vida.

Propostas para democratizar o Poder Local

Bruno Candeias

O poder local democrático é uma inalienável conquista de Abril. Um modelo de gestão da coisa pública, que tem à sua disposição instrumentos privilegiados de participação e proximidade capazes de fazer uma política outra, de baixo para cima, com e das comunidades.

Não obstante, as autarquias não ficaram imunes ao vírus da “política dos interesses”, que degradam a confiança popular nas instituições do estado, e minam a democracia. A isto, juntam-se tiques autoritários e uma Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (LEOAL) distorcida, que pode e deve ser melhorada.

É nossa responsabilidade, fazer caminho e é nesse sentido que deixo três propostas, para reflexão coletiva:

ELIMINAR O PRESIDENCIALISMO MUNICIPAL

Este regime aumenta a concentração de todas as atenções na figura do Presidente, desvalorizando o papel dos órgãos deliberativos (Assembleias), reforçando o poder de uma só pessoa (chefe), enfraquecendo a democracia local e abrindo caminho ao clientelismo, à submissão, abuso de influência e à corrupção. Note-se ainda a tendência de polarização eleitoral em torno de figuras pessoais, típica de regimes Presidencialistas, ao invés da disputa coletiva e programática que normalmente se verifica em eleições Parlamentares.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) é clara, no artigo 239º p3), refere que “O órgão executivo colegial é constituído por um número adequado de membros sendo designado **presidente** o primeiro candidato da lista mais votada”, dando assim origem ao Presidencialismo, contrariamente à solução adotada para nomeação do Primeiro-Ministro ou formação do Governo da República, que dependerá da Assembleia da República e de soluções provenientes da relação de forças resultantes das eleições.

Assim, seria necessária uma revisão constitucional para corrigir este erro. O Bloco de Esquerda, perdeu mais uma vez a oportunidade de lançar esta discussão, decidindo não tocar no assunto na proposta de alteração à CRP que apresentou recentemente.

IMPEDIR O DIREITO A VOTO DOS PRESIDENTES DE JUNTA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal é, e bem, “eleita por sufrágio universal... segundo o sistema da representação proporcional”, contudo essa representação é posteriormente deturpada por via da integração dos Presidentes de Junta no órgão, com direito a voto. Esta situação, é um desrespeito ao voto popular, que perdura devido a uma interpretação constitucional que levou à conceção da LEOAL em vigor, e à qual não concordo.

O Artigo 251º da CRP, refere que “A assembleia municipal é o órgão deliberativo do município e é constituída por membros eleitos directamente em número superior ao dos presidentes de Junta de Freguesia, que a **integram**”, portanto, creio ser fácil entender que se é verdade que determina a integração dos Presidentes de Junta no órgão, em nenhum momento se refere ao seu direito a voto.

Será, portanto, suficiente uma alteração legislativa à LEOAL para repor a verdade eleitoral e uma proporcionalidade direta aos votos obtidos para o órgão sufragado.

VOTAR APENAS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atualmente a votação para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal é feita separadamente. Este modelo além de cortar o vínculo entre executivos e os órgãos deliberativos no que concerne à tomada de decisão, prestação de contas e fiscalização, subalterniza e desvaloriza a Assembleia Municipal e trás consequências de ordem democrática que urgem ser ultrapassadas.

O modelo expresso na LEOAL para a eleição dos órgãos autárquicos coloca imensas dificuldades à eleição de vereadores, sendo para isso indispensável existir uma única eleição para a Assembleia Municipal e o executivo emanar da sua composição e proporcionalidade resultante do voto popular. Assim e acompanhada de uma maior capacidade de fiscalização e decisão, a Assembleia Municipal passaria a ser um verdadeiro Parlamento Local.

Este modelo advém da possibilidade dada pela CRP no seu Artigo 239.º, deixando em aberto a possibilidade de votação para a Assembleia ou para o Executivo **“de acordo com a solução adoptada na lei**, a qual regulará também o processo eleitoral...”

Neste caso, como no anterior, não existindo nenhum conflito com a CRP, será suficiente uma alteração legislativa à LEOAL.

DE QUE ESTAMOS À ESPERA?

Mais de um ano decorrido deste as últimas eleições autárquicas, é tempo de colocar em cima da mesa este combate pela democracia, junto da militância, simpatizantes, na opinião pública. Se é certo que dependemos do parlamento para as alterações legislativas necessárias, também é certo que para as alcançar, não nos resta alternativa senão trabalhar em baixo gerando movimento e consciência que obrigue a alterações em cima. Teremos alguma razão para não avançar com estas propostas?

A democratização do poder local é uma responsabilidade de todos, da esquerda e de quem acredita verdadeiramente na democracia, pode ser pouco mas será o possível, e não tenho dúvidas, fará toda a diferença.

Que fazer com este partido?

Bruno Góis, Fabian Figueiredo, Joana Mortágua

“Não quero uma boa vida, eu quero uma vida boa” — Slow J

A maioria trabalhadora está a braços com o aumento do custo de vida, apertada com o aumento das rendas das casas ou das prestações ao banco, insatisfeita com os serviços públicos em degradação. A moção A coloca como tarefa bloquista apontar o horizonte de uma alternativa global: a vida boa para todas as pessoas, o socialismo como expressão da liberdade e da transformação social e ecológica.

A articulação de uma maioria trabalhadora (consciente) com um projeto emancipatório socialista (em ação) é a estratégia histórica da nossa esquerda. Em Portugal, o Bloco é a principal ferramenta deste projeto político. Com metade da idade da nossa Democracia, o Bloco transformou o país. Trabalhadores precários, movimento LGBTI, ecologia anticapitalista, anti-imperialismo sem reservas, feministas da luta toda ganharam voz na tribuna política, ganharam a força que nos representa na oposição ao sistema e na afirmação da alternativa.

A capacidade de auto-organização da esquerda continua a ser decisiva, como têm demonstrado a solidariedade militante nas tarefas quotidianas e no financiamento do partido. Algumas áreas de intervenção merecem particular atenção para alcançar um contacto direto com muitos milhares de pessoas. Com uma rede de autarcas conhecedora da realidade local, o Bloco precisa de começar a preparar as eleições autárquicas mais cedo, potenciando essa rede e ampliando as lutas locais. Com grande simpatia na juventude, traduzida em novas adesões e numa nova dinâmica da organização de jovens, urge estabelecer uma rede com estudantes do secundário, com mais ativistas a organizar o movimento estudantil. Com ativistas laborais em várias áreas, incluindo dirigentes de (um número ainda reduzido de) sindicatos, a formação e organização de uma nova geração de sindicalistas é vital para o futuro do movimento. Estas preocupações particulares não nos libertam da responsabilidade de estar em todos os movimentos, mais ou menos espontâneos, que contestam a violenta imposição de um modelo de sociedade sem esperança, hoje representado pela governação do PS: viver cada vez pior.

Vida boa é expressão de esperança e de revolta. A pandemia e a guerra transformaram o horizonte político de uma Europa em tensa ebulição desde a crise de 2008/2009 com a imposição de programas de austeridade. Ao contrário do que alguns esperavam, estes dois grandes choques traumáticos não reforçaram a solidariedade internacional nem contrabalançaram a relação trabalho/capital. Pelo contrário, foram incorporados pelo sistema capitalista e imperialista para aumentar margens de lucro e reforçar as desigualdades, como ficou à vista na crise inflacionária. Mais do que isso, são constantemente utilizados como arma de arremesso contra os direitos dos trabalhadores e a necessidade de investimento público: a crise permanente que obriga à contenção orçamental é um dos elementos chave da estratégia do PS. Mas é também a sua maior fraqueza.

Movimentos como o dos professores, da vida justa, do SNS ou pelo direito à habitação cada vez mais colocam em cima da mesa a grande contradição da nossa sociedade: privilégios milionários alimentam a “atração de investimento estrangeiro” que nunca se converte em riqueza nacional; riqueza nacional que só aparece em números mas nunca se converte em salário, pensão, investimento público. A crise da habitação é a expressão da desigualdade máxima: o terreno da liberalização foi fértil para especulação, a questão não é apenas a subida dos preços: a transformação das casas em produtos financeiros, que significa a negação sistemática de um direito constitucional, foi um processo com o qual o PS conviveu com satisfação.



A vida boa da maioria trabalhadora é a contraposição à boa vida dos privilegiados. Tem o conteúdo do nosso programa social e económico e ainda todas as cores do progresso. Vida boa é trabalho digno, casa decente, cultura, educação e liberdade. É por isso que a vida boa também é o confronto com a extrema direita, de cujo crescimento o PS se aproveita para apelar ao voto útil, mesmo que nas suas políticas de fundo não combata a verdadeira origem desse crescimento: exclusão e ressentimento social. Não é difícil olhar para a Europa e ver o resultado dessa estratégia, seja nos protestos populares em França, Reino Unido ou Bélgica, ou na facilidade com que os governos do centro liberal se viram contra os direitos populares. De resto, nada disto impede ou impedirá novos desmandos financeiros em que as contas públicas sejam novamente chamadas a pagar a crise de bancos demasiado grandes para falir.

Precisamos de alimentar uma geração de revolta. Essa é a tarefa do Bloco de Esquerda na oposição ao PS, ganhar força na rua para tornar insustentáveis os programas liberalizadores, inverter relações de forças, lutar a luta, causa a causa. E nunca desistir de disputar maiorias até onde parecem mais difíceis.

Cultura do Respeito

Bruno Parada, Domicília Costa, Lurdes Gomes

Recentemente, num evento público a que fui, ouvi falar sobre o tema «cultura do respeito», entre muitas outras palavras e temas agradáveis para agarrar às emoções e sentimentos.

O contexto deste tema destinava-se à população em geral e, ao respeito pelos serviços públicos que servem estes cidadãos, no que respeita à saúde, educação, proteção social, pensões, justiça e habitação.

Tudo isto é essencial, como é necessária a preservação de valores que dignificam esta cultura do respeito e é aqui que, internamente, falha ou está enviesada esta missiva.

É do conhecimento público que o Bloco de Esquerda é constituído por tendências e/ou sensibilidades, tendo como principais objetivos a pluralidade e a diversidade de opinião, onde é espectável que haja debate para fundamentar as orientações políticas.

Acredito na diversidade e na partilha de vivências e de informação, quando há apreço, consideração e respeito pelo outro e não perante uma cultura de oportunismo, desrespeito, imposição de uma maioria sobre uma minoria na Comissão Concelhia.

Para tornar mais evidente o que pretendo transmitir vou partilhar algumas situações que dizem respeito a casos concretos:

1. Para uma eleição de uma Concelhia/Distrital, são eleitos dois elementos da concelhia/distrital cessante e será indicado um elemento de cada lista concorrente formando desse modo a Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE).

→ Quando o processo é formalizado, todos estes elementos (MAE) deverão ter em simultâneo (mesmo tempo) acesso à informação.

→ Isto acontece? Até pode acontecer em muitas Concelhias e ou distritais, mas Vila Nova de Gaia é um caso à parte e só houve acesso após duas comunicações/informações à comissão de direitos.

Cultura de respeito pelos eleitos!

2. Quando uma Concelhia é eleita e todos sabem que um dos elementos desse órgão não poderá nunca estar presente em reuniões que sejam marcadas para os dias úteis em período noturno e, mesmo assim, insistem em manter a posição não permitindo sequer uma rotatividade entre dias úteis e fins de semanas.

→ Isto acontece em Vila Nova de Gaia. Tem vindo a impedir a participação de um elemento eleito em lista alternativa.

Cultura de respeito pelo trabalho em coletivo!



3. Quando, durante cinco anos, um eleito dialoga com um elemento da Concelhia para pedir opiniões, e este dá a sua opinião pessoal, desconsiderando o facto de a Concelhia ser um órgão que deve funcionar de forma colegial, em que as decisões são tomadas colectivamente, essa pessoa mostra não se comportar de forma adequada, negligenciando e desconsiderando posteriormente o trabalho desenvolvido por esse eleito.

→ Isto acontece em Vila Nova de Gaia. Houve uma renúncia ao mandato que foi fruto de falta de sensibilidade política e de consideração pela representação. Quando há erros, falhas ou falta de conhecimento deveria haver a tentativa de uma abordagem que fomente a melhoria contínua do trabalho político.

Cultura de respeito pela diversidade de opiniões!

Todos estes casos concretos poderão facilmente ser confirmados por documentos. Estamos a comemorar, em breve, mais um ano de liberdade. Mas o que tem vindo a acontecer na Concelhia de Gaia é um acumular de casos que não podemos tolerar. Nada poderá justificar uma cultura de superioridade.

Somos todos pessoas que lutam por um futuro que permita às novas gerações continuar o seu percurso em liberdade, segurança e probabilidades de um futuro melhor!

O Bloco só dará passos para uma maior afirmação política se promover um funcionamento interno democrático, agregador e dinamizador na mobilização de todas as energias para a luta de massas no combate à direita e extrema-direita.

Para promover um Bloco mais plural, democrático e combatido, acreditamos ser fundamental uma maior intervenção para conseguir mobilizar todas e todos para um debate, com tempo, aberto e mais profundo de modo a ressurgir um Bloco mais forte.

Lares – urgente a mudança de paradigma!

Bruno Parada, Domicília Costa, Lurdes Gomes

Todos sabemos que nascemos, crescemos e envelhecemos! Ao longo de todas as etapas da vida há desafios que serão travados e ultrapassados, mas quanto mais próximo ficarmos da última fase mais difícil ficará, pois as capacidades adquiridas vão-se degradando.

Num passado recente, a família era sinónimo de “cuidar de quem cuidou”!

Porém, com o aumento da longevidade e o decréscimo dos nascimentos, houve muitas mudanças na sociedade portuguesa e, na maioria das situações, mesmo que queiram, os filhos não têm capacidade para cuidar dos pais porque não podem abdicar do seu trabalho, tornando-se necessário recorrer a uma estrutura. Restam, deste modo, algumas opções que poderão ser avaliadas: os Centros de Dia para os menos incapacitados, e os Lares quando as morbilidades ficam mais fortes e visíveis.

Mas no país não existem Lares em número suficiente, o que propicia a proliferação de espaços ilegais, que ciclicamente surgem nos meios de comunicação social pelas piores razões: falta de higiene do edifício e das pessoas; alimentação imprópria; falta de profissionais qualificados; maus-tratos; usurpação de património. E uma grande percentagem da população idosa e seus descendentes não possuem capacidade financeira para garantir o pagamento mensal de um Lar idóneo, onde seja espectável o devido tratamento e a comodidade suficiente.

Falta também a efectiva fiscalização de todos esses espaços, pois é do conhecimento público que mesmo alguns dos Lares devidamente legalizados não cumprem todos os requisitos.

Existe um conhecimento e um diagnóstico da problemática, desse modo propomos um debate interno de forma a contribuir na criação de propostas que possam fomentar respostas políticas para este sector.

O capital é super remunerado, o trabalho é super penalizado

SÓ A LUTA UNIDA E SOLIDÁRIA DOS TRABALHADORES PODERÁ REVERTER A ATUAL SITUAÇÃO

Carlos Marques

Precisamos debater com seriedade, e camaradagem, a nova situação nacional e internacional, com a maioria absoluta do PS, a terrível invasão da Ucrânia pela Rússia, o domínio da Europa pela NATO/EUA, e a gigantesca inflação, bem como as razões da nossa derrota eleitoral de 30 de Janeiro 2022. Esta derrota exige reflexão séria de qual a política que a motivou.

Não foi coisa pouca! Perdemos 14 deputados em 19, perdemos mais de metade dos votos e mais de metade da percentagem. Não se pode passar por cima disto como gato sobre brasas. Já tínhamos sido bem avisados desde 2017

Em 2017 perdeu-se, nas eleições regionais da Madeira, toda a representação parlamentar. **1º Aviso**

Nas legislativas de 2019 perdemos votos, apesar de mantermos o mesmo número de deputados. **2º Aviso**

Nas presidenciais de 2021 perdemos 65% dos votos apesar de a candidata ter sido a mesma e de ter feito o máximo na campanha. **3º Aviso**

Nas autárquicas de 2021, perdemos votos e passamos de 12 vereadores para 4, perdemos 2/3 dos vereadores. **4º Aviso**

E assim chegamos às eleições de 2022 insistindo na mesma política centrada em acordos com o PS em vez de centrar nas lutas do povo, dos trabalhadores e dos operários como resistência e oposição à política neoliberal de António Costa, polarizando. E foi o que se viu!

Para além das eleições regionais dos Açores, neste período tivemos uma vitória eleitoral. Foi nas eleições europeias onde subimos a votação e elegemos dois deputados. Porquê, porque nestas eleições não se andou a pedir acordos com o PS, mas antes assumimos a nossa raiz de crítica e combate a esta União Europeia neoliberal. Nossa radicalidade de pensamento polarizou vontades.

Nada destas derrotas tem a ver com pessoas ou camaradas. No BLOCO tratamos de política! As pessoas as/os camaradas, para lhe darem voz, vem depois!

Já ouvi que a razão da derrota foi a bipolarização. Mas sabem-me dizer em que eleições não houve bipolarização entre PS e PSD? Querem maior bipolarização como entre Macron e Marine Le Pen? Porque nessa gigantesca bipolarização Mélenchon teve cerca de 20%?

Já ouvi argumentar que os revolucionários não mudam de linha política em função de eleições! Se esses camaradas tivessem razão hoje não existiria bloco. As organizações que lhe deram origem não teriam alterado a sua política face aos desaires eleitorais da altura.

E ainda apareceu o argumento de que a nossa derrota de Janeiro/2022 se deve ao que está a acontecer a todas as forças da esquerda consequente em toda a europa.

Se isto fosse verdade, como explicar a gigantesca votação em França em Mélenchon que se apresentou com um programa radical, independente e polarizador dos trabalhadores franceses? Ou como explicar a vitória do Sinn Féin na Irlanda?

Porque não encontramos na Moção A um balanço dos atos eleitorais? **Como projetar o futuro sem avaliar criticamente o passado recente entre Convenções?**

O erro esteve na linha política do Bloco andar a reboque do PS depois de em 2015 ter feito, com muita justiça, um acordo para afastar a direita do poder e em 2017 após a primeira fase de reposição dos direitos roubados ao povo pela direita, não termos colocado o PS perante um novo caderno reivindicativo como condição para continuar com a geringonça.

Hoje sermos oposição é afirmarmos com clareza que o Dr. Costa e o Dr. Medina mentem conscientemente. Dizem que não se pode subir os salários pois isso criaria uma escalada de inflação.

Afirmam que a formação do preço final das mercadorias que compramos é composto pelo custo das mercadorias necessárias para a sua produção, mais os impostos, mais juros de investimento, mais os salários. E então os lucros do capital não estão incluídos no preço final do que compramos?

Pois esta é a questão de fundo. Estamos a assistir desde o ano passado a um aumento da especulação do capital e dos seus exorbitantes lucros, um grito escandaloso contra os mais de dois milhões de pobres em Portugal e uma maioria da população que não sabe como pagar alimentação e a casa. (76% diz a DECO)

O povo pobre não aguenta mais:

O Continente/Sonae teve em 2020, 71 milhões de euros de lucro e em 2021 (ano de crise), 218, 200% de aumento. A Endesa teve 2.541 milhões de lucros em 2022 (não havia a energia estar cara). A GALP, em 2022, teve de lucro 881 milhões de euros, o dobro de 2021. A EDP, em 2021 teve de lucro final 679 milhões

Existe riqueza produzida que dá para se poder aumentar os salários e fazer face aos atuais 8,58% de inflação, assim haja coragem para limitar as margens de lucro do capital. O capital é super remunerado, o trabalho é super penalizado.

Urge subir salários e reformas! Urge congelar os preços dos bens de primeira necessidade!

Urge unir solidariamente as múltiplas lutas que hoje invadem as ruas fazendo-as desembocar num rio caudaloso. Só com esta política polarizadora e de luta o Bloco de Esquerda alargará o seu espaço.

O interior não é só paisagem

Carlos Matias, Rui Cortes, António Ricardo

Portugal é um país profundamente desigual na repartição de riqueza entre o capital e o trabalho, com uma crescente parcela a caber aos novos “donos disto tudo”. É também um país territorialmente desigual, com fortes desequilíbrios demográficos e económicos. Para o interior o “capitalismo real” reserva o extrativismo de minérios, a agricultura intensiva, a geração de energias renováveis e... a paisagem. Perante o acentuar das desigualdades, os governos reiteram as velhas promessas de inversão da dinâmica regressiva - enquanto prossegue a desertificação, o despovoamento e o envelhecimento.

O combate contra estas iniquidades deve ser assumido pela esquerda. Passa obviamente pela Regionalização, imperativo constitucional, garantia de uma gestão mais democrática do território e de reforço das vozes do interior.

Mas, se ficarmos pela simples afirmação de que apenas a regionalização é “o” contraponto à economia do privilégio das regiões mais ricas, como fazem os camaradas da Moção A, limitamos o alcance das lutas dos povos do interior. Há que definir objetivos de luta concretos.

Antes de mais, ao interior deve ser assegurada uma adequada rede de serviço públicos, seja na educação e na saúde, seja no acesso à cultura. Assim como têm de ser asseguradas boas redes de transportes públicos e de telecomunicações. E, é óbvio, prioridade no apoio à criação de emprego, com base em recursos locais.

Com efeito, são múltiplas as dimensões do abandono. Mas o respeito pelo interior e pelas suas gentes tem de assentar no respeito pelo mundo rural, pelo equilíbrio ambiental, em especial da atividade agroflorestal desenvolvida a par de empresas de base tecnológica ancoradas em centros de inovação, em ligação com o Ensino Superior.

De um lado encontramos uma agricultura capitalista avançada, “competitiva” à custa de generosos apoios e subsídios. É uma agricultura intensiva que vem funcionando ao arrepio das alterações climáticas, exigindo cada vez mais água, eutrofizando rios e albufeiras e aumentando as emissões em gases de efeito de estufa. A par dela, abandonada, subsiste com dificuldade uma desprezada agricultura familiar. No entanto, esta pequena agricultura tem um papel importante, nas dimensões económicas, de equilíbrio demográfico e de ocupação do território. Assim, como é essencial a sobrevivência das pequenas parcelas agroflorestais, prestadoras de serviços agroambientais e garantia de preservação ecológica e da biodiversidade.

Defender o interior é estar ao lado das associações de pequenos produtores agrícolas e agroflorestais, na defesa do seu associativismo e das suas reivindicações.

Há que exigir uma melhoria do Estatuto da Agricultura Familiar e o apoio aos agricultores no acesso aos seus benefícios.

A agricultura familiar deve ter acesso preferencial ao arrendamento de terrenos do Estado e bonificações fiscais específicas. A venda direta da pequena produção deve ser integralmente isenta de faturas e de taxas.

Os fatores de produção para a pequena agricultura devem ter custos controlados. Assim como tem de ser criado um sistema público de seguros agrícolas, a preços comportáveis.



Nas compras públicas, deve ser concretizada e aplicada a legislação já existente que impõe mínimos para a origem local e de produção familiar de produtos, nas aquisições de cantinas e refeitórios públicos. O Código da Contratação Pública deverá facilitar o acesso dos pequenos produtores aos contratos públicos de fornecimentos.

No domínio florestal, há que travar a monocultura do pinheiro e do eucalipto. São inaceitáveis os instrumentos de planeamento florestal privilegiam as grandes manchas contínuas deste verdadeiro extrativismo, para assegurar os lucros da indústria, em particular das celuloses.

Têm de ser concretizados e alargados, com base no associativismo dos pequenos produtores e em financiamentos públicos e comunitários, os Planos Regionais de Gestão da Paisagem (PRGP), que preveem a alteração da paisagem de monocultura florestal por uma paisagem em mosaicos, mais resistente e resiliente aos incêndios rurais, pagando aos proprietários os serviços de ecossistema por elas prestados. Só deste modo se pode travar os efeitos erosivos associados aos grandes incêndios, e a inerente perda da biodiversidade e de habitats. A constituição das unidades de Gestão Florestal (UGF), associando pequenos produtores florestais com parcelas adjacentes, tem também de ser promovida e o seu funcionamento apoiado sustentadamente.

Impõe-se a exigência de que o Estado apoie a transição agroecológica, com adaptação da produção de alimentos às condições edafoclimáticas, contra os lobbies do agronegócio, com incentivo à criação de circuitos curtos de produção e comercialização, contra a expansão do regadio e de extensas áreas de monoculturas. É preciso exigir a promoção da soberania alimentar, defender uma floresta multifuncional e biodiversa, tal como como vinca a Moção E.

Sair da rotina, mais organização no mundo do trabalho

Célia Rodrigues, Daniel Bernardino, Daniel Carapau, Francisco Alves, Isabel Pires, João Pedro Silva, José Soeiro, Neli Azevedo, Nelson Silva, Pedro Faria, Rui Moreira, Sofia Figueiredo, Sónia Garrido Sousa, Sónia Ribeiro, Tânia Russo e Tiago Gillot

A maioria absoluta do PS é um rolo compressor sobre o mundo do trabalho. O agravamento dos problemas do país é o resultado de uma política que não enfrenta a desigualdade no trabalho e a degradação dos serviços públicos. Obtido o desejado poder absoluto, o Governo segue uma política de esmagamento do valor real de salários e pensões, centrado na obsessão orçamental e de mãos dadas com os patrões na compressão salarial. Depois de permitir a perda de poder de compra em 2022, o Governo fez um acordo com os patrões e a UGT que normaliza a redução do valor real dos salários pelo segundo ano consecutivo.

Inflação e perda de rendimentos, precarização, degradação dos serviços públicos, crise habitacional generalizada: o cocktail que afunda a vida social é o reflexo de uma maioria de costas voltadas para os principais problemas da classe trabalhadora.

MÚLTIPLOS BLOQUEIOS À ORGANIZAÇÃO LABORAL

O mundo do trabalho organizado enfrenta esta ofensiva num quadro exigente. Os abusos patronais e os ataques aos direitos de organização sucedem-se perante a incapacidade dos mecanismos públicos como a inspeção do trabalho. A precarização e estratégias patronais cada vez mais agressivas, com destaque para a plataformização do trabalho, renovam os dispositivos de exploração, promovem a deslaboralização e a individualização absoluta das relações de trabalho.

A esta pressão, impulsionada por uma relação de forças desfavorável, junta-se uma crise da representação de classe. A contratação coletiva, fortemente degradada nas últimas duas décadas, tem abrangência minoritária. Os números da sindicalização, muito baixos e decrescentes, são sinal de alarme. A burocratização e o conservadorismo nas formas de enquadramento e organização, o alheamento face às novas condições laborais, são ingredientes para a desvinculação progressiva de vastos setores da classe trabalhadora. Mesmo em áreas com fortes tradições de organização, o desgaste destes modelos de ação sindical vem-se traduzindo, nos últimos anos, no surgimento de alternativas sindicais, frequentemente marcadas pelo oportunismo e pela inconsistência estratégica, mas que são um sintoma claro desse cansaço.

O fechamento da direção da CGTP atingiu novos patamares de controlo antidemocrático, com a maioria comunista a impedir a mera distribuição e discussão de propostas alternativas na sua direção nacional.



CONTRARIAR A EROSÃO SINDICAL, CRIAR MAIS ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

O Bloco deve assumir a prioridade de contrariar esta erosão da organização de classe.

O Bloco é reconhecido no mundo do trabalho pelo seu papel de representação e elaboração política, pela intervenção no terreno. Os e as ativistas laborais, dirigentes e delegados sindicais bloquistas são, em vários setores, referências de combatividade e de abertura unitária. Somos agentes de envolvimento de camadas afastadas da sindicalização, assumimos a confiança em conflitos difíceis, lutamos para romper a rotina das lutas. Tomámos parte de impulsos de organização em setores com pouca representação e, noutros casos, ajudamos a construir formas de participação democrática e combativa. Combatemos o sectarismo e o bloqueio anti-democrático imposto por maiorias estabelecidas nas direções sindicais que não autorizam a participação ou procuram subordiná-la.

Mas existe um desfasamento entre a nossa influência na classe e o peso na representação do mundo do trabalho organizado. Estamos ainda muito aquém do que podemos fazer para contribuir para mais organização de classe. Devemos ter a ambição de mudar esta realidade. Identificar setores onde podemos aprofundar a nossa participação sindical, a partir do recenseamento e apoio a militantes. Impulsionar conflitos e experiências que mobilizem setores desenquadrados, procurando afirmar organização onde ela não existe. Impulsionar ou tornar realidade a organização de base, nomeadamente em Comissões de Trabalhadores. Reafirmamos assim a tese da Moção A: "O Bloco tem a responsabilidade de ser, como já é, uma esquerda de referência para as lutas, mas também um promotor direto da sindicalização e da renovação da experiência de auto-organização da classe trabalhadora".

Este trabalho está a ser feito, mas tem de ser aprofundado e expandido. Os espaços de organização setorial bloquistas, a edição de publicações e o esforço de participação qualificada nesses setores, o apoio a novas realidades organizativas, os espaços de formação e discussão para a ação, são uma dinâmica em curso mas que deve ampliar-se e avançar na definição de uma identidade comum dessas experiências de sindicalismo combativo.

FAZER CONVERGIR AS LUTAS CONTRA A POLÍTICA DA MAIORIA ABSOLUTA DO PS

Em diferentes setores, vai-se afirmando a disposição para a luta, com a realização de greves e protestos. São a esperança e o exemplo para defender o salário, enfrentar o abuso, afirmar uma alternativa ao empobrecimento. O mundo do trabalho deve articular lutas entre público e privado e abrir-se aos movimentos sociais, de modo a ocupar o seu lugar central no movimento popular contra a política da maioria absoluta.

Algumas tarefas imediatas para a luta de classes

Célia Rodrigues, Daniel Bernardino, Daniel Carapau, Francisco Alves, Isabel Pires, João Pedro Silva, José Soeiro, Neli Azevedo, Nelson Silva, Pedro Faria, Rui Moreira, Sofia Figueiredo, Sónia Garrido Sousa, Sónia Ribeiro, Tânia Russo e Tiago Gillot

CONTRA O ASSALTO, A LUTA PELO SALÁRIO

A inflação tem permitido a acumulação de lucros extraordinários. Os gestores têm aumentos na ordem dos 10%, os trabalhadores do público e do privado sofrem uma feroz perda de poder de compra. O acordo do governo com patrões e UGT impôs uma meta de atualização que representa compressão do salário real e nem sequer tem sido aplicado na maioria das empresas. Está em curso uma transferência de rendimentos do trabalho para o capital superior aos tempos da troika. A luta por aumentos salariais que combatam a inflação, contra a política de empobrecimento imposta pelo governo PS e patrões, é o centro da intervenção imediata no mundo do trabalho.

O TESTE DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A plataformação do trabalho vai muito para além do setor dos transportes e das entregas de comida e anuncia um futuro do trabalho fora de qualquer regulação contratual e acesso a proteção social. O Bloco bateu-se pela existência de uma presunção de laboralidade para reconhecer contratos de trabalho nas plataformas. Se a nova lei for levada a sério, mais de 100 mil trabalhadores passariam a ter contrato e direitos e as plataformas digitais passariam a ser o maior empregador privado nacional. As multinacionais das plataformas, contudo, anunciam que não pretendem cumprir a lei. Lutar por contratos para os trabalhadores das plataformas é um dos combates mais importantes contra o liberalismo.

AMPLIAR O PERÍMETRO DA ORGANIZAÇÃO E DA INTERVENÇÃO SINDICAIS

Mantidas as regras da caducidade das convenções e a não recuperação integral do princípio do tratamento mais favorável, as relações coletivas de trabalho continuam profundamente desequilibradas a favor do patronato. Cabe ao mundo do trabalho organizado não desistir da contratação coletiva e da representação sindical e utilizar todos os instrumentos para a sua ampliação. A obrigatoriedade da fundamentação das denúncias de convenções e da sua sindicância arbitral terá de ser explorada como último recurso. O movimento sindical tem o desafio de concretizar a inclusão de trabalhadores a recibo verde e em outsourcing na contratação coletiva, um campo de ação com novos instrumentos legais. É prioritário combater o esvaziamento do poder dos sindicatos e a imposição da desigualdade entre trabalhadores por via do outsourcing, bem como aproveitar as novas possibilidades de intervenção sindical em empresas onde não há trabalhadores sindicalizados.

LUTAR CONTRA OS ESQUEMAS DE EXTERNALIZAÇÃO LABORAL

A luta contra os despedimentos e a precarização passa também pelo combate à substituição de trabalhadores com direitos por trabalhadores externos, contratados através de empresas prestadoras de serviços. A esquerda e o movimento sindical devem exigir a regularização e a vinculação de todos os trabalhadores em falso outsourcing, também no Estado. A proibição de recurso ao outsourcing por empresas que despedem tem de ser efetivamente garantida pela inspeção do trabalho e pelos tribunais.

TELETRABALHO TEM DE SER TRABALHO COM DIREITOS

880 mil trabalhadores portugueses (18% do total) trabalharam em casa, de modo permanente ou em formato híbrido. O Bloco fez bem em ter proposto e ter-se batido por uma nova lei para o teletrabalho. O respeito pelo direito à organização coletiva, pelo tempo de trabalho (e o dever de desconexão patronal) e a obrigatoriedade de pagamento do acréscimo de despesas (que se conseguiu agora reforçar na lei) são aspetos relevantes. Não desistir de proteger, de organizar e de representar os teletrabalhadores é fundamental.

O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NÃO É UM TRABALHO MENOR

Há 110 mil pessoas no serviço doméstico em Portugal. A esquerda e o movimento sindical devem fazer uma retrospectiva crítica da sua escassa intervenção neste domínio. O fim de algumas normas aberrantes da lei discriminatória do serviço doméstico é um ganho de que o Bloco se orgulha. Mas é preciso lutar pela organização e representação sindical do setor, pela plena integração destas trabalhadoras (98% mulheres) na lei geral do trabalho e pelo acesso a proteção social por inteiro, hoje negada, perpetuando a segregação legislativa e política.

COMBATER O ABUSO PELA AUTO-ORGANIZAÇÃO

O desequilíbrio nas relações de trabalho que vem do Código do Trabalho de 2003, do de 2009 e das alterações do tempo da troika (2012 e 2013), mantém-se no essencial, depois de várias legislaturas de governos PS. Um caso emblemático é a manutenção da regra que impede um trabalhador que receba a compensação por despedimento de contestar a licitude desse despedimento. A proibição das declarações através das quais os patrões extorquem aos trabalhadores os seus direitos no fim do contrato (extinguindo créditos de salários, subsídios, etc.), que o Bloco conseguiu aprovar, mostra que é possível reverter medidas humilhantes. Mas ao desequilíbrio legal existente soma-se um abuso muito para além da lei, perpetuado pela impunidade, por uma relação de forças degradada dentro das empresas, pelo regime de medo imposto pela precariedade e pela ineficácia da inspeção do trabalho. Só a organização sindical, o conflito político e a luta de classes poderá reequilibrar as relações de trabalho. Este é o centro da intervenção e da afirmação da esquerda anticapitalista.

Só um amplo movimento pela paz pode impedir o imperialismo de jogar a “roleta russa” nuclear na Europa!

Carlos Vieira e Castro, Célia Cláudia L. Rodrigues

Centenas de milhares de mortos e feridos, 8 milhões de refugiados na União Europeia e 3 milhões na Rússia, destruição de casas e cidades... Mas dizem-nos a NATO, os EUA e a CE que temos de continuar a enviar armamento para a Ucrânia até à derrota total da Rússia. O secretário-geral da NATO disse que “a vitória da Rússia seria a derrota da NATO”, assumindo, assim, que esta aliança não está só preocupada com a libertação da Ucrânia, mas sobretudo com os seus objectivos geo-estratégicos expansionistas. Até Mário Soares, em 2008, na Visão, alertava: “A NATO, cercando a Rússia e instalando na Polónia e na República Checa bases de mísseis, começa a ser uma ameaça para a Rússia que a pode tornar agressiva. A NATO, criada como organização defensiva, (...) está a tornar-se, por pressão dos neo-conservadores americanos, uma ameaça à paz. Cuidado União Europeia!” Os EUA também não toleraram mísseis russos em Cuba.

“Na origem da crise ucraniana está o Acordo de Associação com a União Europeia”(…) que “as autoridades ucranianas querem ter (...) e, simultaneamente, pertencer à União Euroasiática, mas a Comissão Europeia, e a OMC, entende que tal não é possível!” (...) Durão Barroso confirma essa posição, da qual Merkel se demarca (...): “O presidente da Ucrânia não assina o acordo europeu e a oposição ocupa a Praça Maidan.” (Carlos Gaspar, “O Mundo de Amanhã”, 2020). O Império e os seus lacaios impedem um país de ser neutral e de ter relações livres com os vizinhos!

Há um ano houve negociações entre a Ucrânia e a Rússia e Zelensky chegou a admitir a neutralidade da Ucrânia face à NATO em troca de garantias de respeito pela integridade do seu território. Mas Boris foi a correr a Kiev instigar Zelensky para não ceder, prometendo todo o armamento necessário até à derrota da Rússia. A seguir foi o secretário da Defesa dos EUA e acabaram as negociações.

A Ucrânia tem todo o direito de se defender da agressão selvagem de um autocrata apoiante da extrema-direita internacional, nostálgico do império czarista, a “prisão dos povos” como lhe chamou Lenin, a quem Putin culpou pela existência autónoma da República da Ucrânia na URSS. A justificação de Putin para a invasão, “desnazificar a Ucrânia”, não faz qualquer sentido; primeiro teria de desnazificar a Rússia, uma vez que se a Ucrânia foi um campo de treinos para neofascistas de todo o mundo, a seguir à “Revolução Maidan” (conforme reportagens do Público de 21.06.2020, a Times e o francês Canal+), também na Rússia o Grupo Wagner, com ligações a Putin, e a Liga Imperial Russa davam treino a neonazis estrangeiros e de outros grupos russos, como os “Born” (assassinos da jornalista Buborova e do advogado de Direitos Humanos, Markelov), com a complacência do Kremlin. Se a extrema-direita se aproveitou da legítima aspiração dos ucranianos em aderir à UE, no EuroMaidan, ao ponto de o Sector Direito ter “à porta da sede, no edifício da Câmara Municipal de Kiev (...) uma gigantesca cruz suástica” (Paulo Moura, “Viagem ao coração de uma guerra futura”), a verdade é que tanto estas milícias como o Batalhão Azov combateram os separatistas do Donbass e acabaram por ser incorporados nas forças regulares do exército. Também os neofascistas do Svoboda, depois da EuroMaidan, chegaram a ter cinco membros no novo governo, incluindo um vice-primeiro ministro, mas acabaram por



perder peso parlamentar e por ser absorvidos por outros partidos que os terão normalizado. Nem isto, nem o facto da Ucrânia ter tido governos corruptos e uma democracia duvidosa serve para diminuir a nossa solidariedade para com o povo ucraniano, tal como condenámos os crimes praticados pelos EUA e pelo Reino Unido no Iraque (bombardeamentos de cidades com armas de destruição em massa, como o fósforo branco), apesar dos crimes de Saddam. O contexto não perdoa o crime, mas não se pode obliterar a história. Ver a cores e não só a preto e branco!

As reportagens paralelas dos enviados da Antena 1, Nuno Amaral, em Kiev e Irpin, e Luis Peixoto, no Donbass (rara excepção na cobertura unilateral e maniqueísta), mostram que em ambos os lados há imenso sofrimento, destruição, perdas de vidas inocentes, profundo cansaço da guerra e uma enorme ânsia de paz. As pessoas russófonas do Donbass também sofrem com a guerra civil que em 9 anos já provocou cerca de 14 mil mortos e não podem ser tratadas como “filhos de um deus menor”. Há que garantir, também a elas, o direito à autodeterminação, direito proclamado inicialmente pelo presidente Wilson (EUA) e por Lenin para ser incorporado na Carta da Liga das Nações, mas que os países europeus colonialistas vetaram até 1966, quando foi adoptada pela ONU (resolução 1514).

A Conferência Europeia pela PAZ que o BE defende pode lograr um acordo de paz, mas não podemos esperar que o Imperialismo e seus capatazes europeus saudosos do colonialismo se decidam. Mais uma vez “A PAZ ESTÁ NA MÃO DOS POVOS!”

Todo o Bloco, em todo o lado, ao mesmo tempo

Duarte Graça

O Bloco é um partido heterogéneo, plural e diverso em, praticamente, todas as dimensões, incluindo a que foco neste contributo: a territorial.

Desde a sua fundação, tem havido um enraizamento significativo, tanto em zonas historicamente favoráveis à Esquerda, como em localidades onde os obstáculos à intervenção são maiores, porém se ultrapassam com persistência e estratégia.

No entanto, há muito caminho a fazer. Todos os avanços conseguidos no plano do alargamento territorial da presença do Bloco não nos colocam ainda numa posição confortável na capacidade de comunicação e iniciativa e na ligação às comunidades por todo o país. Importa identificar os aspectos sobre os quais temos controlo e que podemos trabalhar para solidificar, alargar e acelerar a implantação territorial.

Como primeiro aspeto a analisar, podemos considerar a localização das iniciativas nacionais, distritais ou concelhias, tanto em contínuo como em época eleitoral. A título de exemplo, as Convenções Nacionais têm sido na cidade de Lisboa, com exceção de 2021, em que foi em Matosinhos, concelho litoral que integra a Área Metropolitana do Porto. Descentralizar a localização do mais importante momento interno do Bloco seria um importante sinal, e, sendo certo que exigiria um enorme esforço de adaptação tanto financeira como logística, não deixaria, por isso, de ser possível e desejável.

Nas últimas eleições que enfrentamos, as Legislativas de 2022, muito território ficou por contactar, incluindo no distrito do Porto, onde vivo e sou membro da respectiva Comissão Coordenadora Distrital do Bloco. Sendo certo que muita gente das zonas periféricas ou do interior do distrito trabalham ou estudam e se deslocam diariamente à cidade do Porto, há muita gente cuja realidade não é essa, e mesmo para quem a vive é, em todo o caso, fundamental ligarmo-nos às pessoas onde residem, e sentem o impacto de políticas locais de habitação, transportes, ambientais.

Há ainda a considerar as iniciativas do dia-a-dia - sessões públicas, conversas, debates, distribuição de propaganda, colagem de cartazes - e momentos importantes como encontros nacionais setoriais, reuniões de Grupos de Trabalho nacionais ou distritais, plenários de Assembleias Distritais, que frequentemente se concentram numa pequena porção do território nacional. É e será sempre mais desafiante realizar estas iniciativas fora dos espaços onde o transporte é facilitado, e os recursos estão mais próximos; porém, a Esquerda constrói-se e é tanto mais resistente e sólida quanto maiores os desafios que assume.

Passando ao segundo aspeto, o conhecimento sobre o diverso território do país, é necessário olhar à informação que recolhemos para potenciar o nosso trabalho político. Há muitas localidades onde não temos militância, não podendo isso impedir-nos de procurar conhecer e perceber os problemas específicos aí sofridos. Naturalmente, fazemos iniciativa com base na informação que temos; consequentemente, tendemos a não tomar tanta iniciativa em ou sobre determinados locais quando achamos não conhecer ou ter contacto suficiente. Isso cria um ciclo vicioso: não fazemos iniciativa em ou sobre certos locais porque não conhecemos ou não sabemos o que esperar; não conhecemos nem sabemos o que esperar em certos locais porque não fazemos iniciativa em ou sobre os mesmos.



É nossa responsabilidade, enquanto força de Esquerda, quebrar esse ciclo, não deixando que receios ou hesitações legítimas que possam surgir sejam obstáculo à nossa intervenção, presença e ligação à comunidade em toda e qualquer localidade, cidade, vila, aldeia, freguesia, concelho, distrito, região ou ilha.

Terceiro e último aspeto, o apoio à organização democrática de populações ou setores, devemos pensar a necessidade de promover o desenvolvimento livre e democrático da organização coletiva em todos os domínios: no Trabalho, por via de organização sindical e comissões de trabalhadores em todas as áreas e setores laborais; na Habitação, por via de comissões ou organizações de moradores; na Educação, por via de associações de estudantes ou coletivos estudantis de natureza diversa, desde feministas a culturais; na Cultura, por via de grupos de teatro, musicais ou de outras formas de expressão artística; na Saúde, por via de comissões de utentes; entre muitos outros.

Em muitas localidades fora dos centros urbanos, um dos grandes obstáculos ao enraizamento do Bloco, em particular, e da Esquerda, em geral, é a falta de espaços de discussão, debate, pensamento e problematização políticos. A existência desses espaços é uma condição necessária para a vivência democrática; enquanto partido e movimento, o Bloco tem a responsabilidade de contribuir para o reforço da cultura democrática, de uma vida cidadã em pleno a que toda a gente deve ter direito, independentemente do local onde viva, estuda ou trabalhe.

Temos feito esforços muito importantes em tudo o que referi. Importa reforçar e aprofundar, com toda a convicção de um partido-movimento de Esquerda radical, inquieta, que não se satisfaz com o mínimo.



Rede de Cuidados paliativos Integrados no SNS

Gisela Almeida

Na atualidade, quando pensamos em cuidados paliativos reconhecemos que as políticas de saúde e a governação clínica das unidades de prestação de cuidados têm de reestruturar, organizar e implementar soluções que permitam a melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas que não têm cura para a sua doença.

Desde a sua criação, os Cuidados Paliativos foram definidos pela Organização Mundial de Saúde em 1990, e redefinidos em 2002, como sendo uma abordagem que aprimora a qualidade de vida, dos pacientes e famílias que enfrentam problemas associados com doenças, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meio de identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor, e outros problemas de ordem física, psicossocial e espiritual.

Passadas duas décadas, as necessidades percepcionadas na prática clínica demonstram-nos a necessidade de uma maior articulação entre as unidades hospitalares e as unidades de prestação de cuidados na comunidade. Recentemente a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos pediu urgência na priorização efetiva do investimento em cuidados paliativos, elencando que continuam a faltar vagas em internamento para as pessoas que necessitam deste tipo de cuidados, mas referindo também que existe um fraco acesso ao acompanhamento especializado no decorrer de processos de doença grave ao longo de todas as fases da mesma, tratando-se de um direito plasmado na Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, de 2012, que continua por cumprir!

O estatuto do cuidador informal foi uma conquista positiva mas para além do apoio sócio-económico tem de acautelar a componente de formação para o cuidar, para ao autocuidado e autogestão dos sintomas, permitindo reforçar políticas de bem-estar e saúde mental. A promoção do serviço nacional de cuidados centrados na pessoa com primazia na prestação de cuidados em unidades de cuidados paliativos domiciliários permite o suporte clínico diferenciado.

Continua a ser prioritário o investimento na formação diferenciada em cuidados paliativos dos profissionais de saúde e criar novas unidades de apoio ao internamento paliativo, a nível hospitalar e na comunidade que permitam o controlo de sintomas e prevenção de complicações, aliviando o sofrimento, permitindo o acesso a cuidados personalizados e de proximidade.

Face à necessidade de reestruturação das urgências hospitalares e sobrecarga de procura sobre as mesmas, o investimento nas medidas anteriormente destacadas permitem diminuir a procura dos serviços daqueles urgência, que como sabemos e reconhecemos, e como a pessoa doente e os cuidadores informais reconhecem, por melhores que sejam, não são a melhor resposta em cuidados paliativos, uma vez que não permitem o acesso a cuidados diferenciados no âmbito da medicina paliativa.

A evolução e organização de uma rede de cuidados paliativos integrados requer investimento no capital humano do SNS. Sendo prioritário respeitar as dotações seguras para a prestação de cuidados e investir nas medidas promotoras da fixação de profissionais, nomeadamente, respeitando a progressão das carreiras com a remuneração ajustada à diferenciação de competências.

Por fim, considera-se fundamental o investimento na formação profissional e académica no SNS, fomentando também a promoção da investigação que permita melhorar a prática clínica, tendo por base a melhor evidência científica.

Uma estratégia interna para a construção de uma alternativa coesa, concreta e de esquerda.

Gonçalo Filipe

O Bloco vê-se num período do seu percurso onde se quer afirmar como uma alternativa de governo à esquerda. Para isso, uma das necessidades que se salienta é a de adotar estratégias de gestão interna para complementar o seu programa, a sua comunicação e o seu discurso com propostas de solução para os vários problemas estruturais que são evidentes e que há muito conhecemos.

Em baixo serão dados alguns exemplos onde uma estratégia de gestão e elaboração de proposta e comunicação trariam ao de cima um Bloco com a capacidade de conceber e apresentar soluções para problemas identificados.

Vejamos a questão ecológica. A abordagem do Bloco sobre este assunto tem nome, ativismo e formação contínua - uma linha para continuar. O Ecosocialismo representa um antídoto político ao capitalismo verde falacioso mas também representa uma panóplia de soluções que são necessárias implementar. Soluções presentes em inúmeros relatórios científicos que precisam de ser transformados em proposta política para a transição energética.

NECESSIDADES:

- Transição para produção sustentável de energia (em proximidade e em forma de produção)
- Quantos empregos atuais estão em causa nesta transição?
- Que e quantos empregos novos estão em causa nesta transição?
- Que programas de reabilitação profissional são necessários?
- Quanto custará o processo?
- Quanto tempo durará?
- Quais serão os benefícios (económicos, sociais, ambientais)?

SOLUÇÕES:

- Aposta em grupos de trabalho (militante ou contratado) para elaboração de propostas de projeto que incluam números em resposta às necessidades colocadas.
- Cooperação com instituições e profissionais da ciência que estejam dispostas a partilhar com o Bloco informação relevante para atingir este fim.



O mesmo exercício pode ser feito ao nível do urbanismo e dos transportes, também de mãos dadas com a causa ecológica e com o ímpeto cultural transmitido à sociedade com a forma como se organiza a cidade. Já hoje vemos alguns partidos a elaborar projetos de organização urbana, a desenhar digitalmente e anunciá-los enquanto os apresentam.

Esta parece ser uma forma óbvia de perspetivar a ideia de cidade concebida no Bloco ao seu público alvo, mas é necessário um trabalho de fundo, dentro do partido, para entregar este tipo de comunicação.

NECESSIDADES:

- Apresentação gráfica de uma utilização alternativa de estradas e demais espaço público.
- Apresentação gráfica de ordenamento do território (serviços, comércio, habitação).
- Que e quanto investimento em transportes públicos precisa a cidade?
- Como é que se pode aproveitar recursos já existentes como estradas, vias rápidas ou autoestradas para construir uma cidade mais humana?

SOLUÇÕES:

- Aposta em grupos de trabalho (militante ou contratado) de concepção de projetos urbanos e/ou co-laboração com entidades que realizam este tipo de trabalho.
- Aposta em grupos de trabalho de design gráfico para efeitos de comunicação.

Na habitação também se pode visualizar esta dinâmica de trabalho partidário, nomeadamente para definir propostas mais concretas para o parque habitacional público que ambicionamos ter. Neste momento já consta no programa do bloco uma proposta para a construção de 100 mil novos fogos de habitação pública, mas esta pode ser mais completa. A estimativa do seu custo já está calculada mas poderia beneficiar de mais dados como as potenciais localizações para a sua construção, características de sustentabilidade ambiental, como a criação de uma rede de energia solar compartilhada ou uma moderna gestão de águas e os benefícios daqui vindouros.

Esta visão de elaboração de projetos que o Bloco ambiciona fazer é transversal à maioria das temáticas da sociedade, por certo que não caberia num texto contributo.

Uma alternativa de esquerda para governar o país, com características ecossocialistas, que quer traçar e realizar um caminho rumo à sustentabilidade e soberania da economia e, para isso, precisa de demonstrar ao eleitorado a visão e a capacidade para o fazer.

Mobilidade: peça central do combate às alterações climáticas

Isabel Pires, Miguel Martins

Responder à crise climática é um dos desafios dos nossos tempos. Sendo ela, em grande medida, provocada pelo sistema capitalista extrativista que se tem densificado, importa olhar para a mobilidade e os sistemas de transportes como uma das matérias em que as mudanças podem ser impulsionadas por políticas públicas.

Por estarmos cientes deste desafio é que, na moção A, desde há muito que temos vindo a apontar caminhos para uma alteração drástica dos modos de mobilidade e para a necessária transformação da rede de transportes, a nível nacional.

Mudar radicalmente o perfil da mobilidade, dar primazia à escolha e utilização do transporte coletivo, privilegiando o investimento no modo ferroviário é a proposta fundamental que o Bloco apresenta, nas áreas metropolitanas como em todo o país. Na verdade, o direito efetivo à mobilidade só pode ser universal com base em transportes públicos coletivos. Sem essa transição para uma mobilidade coletiva e elétrica, nenhuma meta de descarbonização do país poderá ser cumprida.

É por isso que, logo em 2016, apresentamos um Plano Ferroviário Nacional. Este plano assenta num programa de investimentos públicos ao longo de duas décadas para a requalificação integral da Rede Ferroviária Nacional, o reforço e extensão da Rede nos territórios deficitários de transporte ferroviário, o reequilíbrio da repartição modal entre os vários modos de transporte e correção das assimetrias e reforço da coesão social e territorial.

No final deste plano, o objetivo era que toda a rede estivesse eletrificada e gerida com recurso a sistemas automatizados de sinalização, controlo e gestão de tráfego. Que todas as capitais regionais ou distritais estivessem ligadas por via ferroviária de modo a permitir a multimodalidade no transporte nacional e internacional. Que estivessem asseguradas ligações funcionais entre os vários sistemas logísticos – portos, aeroportos, plataformas logísticas regionais e fronteiras – por onde circularão os serviços ferroviários. Por fim, que o peso da quota ferroviária no transporte terrestre de pessoas e mercadorias fosse de 40% das toneladas-quilómetros transportadas e 40% dos passageiros-quilómetros transportados.

Tínhamos uma proposta com investimento e metas ambiciosas, mas só assim é possível chegar a metas de descarbonização sólidas. Continuamos a defender este plano, com as devidas adaptações à atualidade. Apesar do governo ter vindo, nos últimos anos, a falar muito do amor que tem à ferrovia, esse amor parece ser apenas platónico.

A realidade é preocupante. As metas do programa Ferrovia 2020 continuam atrasadas. A substituição por novas composições está atrasada. Há capitais de distrito que continuam separadas da rede, o que, na prática, significa ter territórios e populações sem direito à mobilidade, acentuando as desigualdades territoriais.

Precisamos de ter mecanismos tarifários que reduzam drasticamente o preço para fazer viagens como Porto-Lisboa. Nessa viagem, o Intercidades custa 25,50€ (segunda classe) e o Alfa Pendular 31,90€ (também segunda classe), sendo que, em ambos, a viagem fica à volta de 3 horas (regra geral mais, por causa de atrasos vários).



Não é eficaz e não é económico. Há exemplos de como reduções drásticas do preço de viagens mais longas fazem a diferença. Na Alemanha, entre junho e agosto de 2022, por apenas 9 euros mensais, os alemães puderam andar em todos os transportes urbanos e regionais do país, com exceção dos comboios de alta velocidade. E isso correspondeu a uma poupança de 1,8 milhões de toneladas em emissões de CO₂, o equivalente às emissões poluentes de 388 mil automóveis durante um ano.

Portugal, ao longo de décadas foi fazendo uso de fundos comunitários para estender a rede viária, deixando ao abandono a rede ferroviária, sendo Portugal um dos poucos países em que a rede mais diminuiu e onde há capitais de distrito completamente sem acesso ao transporte ferroviário. Falamos de uma opção política que se revelou extremamente errada e que atrasou o país vários anos. Hoje, poderíamos ter uma rede ferroviária robusta, totalmente eletrificada, densa e que respondesse a todas as regiões do país.

Na verdade, se tivesse havido vontade política mais cedo para avançar com o Plano Ferroviário Nacional que o Bloco de Esquerda apresentou em 2016, poderíamos estar já com algum avanço significativo nas metas que propunhamos.

Por vezes parece um disco riscado, mas dizer e propor que precisamos de reduzir os preços e aliar isso a uma melhor oferta nos transportes públicos coletivos, nomeadamente ferroviários, não é um chavão. É mesmo o caminho para dependermos cada vez menos do automóvel individual, reduzirmos emissões e oferecermos uma rede de mobilidade o mais acessível a todos e todas.

Por outra política no Barreiro/Seixal

Jéssica Oliveira, Jorgete Teixeira, Rosário Vaz

Vivemos tempos de grande complexidade onde ao aumento das desigualdades sociais se junta uma crise climática galopante. São faces de um sistema capitalista que tem como "modus operandi" a exploração dos trabalhadores e da natureza. São necessárias alterações que garantam a transformação radical da sociedade, rumo ao Socialismo, que garanta a justiça social e o futuro do planeta.

UMA POLÍTICA PARA AS PESSOAS

As cidades da margem sul do Tejo, funcionando muitas vezes como dormitórios, cresceram de forma desordenada e sem grandes preocupações ambientais. Constituídas por populações de forte incidência operária, foi-lhes sempre colado o estigma da sub-urbanidade, da periferia de Lisboa. Com o fecho das fábricas e não havendo na região empregos que suportem o sustento das famílias, as pessoas viraram-se para a capital. Partem de madrugada e regressam à noite num vai-vem na procura da sobrevivência, despejadas pelos transportes fluviais, muitos imigrantes ou descendentes destes. São vidas difíceis de trabalho precário e mal pago nas limpezas, restauração, comércio, principalmente. Às mulheres espera-as ainda um esforço de trabalho suplementar no cuidado da casa e dos filhos, antes do descanso que as faça recuperar forças para novo ciclo de trabalho.

Aos sucessivos governos pouco importa esta realidade social; vergados aos interesses económicos, empurram as populações para a miséria, sem responder à inflação e ao aumento do custo de vida, desinvestindo nos serviços públicos, na saúde e na educação. As autarquias, por sua vez, mostram-se submissas aos interesses instalados e lóbis locais não investindo na qualidade de vida dos mais frágeis.

Perante a crise social e precarização do trabalho, a maioria absoluta do PS oferece sucessivos casos de corrupção e favorecimento, na rua levantam-se protestos que é preciso ter em conta e apoiar, contra a extrema-direita que cavalga a desgraça, contra o conservadorismo, contra o machismo, denunciando os femicídios e procurando medidas de proteção das vítimas, contra o racismo e quem o vai defendendo de forma aberta.

De Lisboa vem a aposta cega no turismo que influenciou a criação de "hostels" e alojamento local nos concelhos limítrofes e ampliou a especulação imobiliária. No Seixal e no Barreiro vêem-se casas devolutas a serem vendidas a capitais estrangeiros, visando especular e lucrar. As consequências criaram uma fragilidade imensa na população que acabou empurrada para habitações indignas, o bairro da Jamaica ou das Palmeiras são disso exemplo, enquanto nascem condomínios de luxo mesmo ao lado. Queremos que o estado invista na habitação, trave a especulação, reabilite e disponibilize casas a custos controlados. Que proteja o património histórico e cultural, respeite a vontade popular como na Quinta do Braamcamp. Preservar o ambiente, melhorar a qualidade das águas, proteger as zonas de sapal e os habitats, investir em espaços de lazer, culturais e desportivos acessíveis, deveria ser a prioridade dos executivos, em toda a escala do Arco Ribeirinho. Acresce a falta de transportes. No Seixal, os autocarros da Carris, assim como no Barreiro o serviço TCB, continuam insuficientes e a não cumprir horários, deixando a população à mercê do transporte individual, além da ligação fluvial que se tem degradado, colocando a urgência de uma rede de transportes públicos não poluente que sirva as pessoas. A ligação pedonal Seixal-Barreiro é fundamental para garantir mobilidade e coesão territorial.



UMA POLÍTICA INTERNA COM DEMOCRACIA E DE BAIXO PARA CIMA

Na génese do Bloco de Esquerda esteve a diversidade e pluralidade de opiniões e sensibilidades que tem vindo a perder perante o estrangulamento imposto pelas correntes maioritárias, o objetivo de controlo do aparelho, verticaliza a organização, restringe a participação e empurra para as margens quem pensa diferente. Os tempos que vivemos são complicados para o partido, para o país e mundo em geral e é contraproducente esta política de funcionamento, que afasta militantes, que gera desgaste, desilusão e abandono. O Bloco precisa de distritais e concelhias a funcionar, abertas ao debate e não apenas servindo de veículo de informações, com orientações vindas de cima e em que os militantes não sejam meros tarefeiros ou contribuintes. É necessário construir de baixo para cima, com todos, intensificando o debate, com atividade e autonomia face ao parlamento e que reforce quem é eleito.

O trabalho local deve ser o alicerce do partido, o centro da intervenção política que permite enraizar, crescer e gerar movimento, criar alegria militante na construção da sociedade e local onde vivemos, do partido-movimento que se vai perdendo.

Apresentaremos à XIII Convenção do Bloco uma plataforma e apelamos a todos os que, como nós, não se revejam em nenhuma das duas moções apresentadas, a construírem e apresentarem a partir de baixo Plataformas locais e listas a delegados. A XIII Convenção e a democracia agradecem!

Não é defeito

José Gusmão e Vicente Ferreira

Quando a crise pandémica e as medidas de confinamento começaram a produzir os efeitos económicos e sociais devastadores, o debate sobre as respostas voltou a instalar-se nas instituições europeias. A resposta foi lenta, insuficiente, mas baseada num instrumento de financiamento dos Estados, acompanhado da suspensão de vários conjuntos de regras, com destaque para a governação económica e as ajudas de Estado. Apesar da timidez da resposta contracíclica, a celebração foi entusiástica. A Comissão e os Estados-membros teriam, pelo menos, aprendido a lição da crise financeira e optado por uma resposta solidária à nova crise. Os festejos já eram exagerados à data por várias razões:

1. A resposta contracíclica inicial não foi uma inovação. Também na crise financeira, a resposta inicial foi centrada em políticas orçamentais anticrise, ainda que, nessa altura, baseadas nas políticas orçamentais nacionais, um pormenor bem relevante.
2. Se a criação de um instrumento orçamental à escala europeia foi um precedente positivo, o mesmo surgiu com uma contrapartida importante: um aumento dos cheques passados às economias mais ricas no âmbito do orçamento comunitário (rebates).
3. A lentidão e a dimensão da resposta não são apenas questões de grau. Quando a resposta chegou, já havia uma enorme assimetria entre as respostas à crise nas economias do centro e da periferia.

No entanto, o pior, como verificamos hoje, estava para vir. Com o aumento da inflação associado à recuperação pandémica e fortemente agravado pela guerra, todas as políticas europeias mais relevantes entraram em modo regresso ao passado:

1. A pressão sobre as políticas orçamentais foi crescendo e terá o seu auge em 2024, quando regressarem as regras de governação económica. A proposta de revisão que está em cima da mesa mantém os critérios do PEC e elege o saldo primário como indicador fundamental, agilizando as sanções. A suposta reconquista da autonomia dos Estados na definição das suas estratégias económicas esbarra na definição de critérios "técnicos" pela comissão e na necessidade de aprovação pela comissão e Conselho dos planos apresentados pelos Estados, bem como o aumento da pressão em torno das "recomendações" do semestre.
2. Na prática, aumentará a discricionariedade da Comissão, que poderá flexibilizar os ritmos de ajustamento como prémio para implementação das reformas estruturais do costume. Em suma, as políticas que a Comissão apreciar terão um prémio orçamental, autorizado pelas regras.
3. Esta inflexão vem somar-se a uma outra: a da política monetária, que entrou num ciclo restritivo, com efeitos duplamente assimétricos: a) o aumento das taxas de juro já está a prejudicar desproporcionadamente às economias mais endividadas e b) a refletir-se negativamente nos créditos, nomeadamente nos contextos de alto endividamento das famílias e predominância de taxas variáveis, como o de Portugal.
4. Estas tendências somam-se às escolhas estratégicas do Governo PS que entraram em turbo com a maioria absoluta: desinvestimento e privatização dos serviços públicos, corte real nos salários e pensões, desvalorização do investimento público e ausência de uma estratégia de desenvolvimento.



Assim, chegados a 2023, tudo o que é fundamental nas políticas económicas europeias e nacionais contribui para uma transferência massiva de rendimento do capital para o trabalho. A sua dimensão é ainda difícil de estimar, mas promete ombrear com a dos anos da troika. O que já podemos observar é o fosso entre a alucinação de uma espiral inflacionista associada aos salários e a total passividade em relação à espiral realmente existente: a dos lucros. Não é um problema do desenho das políticas desta Comissão ou deste Governo. É uma escolha de fundo. É feito.

A Esquerda Internacionalista, a Guerra e a Paz

José Manuel Pureza

O imperialismo russo gerou, com a sua ocupação e agressão à Ucrânia, uma guerra de libertação nacional naquele território. Se o objetivo era ir em socorro das populações da região do Donbass, a ocupação e a guerra retiraram qualquer legitimidade a esse gesto e tornaram a resistência do povo ucraniano digna de toda a solidariedade.

Quer isto dizer que os povos do Donbass são um mero joguete na disputa entre o imperialismo russo e o norte-americano? Não. Os povos dessas repúblicas, como todos os povos do mundo, têm direito à autodeterminação. A ocupação da Ucrânia foi o pior dos serviços prestados ao exercício desse direito. Mas ele não pode ser excluído de uma solução política que urge contrapor à destruição dos povos da Ucrânia às mãos do discurso da inevitabilidade de uma solução militar.

A esquerda internacionalista não fica em cima do muro e escolhe o único lado que lhe é exigível: o da solidariedade com os povos da Ucrânia e a sua autodeterminação, rejeitando todas as estratégias imperialistas, sejam quem forem os seus intérpretes, e qualquer que seja a justificação que usam para conquistar as opiniões públicas.

Com este espírito, a esquerda internacionalista tem o dever de disputar a hegemonia aos discursos de apologia da solução militar, uma óbvia irresponsabilidade que convoca à destruição que arrasta destruição e que faz crer numa fantasia negando o pesadelo do apocalipse que ela oculta.

A esquerda internacionalista não se bate pela paz por candura nem por hipocrisia tática, mas porque não aceita o apagamento das divergências, das contradições, da luta de classes e todas as lutas emancipatórias às mãos da polarização simplista que a guerra provoca. A esquerda internacionalista faz sua, neste momento, a prioridade de resgatar a crítica radical ao confinamento do espaço político por uma construção que fecha a realidade num antagonismo entre países, como se os países não fossem internamente heterogêneos, não albergassem atores sociais com interesses contraditórios e neles não houvesse disputa de políticas e de poder. Só a esquerda internacionalista pode trazer para o centro do debate e da ação política essa diversidade, as hierarquias socioeconómicas e todas as violências que a geopolítica oculta atrás da sua ontologia pobre (só Estados, numa opacidade que tudo esconde, quando não mesmo só grandes potências).

É por causa da emancipação que a esquerda se bate pela paz e não por um imperativo moral de que qualquer paz é sempre superior a qualquer guerra. As guerras de libertação nacional, as guerras de resistência à opressão e ocupação e as guerras contra a tirania não merecem a reprovação de princípio da esquerda, antes a sua solidariedade – precisamente porque elas são instrumentos tornados necessários para a emancipação essencial. É assim agora na Ucrânia, como foi antes nas antigas colónias portuguesas e em tantos outros países

Em fevereiro de 2003, as manifestações gigantescas pela paz contra a guerra no Iraque foram manifestações contra o imperialismo e contra a economia política mundial que conduziu o processo político internacional para aquela guerra. O desafio atual é o de resgatar esse sentido emancipatório e de crítica radical num grande movimento internacionalista pela paz. Este desafio desdobra-se em três exigências concretas.



A primeira é a de mostrar que a solução política é possível e, para esse efeito, juntar vozes e forças para exigir um investimento político urgente dos governos na densificação dos canais que se mantêm apesar da guerra: o canal da exportação dos cereais e o canal da troca de prisioneiros. A robustez dada a esses canais e a abertura de outros é o que permitirá pôr no horizonte prático a convocação de uma cimeira de paz, patrocinada pelas Nações Unidas. Contra a chacina do povo ucraniano e dos russos enviados para a frente de batalha, contra a vertigem do holocausto nuclear, o apoio solidário à resistência ucraniana tem que se articular com toda a pressão para uma solução política do conflito.

A segunda exigência é a de fazer da solução política um instrumento da autodeterminação dos povos. O mundo precisa de uma solução política para a guerra da Ucrânia para que a autodeterminação daquele povo e de todos os povos daquele território se cumpra. Uma cimeira de paz tem de ser uma cimeira de afirmação do primado da autodeterminação.

A terceira exigência é a de conjugar a força do movimento internacionalista pela paz com a força de outros movimentos internacionalistas, articulando com eles agendas e lutas. Será assim com o movimento feminista e com a sua denúncia da natureza patriarcal do sistema internacional que alimenta a guerra. Será assim com o movimento pela justiça climática e a sua batalha contra a dependência fóssil porque as alternativas energéticas renováveis são um ingrediente fundamental de todas as estratégias de prevenção de conflitos no nosso tempo.

Mais Bloco!

José Manuel Baptista do Carmo, Rogério Rochinha Jesus Ferreira, Carlos Aboim de Brito, Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, Ana Filipa Silvestre, Artur António Guerreiro Sanina, Alcindo Norte

Precisamos de um Bloco de Esquerda de ação e de massas, com a marca do socialismo do nosso tempo, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, que privilegie o enraizamento na base. Precisamos um Bloco de Esquerda com uma prática interna de democracia, de valorização dos contributos de todos, sem exclusões, pois todos os que têm a coragem de se afirmar do Bloco de Esquerda fazem falta. Precisamos de um Bloco capaz de juntar forças.

Bloco de Esquerda precisa rejeitar a tendência para perspetivar a força do Bloco na ação parlamentar e nos quadros do aparelho central; o Bloco não pode basear a sua ação em declarações e propostas centrais cuja divulgação depende da boa vontade da comunicação social e que não se traduzem em movimento social; o Bloco não pode avaliar a sua força pelas sondagens e resultados eleitorais. Não aceitamos o mito de que o Bloco não tem vocação local e autárquica, pelo contrário, temos de afirmar que é dessa vocação local que virá a sua força. Um partido de propaganda, parlamentarista e eleitoralista perde o contacto com a realidade, perde-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos.

Mais Bloco de Esquerda significa reforçar a organização na base, superando os défices que revela na implantação territorial e na ligação ao povo a nível local pelo alargamento, organização e participação do partido/ movimento nas comunidades locais.

Mais Bloco de Esquerda significa mais apoio e formação para o envolvimento dos núcleos e concelhias na ação política, assim como para o envolvimento nas expressões multiformes do movimento social. O Bloco deve estimular a descentralização e multiplicação de pólos de iniciativa, ação e reflexão, promover as redes de troca entre elas e a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados, que assumam responsabilidades para o exterior e para o interior. Só assim se formam quadros para as lutas e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.

O Bloco de Esquerda tem de se afirmar na intervenção política e social pelo aprofundamento de políticas sectoriais e pelo aumento da capacidade de apresentar propostas alternativas baseadas no conhecimento e em princípios do pensamento socialista e contribuir para amplos movimentos que congreguem os setores mais progressistas e nos aproximem mais da ideia de partido-movimento.

Mais Bloco de Esquerda significa assumir claramente projetos de disputa do poder a nível local, participando e dinamizando movimentos de convergência nas autarquias politicamente fundamentados no reforço da esquerda, na honestidade e em perspetivas progressistas de desenvolvimento.

Mais Bloco de Esquerda significa trazer a democracia para dentro da nossa organização, numa lógica de unidade e luta, integrando as tendências e sensibilidades num todo coerente, rompendo radicalmente com o sectarismo e a disputa de lugares. O pluralismo no Bloco de Esquerda significa o alargamento das fronteiras dos debates internos a todo o partido, incluindo na vida coletiva quem não se reconhece nas tendências ou sensibilidades organizadas. Da valorização dos múltiplos contributos, da diversidade de opinião e da ampla participação, resultam sínteses criativas na construção e definição das políticas. Um Bloco de Esquerda para



a ação, de massas e plural deve substituir a velha lógica grupista da exclusão, de asfixia da democracia interna ou da concepção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um monolitismo castrador e reacionário. A disputa pela hegemonia e controlo do aparelho perverte e empobrece a vida democrática da organização, condiciona as escolhas nas listas para os cargos eletivos e desmobiliza o empenhamento dos aderentes nas lutas eleitorais. Os funcionários das regiões devem ser escolhidos por elas para as tarefas de apoio administrativo e logístico e não indicados pela direção como agentes de controlo e imposição de orientações e pessoas, eventualmente em confronto com a direção distrital. Defendemos que a escolha dos membros das listas para o círculo eleitoral, seja da competência do distrito ou região respetivo. O caudilhismo apenas significa ditadura.

O Interior não é só paisagem

José Miguel Lopes, Ana Carolina Gomes, Carlos Couto, Célia Rodrigues, Cristina Guedes, Manuela Antunes, Ana Pardal, Beatriz Realinho, Carlos Vieira, Cristina Teixeira, Daniela Fernandes, Gonçalo Carvalho, Lúcia Vilhena, Manuel Coelho, Marco Mendonça, Maria Inês Pombo, Miguel Cardoso, Pedro Mesquita, Rodrigo Sousa, Tiago Resende

Portugal é um país pequeno, mas extremamente litoralizado. O Interior tem sido esvaziado e abandonado, com óbvias consequências económicas e sociais para quem nele vive e para a generalidade do país.

Estes territórios são ilhas isoladas no que respeita à mobilidade, com uma ferrovia precária ou inexistente, oferta de transporte coletivo rodoviário decadente e dependente do interesse de privados e algumas das autoestradas mais caras do país, sem alternativas não portajadas viáveis. Um problema que agrava a dificuldade no acesso a serviços públicos, já de si escassos e distantes de uma desejável lógica de proximidade.

Quem vive no Interior sente as desigualdades desde muito cedo na sua vida. A educação é espelho desses mesmos problemas. Estudantes com frio e com projetos de vida que não podem seguir, dada a escassa oferta nas escolas públicas locais. A fraca mobilidade faz com que estudantes saiam de casa de madrugada e só cheguem à noite. O acesso à saúde pública apresenta notáveis fragilidades. Os centros de saúde da região estão debilitados, com carências de material e de recursos humanos, desvalorizados. Os hospitais continuam a perder valências; em 2023, vemos a ameaça de encerramento de 2 blocos de parto entre Guarda, Covilhã e Castelo Branco, tal qual a da era da Troika. Observa-se uma indesejada rotatividade de profissionais, que diminui a qualidade dos cuidados de saúde primários prestados, tendo os utentes vários médicos de família por ano, situação que impede um acompanhamento eficaz.

O Interior é uma região mais conservadora do que a generalidade do país. Como tal, pessoas LGBTQIAP+ sentem maior dificuldade em expressar a sua identidade, temendo que a sua segurança e lugar na sociedade seja colocado em causa, o que é agravado pela inexistência da proteção do anonimato mais facilmente existente em grandes cidades. É no Interior que se sente mais fortemente o bafio do patriarcado. Na Guarda, por exemplo, o acesso livre à IVG foi severamente afetado nos últimos anos. No entanto, a luta feminista ou queer no Interior tem conquistado visíveis avanços. Mostrou-se que sair à rua em marchas LGBTQIAP+ é possível junto à raia. Ativistas do Bloco contribuem grandemente para que o Interior supere o preconceito e avance para a liberdade de todas as pessoas, na diversidade de identidades. Que se lute pela igualdade quando a diferença ostraciza e pela diferença quando a igualdade descaracteriza.

A perspetiva extrativista do Interior, um mero depósito de recursos, é dominante nas políticas centralistas de sucessivos governos. Exemplos - agricultura intensiva e de monocultura, e os projetos de exploração mineira no território. Este é um autêntico tutorial de como condenar uma comunidade ao desastre ambiental e de a excluir do necessário processo democrático de discussão de projetos. A desculpa do capitalismo verde, a procura desenfreada por lítio, é falsa, dadas as diminutas quantidades do minério. Nestas minas, tudo o que vier à rede é peixe. Aspetos como a biodiversidade, recursos hídricos, quem habita na região e seus modos de vida são estorvos.

O debate sobre a condição da Interioridade foi tomado pelo senso comum neoliberal. A narrativa da Interioridade vem sendo utilizada para legitimar choques fiscais a empresas que se estabeleçam no território. A ideia - baixar impostos permite fixar empregos e pessoas no território, desenvolvendo-o - é uma falácia.

Podemos assistir a uma tendência de extração de lucros, sem real contribuição para o desenvolvimento da região. Isto quando não se deslocaliza a produção para outro país, após receber fundos europeus e públicos, furtando apoios e impostos e atirando quem lá trabalha para o desemprego. Se o problema do Interior é um problema de igualdade e justiça social, este não se resolve aprofundando desigualdades. Exige-se, portanto, a construção de uma narrativa de Interioridade que resista a este senso comum opressor e ofereça a alternativa socialista necessária. Daí a importância do Interior do Avesso.

O Estado tem sido central na promoção de políticas liberais no Interior, e não mero espectador, provocando, com ajuda privada, ciclos de esvaziamento e abandono. Esvaziamento, porque os serviços públicos e privados, como tribunais, repartições de finanças e segurança social, bancos, hospitais, centros e extensões de saúde e escolas, fecham ou perdem qualidade, resultado de desinvestimento crónico. Abandono, porque o esvaziamento reduz a qualidade de vida e as oportunidades na região, forçando pessoas a mudar-se para o litoral. Após um primeiro abandono, repete-se o ciclo do esvaziamento, uma vez que o território é olhado apenas através do prisma da rentabilidade.

Os problemas do Interior são os problemas de Portugal. A coesão territorial deve ser realmente aplicada, sem publicidade eleitoral vazia, sem ministérios de faz de conta e sem o acúmulo de promessas por cumprir, que ferem o território e a confiança das populações no sistema político.

E, ainda sobre educação, falta fazer o essencial!

Lúcia Cunha

Ainda sobre educação, mais do que falar, falta fazer o essencial, como garantir o acesso à educação de qualidade por toda a vida e fortalecimento da educação como um bem comum. Num mundo compartilhado, a educação tem de ser aquela que implica um contrato social para a justiça, ambiente e respeito pelos direitos humanos.

Num cenário em que as democracias são ameaçadas por líderes populistas, em que estamos perante a expansão e exclusão digital, e em que inteligência artificial implica a alteração do atual modelo de trabalho é premente construir um futuro sustentável e pacífico para todos, ancorado na justiça social, económica e ambiental é fundamental um novo Contrato Social para a Educação, diz a Unesco.

Não há dúvida sobre o facto de que a educação é o fio que une o nosso Mundo, é a bússola que nos orienta. É indubitável que uma educação equitativa e que torne o conhecimento e a inovação acessível a todos implica uma escola pública capacitada.

À educação exige-se tanto: a responsabilidade de criar Humanidade. Mas é pela falta de investimento que se chegou a ponto insustentável e por isso temos vindo a assistir a uma forte contestação nas escolas, da parte daqueles que são responsáveis por fazer a educação acontecer.

Nos últimos meses os professores, na sua agenda, para além das inúmeras tarefas a seu cargo, reservam espaço e energia para vigílias, manifestações, e para estar em frente à escola em dia de greve. Têm enchido as avenidas semanalmente, têm gritado que estão unidos e que a escola pública está em Luta.

Foram a exaustão e desalento resultantes da desvalorização das carreiras e da degradação das suas condições económicas e profissionais que levou a esta forte contestação. A luta tem sido diária, ao longo de anos, para implementar nas escolas, para os seus alunos, os projetos educativos em que acreditam, porque para além de profissionais são convictos no seu projeto de construção de Humanidade. Foi por convicção que acreditaram que um dia conseguiriam a almejada estabilidade e fazem malabarismos em prol de um bom trabalho educativo e da própria sobrevivência. Alguns viram a sua precariedade de contratados a prolongar-se dezenas de anos, os dos quadros viram as carreiras bloqueadas, tempo de serviço congelado, e os que chegam ao fim da carreira desesperam pela aposentação. Todos viram a desvalorização da profissão e sobrecarga das exigências burocráticas, a degradação da escola pública por causa de opções económicas e falta de investimento.

Em resposta à imensa voz que se levantou nas escolas, o ministro procurou desacreditar e colocar a opinião pública contra os professores. O ministro acha que pode espremer mais o corpo docente e responder às reais necessidades da escola pública com mais sofrimento e esforço dos professores, e para resolver a falta de destes criou um intrincado modelo de concurso. O ministério da educação sabe que faltam professores, mas não investe na escola pública.

Perante a arrogância e prepotência do ministério da educação os professores esperavam mais das estruturas do movimento sindical. Os professores sentiram-se abandonados na defesa da sua causa e num momento



crucial houve falta de iniciativa da FENPROF. Não queremos que a sua revolta seja instigada e usada para engrossar movimentos populistas. Precisamos estar presentes e reforçar as estruturas sindicais com capacidade crítica. Temos de ser ativistas nas nossas escolas e integrar as plataformas reivindicativas de modo a unir esforços. É pela união e concentração de forças que ganhamos a causa da escola pública.

Propomos a construção de um calendário comum. Precisamos aqui dentro do partido construir linhas claras e defendê-las com afinco em todo o lado e sempre junto aos professores. Quando as estruturas sindicais não chegam a acordo entre si tornam contraproducentes as negociações. Se as estruturas sindicais com história e profissionalismo não são capazes de defender os interesses dos professores no momento certo, a multidão descontente fica à mercê da instrumentalização e de quem se aproveita da sua dor e revolta. Corremos também o risco de enfraquecer a força sindical e de assistirmos ao descrédito dos sindicatos.

Precisamos de acreditar nas estruturas reivindicativas com largos anos de história, experiência, organização e profissionalismo, temos de contribuir dentro dessas estruturas, com a nossa voz ativa, para o seu rejuvenescimento. Temos a responsabilidade de contribuir para a democracia sindical dentro das estruturas sindicais que fazem parte da FENPROF.

O elemento chave da estratégia sindical são os recursos adequados que só existem se houver mais associados, por isso, temos de estar no terreno, nas escolas, mas também junto às instituições de formação de docentes: universidades e politécnicos. Temos de estar presentes nesse esforço porque só em união e em luta persistente conseguimos valorizar, respeitar e dignificar a nossa profissão e a escola pública.

Organizar uma contracorrente nas brechas da Universidade neoliberal

Luís Monteiro

Para que serve a Universidade? E qual deve ser a sua missão? Observando de um outro prisma: será que missão e utilidade são a mesma coisa? Será que há qualquer coisa de tão utilitário no atual funcionamento da Universidade em Portugal que a impede de assumir uma missão que projete um futuro diferente?

A empresarialização da gestão académica, combinada com o défice democrático, tornou a Universidade uma fábrica de precários: falsos bolseiros, professores contratados de semestre em semestre para assegurar tarefas permanentes, uso e abuso da figura de “docente convidado” para evitar a abertura de concursos para lugar de carreira são apenas alguns exemplos do estado de degradação da contratação que o setor atingiu. O subfinanciamento crónico tem impactos muito concretos: propinas que garantem pagamento da fatura de água e luz ao fim do mês, estudantes a pagar próximo de um salário mínimo para alojamento, dada a quase inexistência oferta pública de residências, um sistema de bolsas que continua longe dos montantes investidos por outros países da OCDE, centros de investigação que sobrevivem à custa de fundos europeus, porque os nacionais são uma miragem.

Na Universidade onde a competitividade destrói qualquer capacidade de pensar coletivamente, o ensino *fast-food* não permite intervalos para o ativismo, a sala de aula é local de passagem em vez de fórum de reflexão sobre o mundo, parece não existir nem tempo nem espaço para remar contra a maré. É responsabilidade de um partido político como o Bloco saber trabalhar nas margens e aproveitar as brechas.

O ativismo dentro das Instituições de Ensino Superior por parte da nossa militância continua a ser escasso, abaixo das reais capacidades que dispomos atualmente e, acima de tudo, díspares por falta de partilha de experiências. Mas não tem de ser assim. Nos últimos anos, conhecemos alguns avanços neste campo, concretamente com o trabalho junto do mundo sindical, de vários grupos de precários da ciência, em várias candidaturas a associações de estudantes, conselhos gerais e pedagógicos. Contaram com o esforço, acima de tudo, dos envolvidos em cada um dos momentos, dos responsáveis dos Jovens do Bloco sempre comprometidos com o tema e menos de uma rede que cooperasse e garantisse uma estrutura mais sólida (até, trabalho a médio e longo prazo).

Repensar estratégias obriga a alterações na cultura de militância que demoram tempo e precisam de ser pensadas por todo o coletivo. O momento da Convenção é apenas um desses momentos, apesar de primordial. Para o início de uma conversa mais alargada, a principal pista que deixo é a seguinte: não se trata de convidar ninguém a abandonar a sua luta concreta para se dedicar ao ativismo dentro da Universidade. O desafio é exatamente o seu contrário. Se é esse o nosso espaço onde passamos uma grande parte da nossa vida, então tenhamos a capacidade de interpretar as desigualdades que combatemos cá fora dentro da sala de aula, do laboratório, do centro de investigação, da esplanada do bar dos estudantes, na comissão da residência onde dormimos.

Construir uma cultura de participação dentro da Universidade é um desafio ao qual o Bloco deve prestar uma atenção redobrada.

Notas críticas à Moção A: Entre o Bem viver, o psicologismo e a omissão do marxismo

Manuel Carlos Silva

A Moção A sustenta logo na rubrica I *Uma vida boa para todas as pessoas*. Se, por um lado, a tese do *Bem Viver*, vinda de teóricos e movimentos latino-americanos, tem potencial mobilizador, necessita de ser explicitado o modo como chegar à “partilha dos bens comuns”, implicando referência à principal teoria para o objetivo estratégico duma futura sociedade ecossocialista: o materialismo histórico e dialético, articulável com outras como a decolonial e a feminista. Se este objetivo não pode nem deve prescindir das lutas concretas e melhorias graduais em direitos sociais (trabalho, salários e pensões dignas, saúde, educação, habitação, cultura), ele terá como eixo fundamental o imperativo de nacionalizar e socializar os principais meios de produção acumulados na base da exploração capitalista, mas tal não é claramente explicitado na Moção A.

É aliás esta omissão duma abordagem materialista e histórica que faz resvalar por vezes a Moção A para uma perspetiva psicologista e culturalista, apontando para uma “sociedade doente” provocada pela “praga” da competição liberal (n. 2), a ‘cultura do ódio da direita que se radicaliza’ (n.25), “derrotar a política do ódio” (n.42) ou afirmar que “o medo é a arma dos donos disto” (n. 2), quando o medo provocado é efeito do poder económico e político que retrai e intimida as pessoas. Estas, temendo a precariedade, o agravamento das sua situação ou até represálias, tomam atitudes defensivas por razões de sobrevivência e segurança mínima, ou seja, dada a dependência clientelar e a baixa consciência política de classe, os mecanismos de poder económico e político afastam amiúde os mais pobres das reivindicações comuns, da sindicalização e das ações coletivas, uma realidade bem presente e nem sempre ponderada pela direção do Bloco nas decisões políticas decisivas nos últimos anos, preferindo ‘explicar’ a não mobilização “pela degradação das leis” e o “esgotamento de modelos de ação sindical de fechamento sectário” (n. 32).

A Moção A, se no ponto 43 enquadra e bem a extrema direita no colonialismo, na celebração de ditadura e no projeto autoritário, não se entendem orientações e práticas do passado recente, segundo as quais nem sequer se deveria enunciar o nome do Chega para não lhe dar publicidade. Se a direção do Bloco tivesse um conhecimento mais direto e próximo das representações sociais por parte da população pobre mas com baixa consciência de classe e consultado as bases do Partido talvez teria tido a este respeito outra tática e estratégia em 2020-22. Agora com a subida notável do Chega reconhece com razão a ameaça da direita radicalizada mas, mais uma vez numa aparente ingenuidade, propõe uma espécie de pacto ou exigência ao PS e ao próprio PSD: que o PS não polarize com o Chega, o que, além de fragmentar a direita e assustar o eleitorado da esquerda, seria a tábua de salvação da sua maioria absoluta (n.29) e que o PSD se demarque do Chega para não normalizar a extrema direita! (n.22). Estes pressupostos parecem esquecer que as causas reais do alimento e da ascensão da extrema-direita são justamente as políticas austeritárias e neoliberais praticadas pelos governos PSD-CDS e inclusive do PS, as quais induzem pessoas desesperadas, ressentidas mas despolitizadas a encontrar bodes expiatórios da sua situação de precariedade e pobreza em refugiados e imigrantes africanos, asiáticos e árabes, nos negros/as e sobretudo nos ciganos/as portugueses/as mas dados como ‘estrangeiros/as’, ‘ladrões’ e ‘traficantes’.



Relativamente à rubrica V *A oposição mais forte a que afirma uma alternativa*, a Moção A, depois de constatar a agudização das desigualdades e o encosto do PS aos interesses do Capital, bem como a porosidade entre a política e a corrupção, propõe no ponto 28 a “separação entre a política e os negócios”, como se isso fosse possível no atual quadro capitalista. Mais uma vez, mesmo admitindo uma relativa autonomia do Estado em relação às classes sociais presentes na sociedade, em última instância o poder político, gerido pelo PSD/CDS e inclusive pelo PS, está intrinsecamente ligado aos interesses das classes dominantes. Embora a Moção reconheça e bem a centralidade da contradição capital-trabalho (n.33), haveria que explicitar o princípio básico da luta de classes que a Moção A omite ou dilui. Em vez de lutas e solidariedades de classe, avança com polissémicos conceitos como o da ‘solidariedade social’ (n. 23) – este também reivindicado pela doutrina social da Igreja ou pela social-democracia – ou o impreciso conceito político de elites (n. 3, 20), ou ainda fraseologias sem concretização possível na atual conjuntura: vg. o Bloco de Esquerda como oposição mais forte representa “o ecossocialismo contra a destruição” (n.31), sabendo que o ecossocialismo pressupõe outro modelo de sociedade que implica a conquista de poder pelas classes trabalhadoras, sendo, atualmente, horizonte e alavanca de ação coletiva mas ainda não realidade económica e socio-política.

Notas críticas à Moção A: UE/EUA/NATO, Rússia e China: a guerra na Ucrânia

Manuel Carlos Silva

Na Rubrica III *Por uma viragem na Europa*, a Moção A sustenta e bem que a UE, sendo produto do projeto das transnacionais e das elites financeiras dos países do Norte, está confrontada com os limites impostos pelos seus tratados, aliás definidos grosso modo pelas próprias transnacionais no quadro do neoliberalismo. Porém, a Moção A não retira as devidas consequências deste neocolonialismo em relação aos países do Sul dos vários continentes, inclusive da Europa, nomeadamente em relação a Portugal e a Grécia, que foram chantageados e feridos na sua soberania com políticas austeritárias ao tempo da Troika e, agora, de novo com a nova crise. A lição a retirar deveria ser a de que, não se realizando os pressupostos descritos no ponto 17 e, em particular, a renegociação da dívida, Portugal e outros países do Sul deverão equacionar uma saída e não manter a dependência sob o capital financeiro dos países do norte-centro europeu, designadamente franco-alemão.

A Moção A no ponto 17 parte do pressuposto que “a cooperação entre Estados europeus é um elemento importante de contenção da direita radicalizada, na condição de uma viragem democrática que aceite a soberania dos povos, o desenvolvimento dos direitos sociais e uma planificação ecológica. Só um tal projeto estará à altura de uma estratégia de paz no continente, autónoma face às pretensões hegemónicas dos EUA e da NATO.” Ora, tal pressuposto e formulação, além de apagar o papel histórico dos Estados Europeus na espoliação escravocrata e sobreexploração dos povos na África, na Ásia e na América Latina e a exploração das classes trabalhadoras europeias, é aparentemente ingénuo. Melhor dito, é profundamente idealista e amnésico do papel secular e, ainda atual, da Europa (neo)colonial, agora subserviente aos EUA sobre a guerra na Ucrânia. Para além de a direção do Bloco ter alinhado e votado favoravelmente o grosso da Resolução do Parlamento Europeu em prol da entrada da UE no carro da guerra e na política armamentista, mais patético é apelar no ponto 18 a uma Conferência de Paz sob o impulso não só da ONU, como da UE, alinhada com o imperialismo norte-americano, em vez de apoiar já um amplo movimento popular pela paz.

Relativamente ao risco nuclear (n.8), atribuível ao expansionismo russo com o objetivo de “restabelecer as fronteiras do império czarista”, a Moção A ignora o papel dos Estados Unidos na escalada belicista e no alargamento militarizado da NATO a 18 países a leste, à revelia de um acordo verbal em 1990 entre Bush e Gorbachtev de não expansão da NATO, por dissolução do Pacto de Varsóvia; e mesmo quando reconhece este alargamento (n.14), não retira daí as consequências. Mais, inverte o argumento sustentando que a expansão da NATO se deve ao expansionismo russo e até a própria subordinação da Europa aos EUA seria obra de Putin (n.15), o que raia o absurdo. Se a invasão da Rússia merece uma condenação inequívoca, há que recuar no tempo e considerar as causas remotas e próximas deste conflito político-militar no quadro geoestratégico, em que, com base nos serviços de inteligência (CIA, Pentágono) e think tanks como a *Rand Corporation* e o *Atlantic Council*, têm sobressaído as provocações do imperialismo norte-americano sobretudo desde a destituição golpista do presidente eleito Jakunovich na Ucrânia em 2014, a incorporação de milícias neonazis no exército e na Guarda Nacional, o falso aceno dos EUA à entrada da Ucrânia na NATO, constituindo esta uma ameaça à Rússia, quando diplomatas norte-americanos como Kissinger e Kennan advogavam uma Ucrânia neutral.



Se a China pode ser objeto de crítica em termos de não-democracia e não construção do socialismo, definir o sistema económico chinês como imperialista similar ao dos EUA é operar uma análise cega, superficial. A China, tendo expandido económica e/ou comercialmente, não tem o historial de intervenções agressivas, provocações e apoios a golpes de Estado em vários países de vários continentes como os EUA (tal como a Moção A aliás o reconhece no ponto 14). Mais, ela constitui, na atual geopolítica a caminho de um mundo multipolar, um importante contraponto à hegemonia dos EUA, tal como o foi no passado a URSS, independentemente de esta ter sido ou não socialista. Dizer que todos são imperialistas sem fazer a análise concreta sobre qual o inimigo principal dos povos significa objetivamente apoiar o predomínio fáctico da hegemonia norte-americana, a qual, por conhecer um crescente declínio, se tem tornado cada vez mais agressiva, desrespeitadora do direito internacional e, hoje, tão pouco interessada no cessar-fogo na Ucrânia e nas negociações para a paz, mas sim afastar a Rússia da Alemanha e da própria UE (cf. operação dos EUA *Defender a Europa* 1920-21 e sabotagem do gasoduto *Nord Stream II*) e subjugar aquela em nome da 'democracia', da 'liberdade', dos 'valores ocidentais', em suma, da 'civilização' contra a 'barbárie', instrumentalizando Ucrânia e o seu povo para uma guerra por procuração.

A Problemática da Habitação na Sociedade Portuguesa

Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, José Manuel do Carmo, Rogério Rochinha Jesus Ferreira, Ana Filipa Silvestre

A escassez de habitação e a incapacidade política para lidar com este problema tem sido uma das principais preocupações do nosso país nos últimos anos.

A habitação é uma necessidade básica e um direito fundamental de todos os cidadãos portugueses reconhecido pela Constituição de Portugal, no entanto existem milhares de pessoas em Portugal sem um teto, afetando principalmente os mais pobres e vulneráveis da nossa sociedade.

A garantia de moradia adequada é um dever do Estado. Os governos passados falharam em cumprir suas promessas de investir em habitação social e regular o mercado imobiliário. É nossa responsabilidade enquanto ativistas combater essa política e garantir que esse direito seja respeitado.

O primeiro passo para solucionar esse problema é que os governos reconheçam que o problema da habitação em Portugal é real e urgente. Não podemos mais ignorar a realidade em que vivemos. O problema da habitação não pode ser tratado com promessas vazias, é preciso uma ação concreta.

Importa em primeiro lugar analisar as principais causas da escassez de habitação em Portugal:

A **especulação imobiliária** reorientando a oferta para o mercado turístico, tem levado ao aumento significativo do preço dos imóveis tornando a compra de uma casa inacessível para muitas pessoas.

Falta de **investimento público** do Estado Português na construção de novas habitações sociais e a falta de políticas que favoreçam a oferta de habitações para arrendamento acessíveis e adequadas para pessoas de baixa renda

A **elevada procura** de habitação tem sido maior do que a oferta, não só nos principais centros urbanos, mas de modo geral em Portugal, com o consequente aumento significativo nos preços dos imóveis.

A escassez de habitação em Portugal é um problema complexo e persistente, mas há soluções possíveis. O governo português deve implementar políticas para **regular o mercado imobiliário**, investir em habitação social e fornecer incentivos para proprietários.

O governo português deve implementar políticas para regular o mercado imobiliário e impedir a especulação. Por exemplo, pode impor limites aos preços dos imóveis, aumentar os impostos sobre as vendas especulativas e introduzir taxas acrescidas sobre as habitações vazias.

O Estado português deve garantir **maior investimento público em habitação** social e cooperativa; pode implementar programas de habitação subsidiada e impor quotas para a oferta de arrendamento a preços controlados na nova construção; limitar a transferência desequilibrada do parque habitacional para a oferta turística; colocar no mercado o património devoluto do Estado. Uma política integrada para o aumento da oferta terá efeito no preço da habitação. Os investimentos em habitação social podem incluir a construção de novas habitações, a reabilitação de habitações existentes ou a aquisição de propriedades já existentes.

O governo português pode implementar **incentivos fiscais** para proprietários de imóveis que ofereçam as suas propriedades para arrendamento. Isso pode incluir isenções fiscais, reduções nas taxas de juros e outras medidas que incentivem os proprietários a contribuir para a oferta de habitação acessível.



A habitação social é crucial para garantir que todos tenham acesso a um alojamento adequado, independentemente das suas circunstâncias financeiras. A habitação social é geralmente fornecida pelo setor público, mas existem diferentes opções para financiar um investimento em habitação social.

Os governos podem subsidiar e fornecer empréstimos com taxas de juros mais baixas para organizações sem fins lucrativos, como fundações, IPSS e cooperativas ou Câmaras Municipais para a construção ou reabilitação de habitações sociais. O financiamento privado na construção pode contribuir por meio de inclusão nos mecanismos de mecenato e responsabilidade social das empresas, atrair Investidores privados, como bancos e empresas imobiliárias para parcerias com o Estado e as organizações sem fins lucrativos. Também, por meio do estabelecimento de uma obrigatoriedade de uma percentagem de habitações a preços controlados na aprovação de urbanizações novas.

Não podemos mais ignorar a realidade em que vivemos. O primeiro passo é reconhecer que existe um problema real e urgente. Durante anos não houve uma política para a habitação e consequentemente não se construíram casas, nem de habitação social, cooperativo ou mesmo para o arrendamento ou compra. O problema da habitação não pode ser tratado com promessas vazias, é preciso uma ação concreta.

Enquanto houver estrada para andar, a gente não vai parar...

Maria da Conceição Anjos

Após 5 desaires eleitorais consecutivos, a direção do Bloco recusou a convocação de uma Convenção Nacional Extraordinária, tendo proposto, em alternativa, a realização de plenários distritais que culminaram com a realização de uma Conferência Nacional. Atendendo a que as Conferências Nacionais não têm caráter vinculativo, dissemo-lo, então, como dizemos agora, foi como mudar alguma coisa para continuar tudo na mesma.

Para estas falências eleitorais a direção encontrou, invariavelmente, fatores conjunturais que as justificassem.

Com esta postura a direção recusou-se a ver o óbvio, não havia conjunturas que pudessem justificar 5 desaires eleitorais consecutivos, sobretudo o da dimensão do último.

Com esta postura a direção limitou-se a enfiar a cabeça na areia, recusou-se e continua a recusar-se a olhar para dentro e a fazer uma reflexão séria e profunda sobre a linha política adotada, o que inviabilizou a definição de uma nova orientação para o partido.

Estes reiterados desaires eleitorais deviam ter feito soar todas as campanhas. Não o querer admitir, é entrar em estado de negação, sem qualquer expectativa de ver a luz ao fundo do túnel, na prática, sem qualquer expectativa de conseguir reverter a senda de maus resultados.

De lá para cá, a direção tem-se limitado a:

1. Minimizar os danos, despedindo funcionários, reduzindo contribuições que, em muitos casos implicaram o encerramento de sedes, aumentando o valor da quota anual dos militantes;
2. Limitar a democracia interna, aumentando de 20 para 194 o número de subscritores, para uma Moção se apresentar à Convenção.

Se isto não visa calar a oposição interna, não sabemos o que visará?

Estes episódios mostram à saciedade o quanto o Bloco se aproximou dos partidos mais institucionais, adotando práticas claras de afunilamento da democracia, tornando-se um partido verticalizado, piramidal, em que todas as decisões emanam da cúpula para a base e que assenta toda a sua atividade, no parlamento. Torna-se legítimo perguntar: Para que servem então as bases?

Arrogamo-nos a ter a liberdade de acreditar que esta lógica pode ser alterada com o aparecimento de outras formas de entender a orgânica do partido e por consequência a sua importância junto da sociedade.

Arrogamo-nos a poder desejar um partido onde jovens e menos jovens se sintam importantes porque as suas opiniões e anseios são ouvidos e valorizados.

Arrogamo-nos a poder desejar um partido que funcione da base para o topo, do local para o nacional, deixando de estar centrado, exclusivamente, no trabalho parlamentar.

Arrogamo-nos a poder desejar um partido onde a renovação seja uma realidade e não apenas o rejuvenescimento, pelo que a limitação de mandatos é imperiosa.

Por isso propomos mais democracia, maior respeito pelas bases, maior atenção às regiões periféricas, sobretudo às do interior, reiteradamente esquecidas.



Sabemos que tudo se tornaria mais fácil se a hegemonia das 2 tendências que ultimamente têm dominado o partido (RAC e TEA), numa lógica de pataca a ti, pataca a mim, se fosse diluindo. Vai ser difícil, mas não impossível. Basta lembrar o que aconteceu na IX Convenção Nacional do BE em que estiveram em lados opostos e o resultado foi um empate técnico com uma ligeiríssima vantagem para a RAC, ou seja esta aliança é sobretudo tática e como tal pode-se vir a alterar.

Aos que nos apontam o dedo dizendo que somos uma tendência/movimento que quer acabar com as outras tendências, respondemos que o Bloco, tal como defendemos, nasceu plural e plural irá continuar, caso contrário perderá a sua identidade e riqueza, que sempre foi a diversidade de pensamento e de opinião.

São estes epítetos que nos minam, que nos impedem de dialogar, de concertar ideias ... muito pelo contrário, afastam-nos, tiram-nos força, desgastam-nos, impedem-nos de crescer e como corolário têm-nos levado à perda de confiança de quem em nós já votou, porque acreditava que éramos diferentes dos partidos institucionais, que éramos um partido irreverente, criativo, que defendia causas fraturantes, que não defraudava quem em nós confiava... quando nos tornámos parecidos com quem criticávamos, quando nos deslumbrámos com o poder, o resultado foi assistirmos a derrotas sucessivas, como aconteceu nos últimos atos eleitorais.

Acreditamos que a Moção E pode, com o seu programa, reaproximar o partido das bases e devolver a voz aos militantes, numa dicotomia de decisão/responsabilização. Acreditamos que a democracia interna pode deixar de ser uma miragem e tornar-se uma realidade para todos, sem exceção.

Estamos convictos que opiniões diferentes são o que nos enriquece e diferencia, e nunca o que nos diminui... Que a sobranceria não nos cegue e não deite tudo a perder, façamos política com elevação, respeitemo-nos uns aos outros e às ideias que defendemos, no imediato, o mesmo é dizer, já na próxima Convenção Nacional!

O Bloco surgir para afirmar um projeto de transformação da sociedade: esse é o meu Bloco e não outro.

Maria da Luz Lopes

Lembro-me de há quase duas décadas ler num jornal diário a notícia da fundação do Bloco de Esquerda e mesmo sabendo que estariam lá alguns dos que me levaram a bater com a porta do partido onde despendi alguns anos de energia na juventude, dei o benefício da dúvida ao novo projeto político. Pensei que em vinte anos muitas coisas aconteceram, as pessoas talvez tivessem aprendido com os erros cometidos; algumas poderiam até ter alterado comportamentos.

O Bloco era nessa altura para mim e provavelmente para muitos outros observadores da esquerda não alinhada no PS e PCP, uma lufada de ar fresco, com uma nova visão de unidade da esquerda, com uma imagem moderna e provocadora que desafiava o sistema instituído. Em cada palavra de ordem lida nos cartazes, revia-me na minha juventude e a esperança de ainda se vir a fazer alguma coisa de verdadeiramente importante na luta por um mundo mais justo, inclusivo e sustentável, surgiu de novo.

Mais do que a forma como se apresentava, o Bloco surgia nas lutas que tinham de ser feitas nessa época, como a despenalização do aborto, apoio à autodeterminação de Timor, oposição à guerra do Iraque e outras. Tal como refere no texto da moção E que subscrevo à Convenção, durante duas décadas de lutas o Bloco atingiu um importante patamar de influência política, social e eleitoral, mesmo nas mais complexas condições e contextos políticos. Mesmo em períodos de enorme bipolarização, o Bloco resistiu e cresceu.

Não aderi ao Bloco nessa época de conquistas e crescimento. Durante vários anos aceitei candidatar-me como independente em listas autárquicas e ficaria por aí, pois partido e religião nunca me fizeram falta, faço o que é preciso fazer sem procurar protagonismo, mesmo errando defendendo o que me parece certo, correto e justo para o maior número de pessoas exploradas, excluídas e oprimidas. Foi a persistência de um velho amigo que me levou a aderir, já o Bloco estava a dar sinais de não saber gerir as tendências e se desgastava nas lutas internas afastando-se cada vez mais de ocupar o seu lugar na frente das lutas. Achava o meu amigo que no percurso que estava a acontecer em que o Bloco revelava tendência para se afastar dos objetivos da sua génese e se concentrava em manobras de bastidores, eu pudesse ajudar, pois conhecia alguns dos protagonistas e procedimentos e, por isso acedi.

Na primeira Convenção para que fui eleita, era então dirigente distrital e deputada municipal pelo Bloco, esperava ver sair o caminho de orientação política que pusesse ponto final à disputa de poder das várias tendências, unir na ação em vez de separar na inércia e na luta pelo protagonismo pessoal. Nada disso aconteceu. Constatei, sim, o deslumbamento de alguns importantes dirigentes pelos resultados eleitorais conseguidos e soube aí que o Bloco estava preparado para ir para o Governo. Atónita, que afinal pouco ainda sabia das propostas e contrapropostas das ditas tendências (afinal há quem não mude, passe o tempo que passar), comentei com quem estava ao meu lado “como se ir para o Governo nos valesse alguma coisa, o que faria um ou mais elementos do Bloco de Esquerda como ministro ou secretário de estado num governo do PS?”



Comecei a minha atividade política nos Grupos de Unidade Popular, fui delegada sindical, organizei moradores de bairros sociais e lutar pelo que precisavam, alfabetizei e estive sempre onde se juntavam pessoas muito diferentes entre si que cultivavam o que os unia e não o que os separava. Não entendo a luta política de outra maneira.

Já não aceito as faltas de respeito pela democracia interna e, tal como o Bloco na sua origem, encaro a pluralidade como uma riqueza e uma força, não como um problema. Não quero um partido fechado, em que aos militantes de base só cabe cumprir as orientações de uns quantos (supostamente) iluminados, de cima para baixo. Pouco iluminados, afinal, se olharmos ao recente ciclo de maus resultados eleitorais que devia fazer-nos refletir a todos. Infelizmente essa reflexão e balanço não é feita pelos camaradas da Moção A.

Entendo que é importante a ação do Bloco na Assembleia da República; mas também acho que ficar por aí, ou fazer do Parlamento o centro de tudo, é trair os que nos elegem. Esses esperam de nós a diferença, precisam de nos ver na frente das lutas, na rua, nos locais de emprego, na primeira linha das lutas pela justiça climática, nas lutas feministas, de integração dos LGBTQIA+ e de outros excluídos da sociedade. Essa é a missão central do Bloco e daí o interesse na sua preservação e fortalecimento, incluindo no contexto eleitoral. Só assim será “começar de novo”, em cada dia.

Ecofeminismo - Mulheres rurais e camponesas

Maria Jorgete Teixeira

As mulheres, através do tempo e em todo o mundo, têm tido a capacidade de prover ao sustento das suas famílias, através da agricultura, ou porque ficaram viúvas, ou porque os maridos emigraram ou trabalham em outros ramos, ou porque são as únicas com capacidade de trabalho dentro do núcleo familiar. Mas, ainda que tenham demonstrado a sua força e competência na gestão agrícola, assumem na maior parte das vezes um papel secundário escondendo-se na sombra dos poderes masculinos.

Nos nossos dias, e devido aos problemas ambientais gerados pelo sobreaquecimento do planeta, o movimento feminista tem de procurar um equilíbrio entre a natureza e a economia, na senda de um desenvolvimento sustentável que preserve o futuro. As mulheres devem ter nas mãos esse poder de defesa e transformação do mundo, opondo duras críticas ao modelo patriarcal de opressão numa perspectiva ecológica e de desenvolvimento que procure novas respostas na preservação do meio ambiente e melhores condições de vida.

Em Portugal, o desprezo que os sucessivos governos têm manifestado pelo interior, faz com que a desertificação das aldeias, onde a população é predominantemente feminina e envelhecida, seja alarmante. Sem um plano eficaz de desenvolvimento, sem planos de ordenamento florestais consistentes que evitem os incêndios e o empobrecimento dos solos, sem transportes públicos de qualidade que cubram todas as localidades, sem incentivos aos mais jovens, sem programas culturais diversificados, sem salários dignos, as zonas rurais transformar-se-ão em baldios a médio prazo.

QUE PROPÔR PERANTE TAL QUADRO?

Investir na valorização do trabalho agrícola, na formação de cooperativas, no emparcelamento de pequenas prédios rurais, sem colocar em causa a titularidade das propriedades, na ajuda mútua e nas redes de inter-ajuda e acção colectiva. Na propagação de programas culturais, com a valorização do artesanato, do ambiente paisagístico, da arte popular, no sentido de desenvolver um turismo com base na autenticidade e riqueza do nosso património, material e imaterial.

Investir na formação, cativar a juventude, valorizar e preservar os recursos naturais. E neste contexto, as mulheres têm um papel fundamental.

O facto é que o tempo passa e nada de efectivamente significativo muda na forma como olhamos para a ruralidade e a agricultura e, concretamente, para a vida das mulheres no campo. Ao invés, ainda alguns aspectos se acentuaram como a galopante desertificação do interior e o agravamento das condições climáticas que vão acrescentando danos ao débil equilíbrio ambiental, a par das más políticas governamentais para o sector e a subserviência face às exigências da União Europeia, com destaque para as monoculturas, as explorações intensivas, a ocupação de terrenos agrícolas em imensos campos de painéis solares.



Sendo assim, é premente que nos debruçemos sobre a defesa dos direitos das mulheres no campo, e não só nos meios urbanos onde há uma concentração maior de movimentos feministas, porque as mulheres rurais representam mais de um terço da população mundial. É do Ecofeminismo que falamos. Não do Ecofeminismo Essencial ou Clássico, baseado numa ética feminina em relação à terra contra a essência masculina, agressiva e destruidora, o que no fundo resulta na noção da passividade das mulheres, mas num Ecofeminismo que aponta para uma relação das mulheres com a natureza baseada na aposta da responsabilidade da mulher na economia familiar, na divisão de trabalho, no poder e propriedade.

Liberdade para quem?

Maria Manuel Rola, Vasco Barata, Duarte Santos, Gonçalo Filipe, Ana Teresa Fonseca, Joana Batel, António Sousa Soares

A 17 de fevereiro de 2012, Assunção Cristas apresentou uma reforma da lei do arrendamento que pretendia, dizia ela, que viesse a dinamizar o setor. No final da apresentação da proposta a ministra dizia:

“quando olhamos para o nosso mercado de arrendamento, constatamos rapidamente que a oferta ou é de má qualidade, de casas degradadas e desconfortáveis, ou é muito cara, com rendas muito elevadas, bem acima das possibilidades das pessoas. E quando não está em causa má qualidade ou renda cara, então, muito provavelmente, é porque a localização não é famosa, obrigando tipicamente a deslocações pendulares morosas, desgastantes e nocivas para o meio ambiente.

*Estamos convictos de que a presente proposta é capaz de responder positivamente ao desafio que enfrentamos. É uma lei equilibrada. É uma lei que não está cativa de nenhum interesse particular, **mas que serve tão-só o interesse de todos os portugueses em termos de um mercado de arrendamento a funcionar bem e a proporcionar a todos, nomeadamente aos jovens que hoje já não têm crédito para comprar casa, habitação adequada às suas necessidades e preços acessíveis.**”¹*

Utilizamos aqui as palavras da ex-ministra, para mostrar que a liberalização do arrendamento veio sempre acompanhada de um oásis, a ideia de habitação para todos. No entanto, e dez anos passados da intervenção sem precedentes da direita, o que vemos? As rendas baixaram? Foi disponibilizada mais habitação a preços acessíveis? A reabilitação do edificado foi canalizada para arrendamento habitacional? Foi garantido o arrendamento aos mais jovens e estudantes deslocados? Talvez quem nos lê possa dizer de sua justiça.

O problema da habitação em Portugal explodiu e a lei e o sistema público não protege contra aumentos abusivos de renda, despejos forçados, reabilitação que expulsa as pessoas. Se existiu reabilitação, esta não foi para quem mora nas cidades: ainda mais pessoas estão obrigadas a “deslocações pendulares morosas, desgastantes e nocivas para o meio ambiente”. As promessas do liberalismo foram um mecanismo para dar liberdade, isso sim, aos vistos gold, aos fundos de investimento imobiliário, ao capital estrangeiro, à banca e ao turismo. Este percurso não foi revertido e tem vindo, nos últimos tempos, com o Plano de Recuperação e Resiliência e com o Programa Mais Habitação, a ser aprofundado pelo Partido Socialista.

Uma grande parte do parque habitacional a ser construído - quando? - terá um compromisso de rendas indexadas aos valores de mercado. O que ocorre é a construção de provisão pública que se adapta ao mercado e não o inverso, um mercado que se adapta ao interesse comum. Isto implica transformações gritantes ao nível da política de habitação pública, sem aumentar rendimentos, aumenta-se o valor da habitação pública, canalizando uma grande parte para indexação a valores de mercado, definido por dinâmicas de usura internacionais, e não aos rendimentos de quem trabalha no país. Habitação a rendas controladas, e rendas apoiadas - indexadas aos rendimentos e ao valor real da propriedade - não são reforçadas. Põe-se toda a máquina do Estado a subsidiar preços abusivos, créditos usurários, fiscalidade imobiliária e a garantir que não se reforça indexação de valores justos. Com uma visão assistencialista e depredadora do Estado, só se pode esperar que a mobilização cresça, porque nenhuma destas opções, seguindo as políticas neoliberais, resolverá o problema da habitação no nosso país.



O que este caldo, no entanto, trouxe foi a consciência de que este é um problema coletivo. Começa finalmente a ser reconhecido que o que nos trouxe aqui foi um conjunto de opções políticas: o crédito bonificado, o parco parque habitacional público, o abandono de edificado público e privado, a liberalização da lei e consequente quebra de confiança com os mais velhos e a falta de prioridade aos mais jovens, o favorecimento de capital estrangeiro avultado que nem necessita residir no país, muito menos de casas para viver. Não é por acaso que, em dia de feira, o ataque da direita é o maior fogo de artifício em muitos anos, tentam continuar a mobilizar o imaginário do pequeno proprietário.

A mobilização generalizada pelo pleno acesso à habitação é a melhor notícia das últimas décadas e coloca-o finalmente no plano dos bens comuns a ser resolvido com coragem política e revertendo o liberalismo. Veio para ficar e terá a força de construir esse pilar democrático de abril esquecido desde há 50 anos. A luta pela habitação deve, por isso, perspectivar um futuro e a construção de uma vida boa para quem vive dos seus rendimentos e continuar a alterar o horizonte social coletivo. O Bloco tem aqui o papel de desmontar a cartilha e trabalhar a complexidade do problema de forma a reforçar a ação coletiva e esta transformação social.

¹ Diário da Assembleia da República I Série nr 73. 17.02.2012

«Os últimos dias da humanidade»*

Mário Tomé

“Dizer vamos continuar a guerra é dizer vamos destruir o mundo porque vamos fingir que temos princípios” — Noam Chomsky

Os desenvolvimentos da guerra da Ucrânia vieram pôr à prova a esquerda marxiana em geral e o Bloco de Esquerda em particular. Os critérios de análise foram inquinados pela sensatez subordinada à pressão do social-neoliberalismo do PS natista.

Argumentar que foi a invasão da Ucrânia que “levou os povos da Europa a acreditarem na proteção da maior potência imperialista da história da humanidade («A Tragédia Putin”, L.Fazenda, esquerda.net) ignora que com o Plano Marshall e a NATO a Europa passou a integrar o grande complexo do imperialismo norte-americano. E de nada serve lamentar que a Europa não seja mediadora quando integra a estratégia imperialista de “enfraquecimento da Rússia”. E esta estratégia tem tido o apoio explícito do Bloco nas grandes resoluções do PE : rearmamento acelerado da Europa, fornecimento de armamento à Ucrânia e, a cereja em cima do bolo, Instauração da censura!

Recusando ver que na Ucrânia se trava uma guerra por procuração dos EUA contra a Rússia com olhos postos na ascensão da China e não confrontar duramente António Costa por preconizar a continuação da guerra até “à derrota da Rússia”, não se pode ter papel sério na mobilização dos trabalhadores pela paz contra a guerra.

A passividade colaborante deixa o Bloco desarmado para intervir seriamente junto dos trabalhadores nomeadamente quando pela primeira vez desde 1961, a ameaça nuclear foi posta em cima da mesa que...devia ser de negociações! Apocalipse now?

O desvio dos meios financeiros para a economia de guerra a que se juntam os preços da energia e também a inflação forçada pelos lucros dos poderosos, cai em cima dos trabalhadores desmantelando o que resta do Estado Social e agravando as suas condições de vida num crescendo da pobreza que já aflige cerca de 20% da população portuguesa.

E ainda temos a sabotagem da luta contra as alterações climáticas quer na recuperação do negócio dos combustíveis fósseis e da energia atómica quer pelo alastrar da poluição do solo e da atmosfera resultante dos combates.

Os trabalhadores só podem combater esta política de guerra, cínica e criminosa como todas as que são impostas pelos interesses do império. E esse combate começa pela luta contra a exploração capitalista cada vez mais refinada, mas também mais brutal.

De nada serve falar contra todas as guerras (P.Filipe Soares, AR) quando não se consegue ter clareza e ser firme na que temos pela frente.



Os deputados do Bloco ao aplaudirem de pé, no Parlamento português o factótum da NATO na Ucrânia, um tal também já oligarca Zelensky, deram uma machadada no prestígio do nosso partido. Foi uma atitude que revelou submissão à pressão imperialista com perda das referências que definiram, mas terão de continuar a definir, a nossa posição internacionalista e anti-imperialista.

O apoio do imperialismo, só por si, não deslegitima a luta contra o invasor, *Deus até escreve direito por linhas tortas!...*; mas não se pode abstrair de que ao imperialismo só interessa a "defesa da Ucrânia" enquanto meio para "enfraquecer a Rússia" como Biden deixou bem explícito desde o início. A catástrofe humana e ambiental, são danos colaterais...

Temos de ir às causas e condições reais do confronto e, dessa forma, também ficarmos armados para os desenvolvimentos futuros. E assim encontrar as legítimas bases para apoiar um grande movimento pela paz como o Bloco decide propor (JMPureza, esquerda.net) um ano, milhões de deslocados e refugiados e milhares de mortos e destruições catastróficas depois.

Há que exigir um cessar-fogo imediato e negociações a partir da situação concreta no terreno, como preconizam desde Henry Kissinger, o falcão estratega dos crimes de guerra dos EUA, a Edgar Morin referência da construção europeia. Esta exigência devia ter sido colocada desde o início da guerra com o apelo ao referido grande movimento pela paz, se o Bloco mantivesse os seus robustos critérios de análise e não capitulasse perante a pressão do neoliberalismo de Costa às ordens de Ursula às ordens de Biden

Como refere Chomsky, com a sua radical e sensata inteligência, "a diplomacia por definição significa que ambos os lados têm algo que conseguem aceitar" ... para acabar com a matança.

Claro que nunca é tarde para assumir a luta integral pelos interesses dos trabalhadores. Mas um partido como o Bloco não nasceu para andar a reboque dos interesses instalados, servindo-os em última instância, mas sim para servir de bússola esclarecida para a luta dos trabalhadores.

**Título de um drama de Karl Krauss em que satiriza a imbecilidade e bestialidade dos promotores da IGM*

Uma Plataforma Contra a Guerra

Mário Tomé, Adriano Zilhão, José Casimiro, Acácio Pinheiro, Ana Sofia Cortes, Bento Correia, José Santana Henriques, Higinio Maroto

A solidariedade dos trabalhadores do mundo é devida ao povo ucraniano, sujeito à guerra e ao regime da oligarquia de Zelensky, e aos soldados e mães russos, que acusam o regime oligárquico de Putin e recusam a mobilização. Os povos querem paz.

Em 2022, Putin amaldiçoou a “Ucrânia de Lenin”. Percebe-se porquê: após séculos de subjugação da Ucrânia aos impérios russo, austro-húngaro e à Polónia, a revolução russa de 1917 permitira a sua autodeterminação.

Depois, nos anos vinte, a contra-revolução burocrática expropriou os soviets, consolidou o poder político e privilégios da nomenklatura emergente no partido e Estado, impôs uma ditadura feroz, a cooperação com o imperialismo e o regresso da ideologia “grã-russa”. Sem, porém, poder suprimir a propriedade social dos meios de produção nem os direitos constitucionais das nacionalidades e repúblicas.

Nos anos finais da URSS, mafias saídas do aparelho burocrático pilhavam sistematicamente a propriedade social em todas as repúblicas, restaurando relações sociais capitalistas. Em finais de 1991, Ieltsin, antecessor de Putin, propõe aos presidentes da Bielorrússia e Ucrânia que os três países se separem, dissolvendo a URSS.

A brutal expropriação da propriedade social pela cartilha do FMI/Banco Mundial provocou o empobrecimento geral, encerramentos e emigração em massa, enquanto entravam em catadupa capitais e mercadorias estrangeiros. Os chefes das mafias que saquearam a URSS acumularam, entre 2000 e 2010, fortunas iguais a 30 a 40% do rendimento nacional nos seus grupos económicos.

Mas note-se: os imperialistas ocidentais guardam no seu país o essencial do capital que acumulam na exploração e saque do mundo. Os americanos terão cerca de 4% dos seus activos em paraísos fiscais (deles dependentes); os europeus, 10%. Já as burguesias “compradoras” de países neocoloniais, inseguras “em casa”, terão lá 22% (latino-americanas) e 30% (africanas).

Ora, os activos financeiros detidos por nacionais russos (ucranianos, etc.) em paraísos fiscais ocidentais serão... 50% do total (a fuga de capitais entre 1993 e 2018 equivaleu a, pelo menos, 10% do PIB russo)! Comparáveis, só as monarquias petrolíferas semifeudais do Golfo (57%), no poder só pela graça do exército americano (cf. Piketty).

Os mercados de capitais mundiais, Wall Street, Londres... abocanharam o saque da URSS. Alguns oligarcas – muitos com cidadanias alternativas, por causa das coisas – fizeram-se figuras menores deles. Na catastrófica crise de 2008, muitos perderam até 90% das fortunas, desaparecendo da Forbes. O espólio do saque entrou no circuito do grande capital americano e europeu, a verdadeira oligarquia do mundo. O capital rentista russo aprendeu quem manda. A restauração do capitalismo na Europa de Leste não pariu imperialismos “rivais”.

Pelo contrário: outro efeito da crise de 2008 foi as enormes massas de capitais excedentários precisarem de se rentabilizar em novas fontes de super-lucros. Caduco ficou o acordo que os EUA mantinham com o PC Chinês a troco de tolerância diplomática e militar – acordo que abria portas à exploração da mão-de-obra chinesa (“fábrica do mundo”) pelas grandes empresas ocidentais. Só que agora era preciso acabar com todas as restrições à entrada do capital financeiro mundial na China: Obama, depois Trump, viraram o seu eixo militar para a Ásia, novo palco principal da situação mundial.

Mas também os oligarcas russos, com muito petróleo, gás e armas nucleares, eram mal empregados para o imperialismo americano (embora dessem jeito ao capital alemão). Os EUA, com a trintena de anões europeus à trela, apertaram o cerco militar à Rússia. A vitória da facção pró-UE dos oligarcas ucranianos na larvar guerra civil (“Maidan”, Donbass) selou a satelização da Ucrânia à NATO. Merkel dixit: os acordos de Minsk só serviam para ganhar tempo para a Ucrânia se armar.

Para se salvar, restou a Putin a fuga para a frente. Mas a brutal invasão russa e a guerra de um regime oligárquico contra outro contratado como agente directo do imperialismo não faz de nenhum deles “potência imperialista”. A destruição da Iugoslávia pelo FMI/UE já dera azo à guerra entre as oligarquias menores, assoldadas aos EUA/UE, agarradas ao bordão “nacional”, e a Sérvia. Na Ucrânia, joga-se completar a incorporação selvagem do Leste europeu no mercado mundial imperialista.

Face ao exército de Putin, um exército armado, municiado, financiado, treinado, chefiado pela NATO. Só a carne para canhão é russa e ucraniana. Uma guerra imperialista, pois: “subsidiariamente” travada por mafias parasitárias, cujos regimes perseguem e proíbem partidos, sindicatos, contratos colectivos.

Ao votar várias resoluções pró-NATO e pró-guerra no PE, a direcção do BE traiu o seu programa e os interesses dos trabalhadores portugueses, russos e ucranianos.

Nem Putin, nem NATO

Cessar-fogo imediato

Tropas russas fora da Ucrânia

NATO fora da Europa

Nem uma arma para a guerra

Repatriamento dos soldados portugueses

Paz entre os Povos

A alternativa ao mundo dos super-ricos

Nelson Peralta

A última década foi caracterizada por taxas de juro baixíssimas e quantitative easing, dinheiro fácil que permitiu acumulação de riqueza ímpar na História recente da Humanidade. Um dos mais ricos dos super-ricos vende produtos a ricos. E outros super-ricos dedicam-se à corrida espacial como quem se dedica à pesca lúdica. Foi a década dos super-ricos e essa palavra deve ser usada.

Em resultado, a extrema acumulação e a extrema desigualdade levaram a que os super-ricos e os seus ecossistemas tenham começado a açambarcar e a “depositar” a sua riqueza em bens, fazendo o seu preço disparar: de ações às criptomoedas, do passe do Neymar às habitações. A crise habitacional passou a ser o principal factor de empobrecimento para muitos trabalhadores de qualquer idade e até uma marca identitária para a geração millennial. Perante este fenómeno internacional, o governo PS deitou gasolina na fogueira.

Soma-se o assalto à inflação armada. Os lucros das super-empresas dos super-ricos nunca foram tão super como agora. Na energia, na distribuição alimentar e noutros sectores essenciais, os milhões dos lucros correspondem preços de bens essenciais em máximos históricos.

A “geringonça” permitiu uma importante inversão do empobrecimento da classe trabalhadora. No entanto, não mudou as estruturas de poder e de criação de desigualdade, pelo que os ganhos são rapidamente apagados. Com a subida da inflação, os salários em 2023 vão perder valor e vão valer menos que em 2014 e o custo da habitação come uma parcela muito maior do salário. E os serviços públicos degradam-se rapidamente.

As últimas eleições legislativas foram uma enorme viragem à direita. Em democracia nunca a esquerda esteve tão curta no parlamento. E nunca as ruas estiveram tão calmas como nos anos anteriores. É este o rescaldo da “geringonça”.

O PS ao longo das últimas décadas colonizou o Estado e a administração pública a um nível tão elevado que essas dinâmicas tornaram-se no maior problema da sua maioria absoluta, mas não só. Essa captura do Estado é um risco para a democracia e para a própria segurança do Estado.

O conjunto de ações do STOP - por mais críticas que possam legitimamente serem feitas à sua greve por procuração - tiveram um efeito tremendamente positivo na dinamização das ideias e movimentações das forças sociais de esquerda. Foram as suas ações que romperam o ciclo de notícias exclusivamente sobre a decadência da usurpação do Estado por parte do PS e introduziu no debate social e televisivo as questões do salário e dos serviços públicos.

O STOP teve também o mérito de mostrar que há outros caminhos para as ideias da esquerda chegarem às massas. Afunilar o ativismo à esquerda em sindicatos massivos, mas por vezes adormecidos, não é o único caminho possível - assim ficou demonstrado - e essa reflexão deve ser feita.

Sem comparações, a greve dos ferroviários do UK e a liderança sindical e social de Mick Lynch mudaram as regras do jogo, as regras das mobilizações e até dos debates e da relação com a imprensa. Mick Lynch é a representação de uma alternativa social e não só das reivindicações específicas dos ferroviários. É essa a sua força, introduzindo novas narrativas na sociedade.



O debate político à direita desligou-se da realidade e é completamente alheio aos problemas da classe trabalhadora, como por exemplo a crise habitacional veio mostrar. A direita dedica-se à criação de guerras culturais na tentativa de tornar a política em mero exercício de criação de claque e tribos alheias à discussão, aos impactos das medidas, ao debate de ideias ou a qualquer discussão séria.

Os líderes e comentadores da direita falam de um mundo que só existe nas suas cabeças. Perante isto, a intervenção do Bloco não deve ser dirigida a colher simpatias ou a ser visto como o partido competente pelo comentariado nacional. A nossa intervenção deve estar dirigida às nossas ideias centrais na disputa das narrativas atualmente em aberto: de que é a riqueza produzida? quem a produz? a quem serve a propriedade de bens essenciais à vida? quais são os limites a essa propriedade?

Cabe ao Bloco a liderança da oposição ao governo PS. A sua governação à direita não é uma característica da forma maioria absoluta. Não é defeito, é feitio. É também nessa liderança que se anula o crescimento da extrema-direita bafienta.

Esse caminho deve ser feito de disputa de narrativas radicais, que vão à raiz do problema. O governo do PS virou o debate tão à direita que hoje até propostas clássicas da social-democracia são disruptivas. É missão do Bloco conseguir, a cada momento, ter a proposta de alternativa social que corresponda à quebra com esta sociedade de desigualdade social gritante e de o fazer juntando forças ao torna-la no centro da discussão e de confronto com as narrativas do governo e da direita.

Assumir a centralidade do trabalho é romper com as políticas do governo PS e da UE

Paulo Gonçalves, José Casimiro, Paulo Ricardo, Ricardo Salabert, Bruno Gonçalves Parada, Roberto Tavares, Bernardo Camisa, João Marques, José Caetano, Vítor Gonçalves, João Marques, Camilo Ferreira, Maria da Luz, Roberto Tavares, José Carlos Lopes, Paulo Marques, António Fernandes

Vivemos tempos difíceis, no momento em que está desencadeada uma “guerra social” contra os trabalhadores, pensionistas e em geral contra os mais desfavorecidos da sociedade. Empobrecimento, desregulação social e laboral, são caminhos que estão a ser seguidos pelas «contas certas» deste governo de maioria absoluta do PS. Depois da troika, de que nunca recuperámos verdadeiramente, a União Europeia, o BCE e o FMI, mandam os povos “apertar o cinto” outra vez.

O governo português curva-se e submete-se a esta sobre-exploração do trabalho, em nome da dívida e do défice. Voltamos aos tempos da austeridade, descendo à miséria – enquanto se acumulam “lucros extraordinários” dos grandes grupos financeiros, das multinacionais da indústria e do agroalimentar e das grandes cadeias de logística e distribuição e das cadeias de supermercados. Tempos difíceis, de guerra numa Europa subjugada, de galopante inflação, de ameaças de “recessão global”, tempos de crise em que uma vez mais que sejam os povos, os trabalhadores, os jovens e os pensionistas a pagar a crise!

Tempos extremamente conturbados, com uma guerra no seio da Europa, face à condenável invasão e guerra expansionista do exército de Putin na Ucrânia. Este conflito acentua todas as formas de exploração e opressão, acentua a crise climática, e impõe, a todos os níveis, social, político e ideológico, a política do medo e de um controle social expresso na subjugação colonial da Europa pelos EUA/NATO, de afirmação de uma «nova ordem mundial», gerando uma enorme polarização social, sem precedentes. “Nem NATO, Nem Putin! Nem Zelensky!” é todo um programa de luta a favor da paz, contra a guerra e as suas consequências para a classe trabalhadora e os povos da Europa.

O governo PS, para além da inoperância em outras áreas com impacto social como o ambiente ou a habitação, tem em curso um profundo ataque à escola pública, ao SNS, à justiça, aos transportes públicos e em muitos outros setores. As privatizações em agenda para a TAP e para a Efacec são a manutenção deste caminho de entrega dos setores estratégicos a grupos privados nacionais e estrangeiros, no caminho já seguido para os CTT, as comunicações, a Banca, a electricidade e o gás.

A entrada da Black Rock em muitas das principais empresas europeias, incluindo as portuguesas, vai colocar enormes alterações nos sistemas da segurança social e nas funções sociais do estado. O actual estado das relações laborais (incluindo as recentes alterações ao código de trabalho) tem de ser vistas à luz desta actual situação. As recentes decisões da UE de se voltar à aplicação dos critérios de Maastricht e do semestre europeu vão contribuir ainda mais para exploração e empobrecimento dos trabalhadores, dos pensionistas e dos mais desfavorecidos da nossa sociedade, exigindo-se políticas alternativas e resistência ao aprofundamento da desobediência à U.E., de renegociação da dívida e de combate às forças da extrema-direita.



As recentes alterações ao código de trabalho teve alguns avanços mas o seu núcleo estruturante ficou inalterado. É preciso reintroduzir plenamente o direito ao tratamento mais favorável e todos os direitos de laboralidade para os trabalhadores das plataformas digitais (contratos de trabalho); o direito à negociação e contratação colectiva e eliminar a caducidade das convenções colectivas; reduzir o tempo de trabalho para 35h/semanais sem perda de retribuição; entre outros; e também pôr fim às limitações do direito à greve que tanto em Portugal como na Europa está a ser posto em causa; O retrocesso dos direitos laborais e da degradação das condições de trabalho vão continuar. Caminho que rejeitamos.

A situação exige toda a mobilização dos movimentos sociais e sindicais. O Bloco tem de estar aonde estão os trabalhadores e não se limitar a uma atitude expectante. Tem sim que dinamizar, participar e intervir activamente (o que nem sempre foi assim), **nas empresas, nos setores de actividade ou na rua**, juntamente com os trabalhadores, os pensionistas e os mais explorados da sociedade, que:

- Lutam nos locais de trabalho e na rua, para exigir mais salário, escola pública de qualidade, direitos sociais e de segurança social, assumindo a luta contra a segmentação do trabalho, a uberização, a precariedade e o trabalho escravo. Trabalho digno, não pode ser um slogan!
- Lutam e resistem tem vindo a ser o caminho de luta dos trabalhadores, da França, da Espanha, Bélgica, Inglaterra perspectivando união na luta dos trabalhadores/as ao nível europeu, sendo necessário e urgente criar uma frente de resistência eficaz. Nunca, como agora, a consigna “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” teve tanto significado para a unidade e luta dos movimentos sociais e sindicais contra a insuportável ofensiva do capital em todos os países, contra a guerra e o imperialismo, unindo a classe trabalhadora contra os planos do capital e dos governos da UE.

Plataforma: Mais Bloco, Mais Algarve!

AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA NO NOSSO ALGARVE

MAIS ALGARVE. O INTERIOR É UM RECURSO, NÃO UM DESERTO!

Rogério Rochinha Jesus Ferreira, David Eduardo Vicente Roque, Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, Ana Filipa Silvestre, José Manuel Baptista do Carmo, Carlos Aboim de Brito, Luís Manuel Duarte Pessoa, Artur António Guerreiro Sanina

Recusando a desertificação do interior algarvio, é hora de promover uma nova visão integrada entre o global e o local, a valorização dos recursos endógenos e do património cultural.

Serviços públicos de proximidade, acessibilidades e habitação; incremento da economia social; fomento de projetos no domínio da agricultura e comercialização. Apoio às organizações de desenvolvimento local em articulação com o potencial de investigação e desenvolvimento da região, nomeadamente a Universidade e os organismos técnicos estatais, no estudo das soluções alternativas.

Mais Algarve. Desenvolvimento Económico e Social e Sustentabilidade Ambiental não são antagónicos. Eco-Socialismo.

As **alterações climáticas**, com os consequentes aumento da frequência dos fenómenos climáticos extremos, estão associadas a um modelo económico. A emergência ambiental é um ponto central da proposta política pelo que importa propor alternativas para mitigar os problemas e transitar para uma nova economia que considere o ambiente como um eixo fundamental no desenvolvimento. Documentos como o Programa da Orla Costeira (POC) ou o Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, não estão a ser implementados, antes prevalece a lógica do empreendedorismo selvagem de ocupação do território que os estudos oficiais vinham contrariando.

O **desenvolvimento da agricultura** passa por uma nova lógica que respeite a natureza mediterrânea, promova os seus potenciais e assegure a sustentabilidade a longo prazo, contrariando a lógica que tem prevalecido. Importa assegurar a viabilidade económica das explorações sustentáveis, favorecendo o abastecimento do mercado local. É necessária uma política florestal adaptada à região, fator importante no equilíbrio ambiental.

O **problema das acessibilidades** é central no Algarve. A promessa de um grande plano para as acessibilidades no Algarve choca de imediato com a ausência de iniciativas no que respeita a três aspetos fundamentais: O eixo ferroviário e a sua articulação com os transportes de proximidade, a saturação da EN125 e as portagens da A22. É importante incrementar o uso corrente da bicicleta nos meios urbanos. A mobilidade atual não corresponde às necessidades da população nem às exigências ambientais.

É uma prioridade a luta pela recuperação do **Serviço Nacional de Saúde** na região, dos hospitais ao atendimento local, nomeadamente que os Centros de Saúde funcionem 24h/dia, ofereçam médico de família a toda a população, adquiram valências múltiplas de atendimento primário. É necessário o aumento de camas



nas unidades de retaguarda afetos aos cuidados paliativos e continuados; melhorar o apoio e prevenção da toxicodependência; aumentar a oferta em lares e centros de dia públicos, bem como o apoio domiciliário que mitiguem os efeitos da pobreza, falta de mobilidade e estados físicos debilitantes.

O **acesso à habitação** é crítico no Algarve e a especulação chegou a níveis in comportáveis, afetando todos os setores. O Bloco de Esquerda tem que exigir políticas que garantam o direito à habitação, um dos pilares do Estado Social.

A **água é um recurso escasso**. As secas serão cada vez mais intensas e frequentes e as chuvas ocorrerão de forma muito irregular e intensa, afetando os solos, a infiltração para os aquíferos e provocando cheias. A água deverá ser considerada um recurso estratégico e, portanto sujeito a controlo público. O BE deverá transformar os conhecimentos adquiridos em proposta política e movimento social.

A **transição energética** é um ponto central da nossa proposta política de combate às alterações climáticas, para o Algarve e para o planeta. O Algarve tem condições para diminuir enormemente a sua dependência dos combustíveis fósseis com recurso à produção de energias alternativas. Recusamos a prospeção do petróleo no Algarve e defendemos a promoção do aproveitamento da energia solar e a democratização e sustentabilidade ambiental da sua produção.

MAIS JUSTIÇA SOCIAL E LABORAL

As sucessivas crises têm aumentado as dificuldades financeiras e a pobreza, estando o Algarve como uma das regiões mais pobres. Embora sendo uma região que contribue fortemente para a produção e para as exportações por via do turismo, essa riqueza não chega aos que trabalham, sendo conhecido o elevado nível de exploração na região. Assume prioridade o BE denunciar a injustiça social e associar-se ao movimento laboral na luta contra a precariedade e a uberização e por salários e reformas justas.

Um país aos bocados

Rui Cortes, Carlos Matias, António Ricardo

Uma parte substancial do país desertifica-se em todos os sentidos: é o agravamento do risco de incêndios florestais, a perda de biodiversidade, a deterioração de habitats, a insegurança e escassez alimentar, e o despovoamento dos territórios. Portugal é um dos países mais expostos já que atualmente mais de 50% dos solos são já afetados pela desertificação, enquanto que os modelos climáticos preveem cenários de agravamento das condições de aridez no futuro, com especial incidência no Sul e no interior. Os fenómenos hidrológicos extremos (seca e cheias) vão aumentar e foram já evidentes ao longo de todo o ano de 2022.

Por sua vez o país está já a enfrentar uma situação de “não retorno”, dado que as políticas públicas para contrariar os fenómenos erosivos (em grande parte ligados aos grandes incêndios rurais) e o declínio da população têm falhado rotundamente, tendo-se acentuado o padrão de litoralização. Não é novidade nenhuma, mas a dimensão da redução população causa arrepios: o último censo mostra que apenas na última década muitos concelhos do interior, tiveram decréscimos populacionais entre 14% e 18%!!

Mas aparentemente nem tudo é mau para um sistema capitalista depredador. A coberto do *greenwashing* das energias renováveis, e com a desculpa da guerra na Ucrânia, o Governo e investidores querem cobrir o interior do país de fotovoltaicas (temos já maior a maior central fotovoltaica flutuante europeia), que tudo cobrem, nem que seja preciso arrancar milhares de sobreiros, tal como tem acontecido um pouco por todo o Alentejo, além da multiplicação de parques eólicos, projetando-se ainda novas barragens. Como se pode imaginar até é bom que os campos fiquem abandonados e as aldeias desertas. Há mais espaço... menos gente a contestar... E de espaço é também o que precisa o negócio do lítio embrulhado na total falta de transparência, sem que as populações tenham acesso aos dossiers completos dos pedidos de licenciamento. Apesar dos investidores sorridentes prometerem o El Dorado, o impacto ambiental será tremendo, porque além das minas serem a céu aberto, trata-se de compostos naturais e não carbonatos de lítio, que necessitam de ser transformados para virem a ser utilizados, o que implica processos químicos altamente poluentes.

A financeirização da agricultura também não pode parar. Falta água no Sul para a agricultura super-intensiva? Não faz mal algum... Os grandes agrários da CAP têm a solução: é a “autoestrada da água” para transportá-la desde o Douro para o Alentejo e Algarve, já não falando do mirabolante Projeto Tejo que prevê a expansão do regadio intensivo de 100 mil para 300 mil hectares. Não há água no Tejo e este está super-poluído. O Projeto tem solução para tudo: constroem-se mais barragens nos afluentes para abastecerem as áreas regadas....

Uma parte significativa do país, com populações absolutamente vulneráveis, está assim a saque. Por isso seriam essenciais as Regiões. Estas deveriam ser centros autónomos de integração e articulação das políticas públicas com estruturas próprias e com força política que permitisse gerar a otimização dos recursos internos e o estabelecimento de interações a nível externo, designadamente para acompanharem as transferências dos Quadro Comunitários de Apoio. Tais Regiões deveriam ter um papel de coordenação funcional entre as administrações central e local, devendo ser dotadas duma ampla transferência de poderes a nível fiscal e de autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial e, ainda, dentro de certos limites, de autonomia legislativa, compatibilizando as regiões do litoral e do interior.



O referendo pela Regionalização foi prometido por este Governo em campanha eleitoral para 2024. Ah, mas o Governo atual é que não tem vontade alguma e refugiou-se na posição do líder do PSD que alargou a sua objeção a um referendo à regionalização até ao final da legislatura. É claro que a reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que passarão a ter o estatuto de institutos públicos especiais, para assumirem mais competências, foi desde o início o modo de impedir a Regionalização. Para o PS, um expoente do centralismo disfarçado, esta reestruturação das CCDRs atribui-lhes competências em todos os setores, desde a saúde, à educação e à agricultura. Para começar as Direções Regionais de Agricultura já perderam a autonomia. Você disse descentralização?

Vale a pena lutar pelo Interior e defender as Regiões, neste cenário político adverso e deprimente, em que o centro e a direita se fundem para bloquear o processo e quando a própria Constituição é um entrave? O Bloco de Esquerda vai continuar a acenar de tempos a tempos a bandeira da Regionalização (mais timidamente nos últimos tempos, é verdade...)? A Moção E, como não mete as lutas difíceis no saco, acha que sim! É que se trata "apenas" de não perdermos a maior parte do nosso território...

O (eco-)socialismo não pode ser eternamente adiado

Samuel Cardoso

No Bloco coexistem pessoas com histórias de vida bastante diferentes, assim como com visões do mundo e da política distintas. Partilhamos a crítica do mundo existente, em que a voracidade do capitalismo nos afasta de uma vida plena. Esta diversidade do Bloco é a sua força, mas pode também ser uma fraqueza, se não soubermos estabelecer uma base de entendimento comum que nos permita estabelecer um manual de ação para transformar a política.

Se não fizermos uma reflexão estratégica em que pensamos e planeamos de que formas podemos criar políticas de rutura, os sonhos de transformação que temos serão sempre esmagados pelo poder existente. Sem estratégia, a política não é mais do que um espetáculo incapaz de construir um mundo diferente.

Por isso, os debates sobre as formas de luta, a relação entre as formas institucionais e não-institucionais de fazer política, a (des)confiança que depositamos nas reformas ou os mecanismos que consideramos necessários para construir narrativas contra-hegemónicas não podem ser vistos como discussões abstratas, com interesse teórico mas sem relevância real: um partido-movimento que não se pensa a si próprio está condenado a reproduzir as práticas da sociedade em que se situa sem disso ter noção.

No Bloco, a ausência desta reflexão estratégica feita de forma renovada a cada Convenção tem sido acompanhada pela consolidação da social-democracia como o referente político “por omissão” – com ou mais radicalidade discursiva, a tendência é para a atuação do Bloco encarar o sistema como oferecendo ele próprio a possibilidade de uma sociedade mais justa, sem contruir um plano para a superar. Só que esta realidade não corresponde a uma qualquer teorização de como alcançar os próprios objetivos que permita ser avaliada a sua eficácia, nomeadamente face às alternativas de um socialismo revolucionário que pretende construir movimento para derrubar o capitalismo e substituí-lo por uma sociedade de iguais.

Ainda por cima, esta consolidação social-democrata dá-se num contexto em que o espaço para a social-democracia impor mudanças minimamente materiais na realidade se reduziu muito com a evolução do capitalismo: sem a ameaça do “socialismo real”, as cedências que as burguesias “ocidentais” estavam dispostas a fazer reduziram-se fortemente. Um conjunto de formas de luta que à esquerda continuamos a levar a cabo, de forma muitas vezes ritualista, perde potência perante o domínio incontestado do capital, à falta de alternativas sistémicas que lhe possam ocupar o lugar.

A juntar a isto, o avanço da destruição dos ecossistemas limita o potencial de uma reapropriação social-democrata (o crescimento económico capitalista pressupõe não apenas a destruição social, mas também ambiental, destruindo vidas mesmo em sociedades menos desiguais). Por outro lado, a consolidação de multinacionais que concentram em si o poder em múltiplos setores económicos e moldam os comportamentos humanos restringem a própria possibilidade dessa reapropriação se concretizar nos termos do capitalismo (o que é uma apropriação de uma empresa que manipula as nossas vidas, como o fazem as gigantes tecnológicas, que não a sua destruição?).



Se aceitarmos estas hipóteses de trabalho como plausíveis, por que é que vemos o reformismo como responsável e sensato e o socialismo destemido, aquele que procura transformações efetivas sem ceder a uma lógica auto-referencial e de repetição das fórmulas do passado, como irresponsável e infantil?

Talvez valha mesmo a pena estabelecer uma nova trajetória para o Bloco, em que o eco-socialismo está presente em todas as nossas formas de luta e não apenas como manobra retórica ou referencial para um qualquer amanhã que possa vir a cantar.

Masculinidades e Feminismos

Tiago Rolino

Apesar do aumento durante as últimas décadas de legislação e regulamentação, nacional e europeia, as desigualdades entre homens e mulheres e a violência de género permanecem enraizadas e continuam com números alarmantes, com os consequentes impactos na saúde e bem-estar de todas as pessoas. A investigação nestas áreas indica-nos que a exposição à violência antes dos 18 anos está fortemente relacionada à perpetração de violência como pessoa adulta¹ e que a violência de género na infância e na juventude tem cada vez mais novas maneiras de se manifestar e concretizar, e.g. a violência online, estando os estados e as entidades públicas sempre “um passo atrás”, faltando conhecimento e ferramentas adequadas para as abordar.

Tomando em consideração a, ainda, normalização (e talvez crescente com o surgimento dos partidos e movimentos reacionários) dos estereótipos de género, ou seja, aquelas características consideradas como típicas tanto das mulheres como dos homens, temos de reputar de extrema importância as masculinidades. Ou seja, a adoção por parte dos homens, desde idades muito jovens, de comportamentos que correspondam aos esperados pela sociedade e a demonstração de ideais masculinos dominantes para que a sociedade os possa identificar claramente como homens (Courtenay, 2000). Por exemplo, historicamente tem sido atribuído aos homens o papel de provedor, de ser corajoso, agressivo (especialmente em criança com as brincadeiras de lutas), entre outras. Enquanto que, por oposição, às mulheres se atribuiu atribuímos o papel de cuidadora da casa, das crianças e, por vezes, de ascendentes. Nestes papéis rígidos de género tem de se ter em conta as masculinidades hegemónicas (Connel, 1995; Vale de Almeida, 1995, 2008), decorrentes do poder patriarcal, que determinam a subalternidade do feminino e das masculinidades que àquelas lhe estão secundarizadas, como são as masculinidades não violentas e cuidadoras, por exemplo, mas que, apesar disso, correspondem às características de um reduzido número de homens. Ou seja, e de facto, o género e as relações de género têm uma estruturação que assenta numa ideia de relação de poder não só entre as masculinidades e as feminilidades, mas entre as próprias masculinidades.

PAPEL DA ESQUERDA

Estas diferenças de género e as masculinidades hegemónicas, contribuem para percursos violentos dos homens, pelo que a mudança de paradigma é essencial. Tem de se implementar uma mudança social transversal e radical (assente na ideia da sua implementação em todas as áreas, sociedade, política, ensino) por forma a conseguirmos a transformação de comportamentos para masculinidades cuidadoras, equitativas e não violentas.

Temos, enquanto esquerda, de ter uma visão global e não única; mais concretamente quando nos referimos ao género e às relações de género. Uma visão das masculinidades numa perspetiva feminista (e não como uma forma de colocar novamente o homem no centro e no foco), tendo a noção do seu largo espetro de ação e de que não nos podemos esgotar no binarismo homem/mulher. Esta mundividência deverá, então, ser interseccional, ponderada e suficientemente respeitadora de todas as identidades, expressões, manifestações de género, racializações, origens e culturas, para assim ser impulsionadora de uma igualdade plena.

Não podemos, no entanto, ficar apenas por ideias, reflexões ou desconstruções pessoais. Enquanto esquerda de consciência social temos de pugnar por medidas que permitam o rompimento das formas desiguais mais comuns, norteando-nos sempre por uma perspetiva feminista.



Assim, é premente um real e efetivo investimento nas ciências sociais, na implementação de disciplinas obrigatórias sobre igualdade de gênero nos cursos universitários. É urgente a implementação de políticas públicas que se desviem do sistema patriarcal do capitalismo e do investimento em áreas fortemente masculinizadas. Medidas que priorizem e se foquem em políticas de cuidado e na criação de redes de apoio às mulheres, às pessoas trans, racializadas e as que se assumem fora da heteronormatividade, impedindo, dessa forma, que as grandes multinacionais aproveitem as lacunas das políticas públicas nestas matérias, para, mais uma vez, criarem mercado de cuidados e serviços assentes nos lucros das empresas e dos privados.

É, por isso, importante a reflexão que conduza a medidas urgentes, que alcancem um elevado número de pessoas, de ambientes origens e backgrounds diferentes e em idades cada vez mais precoces. Medidas que nos permitam abordar a complexidade das experiências de desigualdade e de violência.

¹ https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/International%20Men%20%26%20Gender%20Equality%20Survey%20%28IMAGES%29%20Global%20Report%202022_EN.pdf



MOÇÃO A UMA FORÇA, MUITAS LUTAS

UMA FORÇA, MUITAS LUTAS

A maioria absoluta do PS é um governo de desgaste rápido que mantém privilégios e opacidade enquanto agrava a desigualdade e o empobrecimento do povo. Os riscos da situação mundial impõem rupturas sistêmicas e políticas de garantia e estabilização das condições de vida. A solução para este aparente paradoxo é construída, por toda a Europa, na proposta da esquerda e na ligação das lutas.

I. UMA VIDA BOA PARA TODAS AS PESSOAS

1. Uma vida boa para todas as pessoas, sem exceção: eis a aspiração que nos move. Casa confortável, trabalho com direitos, serviços públicos de qualidade, tempo para desfrutar a vida num planeta habitável, acesso à cultura, bem-estar individual e coletivo: viver bem requer condições materiais para uma existência digna e é mais do que isso. É autodeterminação sobre o que queremos ser, é a liberdade e o respeito pelas nossas escolhas. É cuidado e interdependência. É a segurança do futuro, do salário e da pensão. É a tranquilidade de um lugar no mundo que não depende da competição contra outros ou da tirania do mercado. É a partilha dos bens comuns e da democracia que decide, a essência do socialismo. Cinquenta anos depois do 25 de abril, reafirmamos a nossa determinação em atualizar e expandir esse projeto maior de liberdade, em todas as esferas.

2. Este projeto choca com o poder dos donos disto tudo, que reservam para si o privilégio de uma boa vida, através da imposição de um modelo de desigualdades e exploração. O medo é a arma deste poder, que toma para si os resultados de um crescimento económico e de uma produção de riqueza sem precedentes e que condena o mundo ao colapso climático e à desagregação social. A promessa de prosperidade feita aos povos pela globalização neoliberal era falsa. A competição liberal é uma praga que produz uma sociedade doente.

3. O mundo produz conhecimento e riqueza suficientes para resolver todos os seus problemas. TT

odavia, exploração, precariedade e baixos salários, pobreza e degradação dos serviços públicos, produção assente em energias fósseis e exaustão da natureza, tudo isso são políticas feitas de elites para elites, sob o signo da acumulação do capital e da chantagem da crise permanente, justificadas pela retórica que apresenta o bem-estar como um prémio para pouca gente. O capitalismo é uma máquina de destruição das nossas vidas e impõe a miséria à maioria.

4. É na ruptura com estas falsas inevitabilidades que se ergue a luta pela justiça social, pelo direito a uma vida boa para a todas as pessoas. A esse plano democrático, a esse mundo organizado na base dos seus bens comuns, a essa possibilidade de futuro compatível com os limites do planeta, a essa alternativa à exploração e à desigualdade, a essa liberdade para todas as pessoas, damos um nome: socialismo.

II. O NEGÓCIO DA CRISE

5. Nenhum dos perigos radicais que assolam a humanidade é de origem natural.

6. No pós crise financeira, a recuperação das taxas de rentabilidade do capital fez-se através do acesso a dinheiro barato, concedido pelos bancos centrais e que alimentou novas bolhas especulativas. Bens e serviços essenciais (alimentos, cuidados de saúde ou habitação) são atraídos na voracidade dessa dinâmica, da

qual Portugal é um caso de estudo. **A transformação da habitação num ativo financeiro fez com que o seu preço duplicasse em menos de uma década, tornando-a um custo incomportável para a maioria da população.** Apesar das promessas do Governo, pagar uma casa para viver tornou-se num fator de empobrecimento generalizado, de deslocação forçada e mesmo de pobreza. A habitação é a prova de que o liberalismo é uma selva onde não há lugar à justiça ou à igualdade. **Não se corrige esta dinâmica destruidora sem limitar a especulação, proteger o arrendamento e limitar rendas, desglobalizar fluxos financeiros, fechar offshores, impor o controlo público da banca e regras estritas contra especulação imobiliária.**

7. A crise climática é filha da opção, consciente desde há décadas, por modelos de produção energética, transporte e consumo, de deflorestação e de pecuária intensiva que provocam alterações climáticas irreversíveis

8. O risco nuclear é exponenciado pela guerra na Ucrânia, que resulta do ataque pelo expansionismo russo com o objetivo declarado de restabelecer as fronteiras do império czarista e anular a independência daquele país.

9. A guerra tornou-se o pretexto para reforçar a militarização da Europa sob o comando da NATO, enquanto se assiste à proliferação de governos de perfil nacionalista imperial em diversas potências regionais.

10. O risco pandémico persiste, associado à ação humana, seja na origem (desflorestação ou produção intensiva de proteína animal favorecem formação e propagação de novas doenças), seja no atraso do combate sanitário (mantendo as vacinas sob patente privada).

11. Nesta policrise capitalista, há vencedores e vencidos. **As promessas neoliberais de prosperidade partilhada são propaganda ao serviço da concentração de riqueza e poder e de uma precarização estrutural. Um mundo desigual acende medos e ressentimentos. A nossa alternativa constrói-se sobre um projeto de justiça e solidariedade, esperança e transformação.**

III. POR UMA VIRAGEM NA EUROPA

12. Projeto de poder das transnacionais e das elites financeiras dos países do norte do continente, a União Europeia confronta-se com os limites impostos pelos seus tratados. Em face da pandemia e da guerra, além da colagem militarista a Washington e do abandono das metas climáticas de Paris, manteve-se a resposta social em patamares baixos face às novas necessidades, mesmo estando suspensas algumas das regras do Tratado Orçamental. Agora, **as instituições europeias vão regressando às respostas austeritárias: uma política monetária crescentemente restritiva, com efeitos na economia e finanças públicas (mais graves nos países sobreendividados) e uma revisão das regras de governação que mantém e aumenta todos os problemas dos tratados**, piorando o quadro sancionatório e conferindo maior arbitrariedade à Comissão para pressões sobre despesa pública. É necessário criar os alicerces de uma outra Europa, que substitua os atuais tratados por política de efetiva cooperação, livre da chantagem das dívidas soberanas, que devem ser reestruturadas.

13. Este impasse europeu é também o palco de uma disputa entre a extrema-direita (que já governa em países como a Itália, a Polónia e a Hungria) e o liberalismo de centro e de direita (que resiste com dificuldade crescente nos países centrais da União, a Alemanha e a França). Com raras exceções, a relação de forças degradou-se contra a esquerda.

14. A NATO protagonizou agressões ao serviço dos interesses norte-americanos, na Síria, Jugoslávia ou na Líbia e, tendo sido derrotada no Afeganistão pelos seus antigos aliados talibãs, conseguiu recuperar a iniciativa com o alargamento do seu âmbito muito além dos Estados membros, em particular na Europa de Leste.

15. A existência de uma hegemonia global dos EUA não altera a natureza imperialista da agressão russa à Ucrânia, que o Bloco condenou com a mesma clareza com que, ao longo dos anos, denunciou o regime de Putin. Deste, a esquerda nada pode esperar senão a ditadura oligárquica e a aventura belicista. O

Kremlin contribuiu para o reforço da NATO e da estratégia norte-americana de confrontação com a China e subordinação da Europa e projetou o governo autoritário da Turquia como pivô mediador de conflitos entre imperialismos.

16. A incompreensão da natureza imperialista da Rússia oligárquica enviesou a política de muitos setores de esquerda. Importa hoje que não se cometa o mesmo erro em relação à natureza imperialista da República Popular da China, mesmo que a segunda economia capitalista do planeta se reclame socialista. O facto de os EUA tomarem a China como inimigo principal do seu poderio económico e militar não torna defensável este regime de partido único militarizado que se projeta em ambição económica sobre vários continentes. Tal como no tempo da Guerra Fria, o sentido da liberdade dos povos não pode combater uma superpotência apoiando outra. O imperialismo dos EUA continua sendo o mais perigoso, nos seus esforços por manter a sua supremacia mundial.

17. A cooperação entre Estados europeus é um elemento importante de uma estratégia de contenção da direita radicalizada, na condição de uma viragem democrática que aceite a soberania dos povos, o desenvolvimento dos direitos sociais e a planificação ecológica. Só um tal projeto estará à altura de uma estratégia de paz no continente, autónoma face às pretensões de hegemonia dos Estados Unidos e da NATO. A UE deve realizar tratados de não-agressão entre estados europeus, criando uma política de segurança e cooperação que respeite e apoie a realização do direito de todos os povos à autodeterminação.

18. O Bloco reitera o seu apelo à realização de uma Conferência de Paz para a Ucrânia, sob o impulso da ONU e da União Europeia, acompanhada de uma travagem a fundo na atual corrida armamentista, em particular das ameaças nucleares.

IV. A EUROPA SOB AMEAÇA DA DIREITA RADICALIZADA

19. Perante o fracasso da promessa neoliberal de prosperidade partilhada e a vontade de restaurar velhos modelos de acumulação, a direita radicaliza-se. **Sob fórmulas mais individualistas ou mais autoritárias, assiste-se a uma aceleração liberal, pugnando pela privatização de serviços públicos, pela eliminação da progressividade dos impostos ou pela precarização radical do trabalho** atirando-o para fora das regulações laborais, uma estratégia cuja disputa de massas inclui a negação da realidade (climática, sanitária e social). (climática, sanitária e social).

20. Para aumentar os privilégios da elite que defende, a direita radicalizada convoca um conservadorismo de assalto - racista, xenófobo, anti-feminista, anti-LGBTQI+ e anti-sindical. Por detrás do slogan "contra o sistema" a direita esconde os seus velhos fantasmas de sempre e tudo o que o sistema tem de pior.

21. O golpismo é parte desta cultura política. O modelo Trump/Bolsonaro averbou fracassos estrondosos no recurso à violência mas também sucessos históricos na instrumentalização do poder judicial. Também em Portugal, é assumida uma orientação de subversão antidemocrática. O programa original do Chega defendia um regime autoritário-presidencialista com um parlamento meramente simbólico e o fim da atividade sindical nas empresas, bem como a destruição da escola e da saúde públicas. Não se desviou desse caminho.

22. A direita tradicional concilia com a radicalização, não apenas imitando plataformas programáticas, mas mesmo aceitando ser o seu veículo para posições de poder. Em Portugal, apesar do precedente que abriu nos Açores, o PSD alimenta um tabu sobre novas alianças com o Chega. Ao fazê-lo, contribui para a normalização da extrema-direita. Também no aparelho de Estado, na justiça e nas forças de segurança o conservadorismo é patente.

23. Há na esquerda europeia respostas distintas sobre como travar o crescimento da direita radicalizada. Para algumas forças, a esquerda deve suspender o seu projeto próprio a favor de um bloco político permanente com o centro liberal, o leque diversificado de forças que vai do PS português a Macron em França. Pelo contrário, para o Bloco de Esquerda, **a derrota da direita radicalizada depende da afirmação de um progra-**

ma que responda às dificuldades da vida do povo, que assim responda à maioria social com políticas transformadoras e de planificação ecológica. Sem prejuízo da importância da ação unitária, a resposta estratégica da esquerda socialista do século XXI - sobrevivência do mundo e solidariedade social - assenta no confronto com a lógica da acumulação de capital que deixa atrás de si um mar de ressentimento.

24. A base de massas da política do ódio e do individualismo forma-se a partir da crise de representação que o sistema oligárquico engendra. **O confronto com a direita radicalizada faz-se na luta pela expansão dos bens comuns - serviços públicos universais como instrumento de justiça social, proteção do trabalho e do seu rendimento**, libertação como o projeto das comunidades que hoje sofrem a economia de exploração e quaisquer formas de discriminação. .

25. Estes objetivos estratégicos são corroídos pela política do centro liberal, subjugada à lei europeia do mercado. Esta política afirma reconhecer os problemas dos nossos tempos, da habitação ao clima, mas não pode responder-lhes dentro das fronteiras que se auto-impõe. Esta contradição destrói o apelo da democracia e abre o caminho ao extremismo reacionário. Contra o racismo e as discriminações, a esquerda luta pela democracia e procura a unidade com quem resista à cultura de ódio da direita que se radicaliza.

V. A OPOSIÇÃO MAIS FORTE SERÁ A QUE AFIRMA UMA ALTERNATIVA

26. A política da maioria absoluta do PS, marcada pela arrogância e pela agudização das desigualdades, cria instabilidade, mas o seu alicerce no poder económico continua uma aliança protegida. Em troca de uma contra-reforma fiscal e da naturalização da diminuição real dos salários, o patronato ofereceu ao governo um slogan: o acordo de concertação social. **A banca e a grande distribuição alimentar continuam a inflacionar preços, sem restrições, para aumentar lucros**; os empresários da energia saudaram a promoção do secretário de Estado que mais os protegeu a ministro das Infraestruturas. Desde 2019 que **Costa faz do bloqueio de aspetos essenciais da legislação laboral um ponto de honra**. A par do abandono da Saúde, foi esse bloqueio que impediu entendimentos à esquerda. A maioria absoluta permite agora a maior transferência de rendimentos do trabalho para o capital desde o início do século. Em plena turbulência, os donos de Portugal são o cinto de segurança do governo.

27. A sucessão de escândalos que degradou o governo no seu primeiro ano de maioria absoluta voltou a levantar a exasperação popular contra as portas giratórias e as falhas de transparência no exercício de cargos políticos, **As facilidades com o poder económico não são pecados individuais, mas sim a política de um sistema**. A direita radicalizada faz parte desse sistema, financiada pelos seus grupos económicos, e do combate à corrupção só quer o refrão vazio.

28. O Bloco de Esquerda reafirma a sua história no combate à corrupção e na denúncia da promiscuidade entre público e privado. Propomos o princípio da separação entre a política e os negócios, defendendo a causa pública. **Exigimos o reforço da transparência e combatemos os alçapões legais que existem à medida do abuso e dos favores à elite. Lutamos por um sistema de justiça célere e acessível**, sem barreiras económicas ou serviços sem recursos, contrariando o abandono a que o PS tem votado o setor nos últimos anos.

29. Sem conseguir oferecer soluções mobilizadoras, o PS encontrou no crescimento do Chega a fórmula eleitoral para tentar salvar a sua maioria absoluta. O empenho do primeiro-ministro e do PS em promover a polarização parlamentar com o Chega tem dois objetivos claros: fragmentar o espaço da direita e assustar o eleitorado de esquerda. Esta estratégia pode ser útil ao projeto de poder do PS no imediato, mas beneficia o Chega, no imediato e a prazo, e contribui para a degradação da política.

30. Ainda que protegido no parlamento, o governo está fraco e dividido. Mantém a precariedade e salários baixos como regras, enquanto a pandemia deixou o SNS em rutura e o bullying social sobre os professores fez o mesmo às escolas; a mal disfarçada redução das pensões marcou o início do descrédito da maioria absolu-

ta; os proprietários zombam dos anúncios do governo na habitação. Ao contrário do que sucedeu entre 2015 e 2019, **as expectativas são hoje de degradação das condições de vida, sob a inflação e a especulação imobiliária**. O PS chegou onde queria, tendo mãos livres para os seus negócios com as associações patronais. Cedo deixou claro que, sob a maioria absoluta, qualquer conquista sairá da intensificação da luta social.

31. O Bloco de Esquerda será a mais forte oposição ao governo, por representar a democracia contra a desigualdade e o ecossocialismo contra a destruição. A nossa força será a das mobilizações cidadãs por justiça social e a do nosso programa de governo, que lhes responde neste tempo exigente.

VI. COMBATES DA ESPERANÇA

32. Vastos setores da classe trabalhadora continuam afastados da participação sindical ou não estão abrangidos por contratação coletiva. A taxa de sindicalização é baixa e decrescente, num contexto em que se combinam precarização, degradação das leis e das relações de forças e esgotamento de modelos de ação sindical de fechamento sectário. A plataformização do trabalho e a renovação das estratégias patronais para modelos cada vez mais agressivos de exploração são um desafio à capacidade de organização e representação, incluindo onde esta ainda não existe.

33. O Bloco de Esquerda afirma a centralidade social da contradição capital/trabalho e traduz esse reconhecimento na prioridade à organização laboral dos setores mais precarizados, à luta contra a impunidade vivida no dia-a-dia das relações de trabalho e por uma reforma estrutural das relações laborais e da legislação que as enquadra. O Bloco tem a responsabilidade de ser, como já é, uma esquerda de referência para as lutas, mas também um promotor direto da sindicalização e da renovação da experiência de auto-organização da classe trabalhadora.

34. Parte da classe trabalhadora, a população imigrante e racializada enfrenta obstáculos acrescidos, sendo tratada ora como um “problema” a resolver, ora como um contingente de mão-de-obra barata a gerir ao sabor dos ciclos económicos. O governo promove uma visão utilitarista, verbalizando o reconhecimento da função económica da imigração (mão-de-obra para setores críticos para a economia - construção, hotelaria e turismo, cuidados, limpezas e trabalho doméstico assalariado; reforço da receita contributiva da Segurança Social) para logo ignorar as suas condições reais de existência (precariedade laboral, habitacional e no acesso aos serviços públicos, vulnerabilidade a todos os abusos de poder, limbo legal para as jovens gerações, mesmo que já nascidas em Portugal). A necessidade de mão de obra inibe um discurso abertamente hostil dos partidos de direita, que se limitam à xenofobia pouco subliminar dos apelos às quotas de imigração e à seleção segundo “fatores culturais”. O Bloco rejeita ambas as visões e exige respeito pelos direitos humanos em Portugal, começando pelo próprio Estado, e defende o estreitamento de laços entre todos os segmentos da classe trabalhadora, condição estratégica da emancipação de todos os trabalhadores. As grandes manifestações de imigrantes e os protestos antirracistas marcaram a política nacional nos últimos anos e demonstraram uma força emergente que será essencial para impor direitos iguais.

35. A subjugação da habitação às lógicas do mercado liberalizado nega o acesso de uma parte da população a uma casa digna. A crescente mobilização social defende o direito à habitação como bem comum protegido pela Constituição. O Bloco de Esquerda compromete-se com estes movimentos. Cada casa é uma causa pela qual vale a pena lutar. Em cada município, o Bloco proporá o levantamento completo de todas as casas devolutas e da respetiva propriedade.

36. O movimento internacional por justiça climática mobiliza-se para dar resposta à urgência criada pela aproximação de um ponto de não retorno. Impulsionado por jovens que criam o seu caminho e formas de luta, este combate convoca pessoas de todas as gerações e percursos. O Bloco acompanha e participa nas lutas por justiça climática, contribuindo para ampliar alianças e aprofundar a crítica anticapitalista, em nome da planificação ecossocialista para travar a catástrofe.

37. O Bloco empenha-se nas lutas em defesa do bem-estar animal, que hoje envolvem milhares de pessoas em todo o país numa crítica cujos fundamentos éticos concernem comportamentos individuais mas também o modelo de produção, designadamente alimentar.

38. O interior do país continua a ser visto como pasto para extrativismo e poluição, territórios de precariedade nos serviços públicos, no trabalho e na mobilidade. **A política rentista continua incapaz de projetar desenvolvimento económico e coesão territorial.** Esta economia do privilégio tem contraponto na exigência de um processo participado e democrático de Regionalização.

39. Os portugueses continuam a emigrar à procura de profissões e rendimentos que não conseguem por cá. São abandonados à sua sorte pelo governo, apesar de legítimas expectativas de participação política, apoio educativo e cultural, serviços consulares acessíveis.

40. Ameaçados de ruptura, os serviços públicos têm a sua primeira linha de defesa na luta dos seus profissionais. Carreiras e remunerações justas, que atraiam e motivem estes trabalhadores, são condições essenciais para a qualidade dos serviços públicos de que o país depende. Para além de legítimas reivindicações, os profissionais do SNS e da educação - e da administração pública, em geral - dão testemunho da natureza essencial destes serviços universais, condição da democracia. **A luta dos professores levanta questões para além das justas reivindicações dos docentes, pois a luta pela Escola Pública é também a luta por uma escola emancipadora. A luta pelo Serviço Nacional de Saúde determinará o acesso à saúde, incluindo respostas que o SNS nunca garantiu (saúde oral, saúde mental, motricidade, nutrição, acesso a dispositivos médicos).** As reivindicações de reformados e pensionistas e das suas organizações salientam o papel estratégico da Segurança Social e da proteção da sua sustentabilidade, que implica a recusa de cortes de direitos e de prestações e antes exige políticas mais abrangentes e generosas na redução da pobreza e da desigualdade. O Bloco empenha-se na elevação da luta pelos serviços públicos através de mobilizações populares transversais.

41. Um projeto de bem-estar e emancipação social inclui também reorganizar e alargar os serviços públicos. O Bloco está ao lado das pessoas com deficiência, pelo seu direito a uma vida independente, que rompa com paradigma do assistencialismo e institucionalização e garanta a todas as pessoas o poder de decisão sobre as suas vidas. Reafirmamos a proposta de um Serviço Nacional de Cuidados - rede pública de creches, lares, apoio domiciliário e outros serviços especializados - que garanta que o acesso a cuidados é independente da esfera familiar e da condição financeira de cada um.

42. Viver mais tem que significar viver melhor. Rejeitamos que velhice seja uma condenação à dependência, como se o fim da vida ativa de trabalho correspondesse a um estatuto social diminuído. **O Bloco organiza-se e defende a organização dos reformados e pensionistas, em nome do nosso direito a uma velhice digna**, livre de preconceito e com as respostas sociais que respeitem a independência e vontade de cada pessoa.

43. Os últimos anos foram marcados por **mobilizações importantes e que ganharam uma regularidade nova, na emergência de novas gerações de feministas, na capilaridade territorial das marchas LGBTQI+, na visibilidade ativista de comunidades imigrantes e racializadas e do movimento antirracista.** Estes combates são essenciais para quebrar formas violentas de dominação capitalista e para derrotar a política do ódio. O Bloco reforça o seu compromisso com estes movimentos e mobilizações, nos quais participa, promovendo o seu protagonismo e desenvolvimento programático.

44. A extrema-direita é expressão de uma conformação social herdada do colonialismo e da ditadura. Esta última só pôde ser vencida pela conjugação da resistência anti-fascista com as lutas de libertação anti-coloniais, que são o código genético da vida democrática desde o 25 de Abril. O antirracismo e a luta contra a extrema-direita de hoje também hoje se conjugam. Ideologias reacionárias como a xenofobia, o machismo, a lgbtfobia ou o proibicionismo são a base do crescimento da política do ódio. Para a derrotar, fortalecemos a disputa ideológica e a resistência de massas contra a direita radicalizada.

45. O papel do ativismo bloquista é o esforço sistemático para que todos estes e outros movimentos se reforcem, desenvolvam estruturas permanentes e solidariedades assentes na compreensão partilhada das estruturas de dominação do capitalismo e construam as suas lutas para uma nova liderança social no país.

46. No parlamento como nos movimentos, no plano nacional como no local, o Bloco contribui para a convergência de todos os setores políticos da esquerda que expressam a rejeição das políticas de desigualdade do governo. Neste plano, sem mitigar conhecidas diferenças - em matéria internacional ou quanto a práticas que prejudicam o desenvolvimento dos movimentos sociais, em particular o sindical - o Bloco continuará a procurar convergências políticas à esquerda.

47. Sem fórmulas pré-estabelecidas, a política não se define por cálculos eleitorais artificiais, antes exige reflexão, programa claro, luta de massas. Aprendemos com experiências internacionais diversas — a NUPES em França, a resistência político-sindical no Reino Unido, a esquerda republicana irlandesa, a Frente Povo Sem Medo no Brasil. A realidade indicará o caminho concreto, mas temos a ambição de erguer um amplo campo de esquerda popular que mude a relação de forças a favor de quem trabalha.

VII. ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

48. O debate da Convenção acolherá as 851 camaradas que nela participarão pela primeira vez. **A continuação do crescimento do Bloco é a prova da sua vitalidade e da necessidade de uma esquerda de confiança.**

49. O Bloco reforçou a sua atividade organizada em algumas frentes. Destaca-se, no pós-pandemia, a frente laboral, com o início da publicação de diversos boletins partidários, correspondendo à ampliação da intervenção regular junto de trabalhadoras e trabalhadores das telecomunicações, da saúde e da educação, da vigilância. Destaca-se também a frente LGBTQI+, cujo encontro nacional de fevereiro confirma a grande responsabilidade de bloquistas na dinamização do movimento em diversos distritos. **É a participação ativa dos aderentes que permite aprender com as lutas sociais e nas lutas sociais.**

50. A redução do financiamento público, na sequência dos resultados eleitorais de 2022 impôs uma exigente adaptação da estrutura partidária. A atividade militante e o maior esforço financeiro de muitos camaradas permitiu que o Bloco mantivesse padrões de iniciativa política, de acompanhamento organizativo no território e também de comunicação, mesmo que com limitações. Em particular, o reforço do auto-financiamento do partido (quotas e iniciativas) é uma mudança de cultura interna que deve aprofundar-se.

51. Nas eleições para as assembleias legislativas das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Bloco é a alternativa autonómica solidária à coligação de interesses de todas as direitas e ao imobilismo do PS. Ainda este ano, o regresso do Bloco à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira reforçará os combates da esquerda e a oposição à promiscuidade entre o setor público e os poderosos grupos privados da Região. Nos Açores, a deserção do PS deixou ao Bloco a responsabilidade de liderar a oposição ao governo. As eleições de 2024 serão o momento de afirmação da nossa alternativa de esquerda.

52. É a nível local que se concretizam os principais debates e disputas que marcam os nossos dias, da habitação à mobilidade, como o tem demonstrado o desastroso processo de descentralização de competências que fragiliza o cumprimento das funções sociais do Estado na educação, na ação social ou na saúde. Longe do escrutínio mediático dedicado aos órgãos nacionais, **o trabalho local e autárquico conta com a persistência e o empenho de centenas de ativistas locais do Bloco de Esquerda.** Em assembleias de freguesia, assembleias municipais e nas Câmaras, os representantes eleitos pelo Bloco são vozes empenhadas na defesa dos serviços públicos, da revolução urgente na mobilidade, na democratização da vida local ou na fiscalização da administração e interesses públicos.

53. Nos próximos dois anos, o Bloco aprofundará a formação dos seus ativistas e a coordenação do trabalho a nível local. Na preparação atempada das eleições autárquicas de 2025, o Bloco promoverá debates alargados sobre a intervenção do partido nas autarquias, identificando exemplos positivos e formas de trabalho a melhorar, com especial atenção às formas de mobilização unitária em torno de causas locais.

54. A maioria das adesões recebidas desde a última convenção provém de jovens com uma forte identificação com o perfil ecossocialista, antiracista e anticonservador do Bloco. Apesar das dificuldades do movimento estudantil, tem aumentado o número de camaradas com responsabilidades associativas, tal como o destaque da presença de jovens do Bloco nas frentes feminista ou LGBTQI+ ou ainda em campanhas transversais como a da habitação. **O Bloco reforçará as iniciativas dirigidas à juventude que, para além do acampamento Liberdade e do InconFormação, devem incluir a organização de fóruns temáticos** dedicados à partilha de experiências e à formação política.

55. A coordenação da Comissão Política ficará a cargo de quem encabece a lista mais votada para a Mesa Nacional do Bloco de Esquerda.

Contacta a Moção A através do email mocaoa@bloco.org.

SUBSCRITORES

Mariana Rodrigues Mortágua	Lisboa	6687
Abílio Braga Cerqueira	Viana do Castelo	16457
Abílio de Jesus Urbano	Setúbal	4932
Adelaide Lurdes Silva Oliveira	Porto	4854
Adelaide Teixeira	Porto	15996
Adelina Marta Samudio Moniz Laranjeira da Silva	Aveiro	12587
Adelino Manuel Guimarães Fortunato	Setúbal	8790
Adriana Beatriz Oliveira Temporão	Viana do Castelo	15379
Adriana Lopera	Lisboa	2447
Adriana Marcela Veiga Pinho Ferreira	Braga	12614
Adriano Pereira Campos	Porto	3120
Afonso Manuel Catado Filipe	Lisboa	12198
Afonso Maria da Silva Moreira	Lisboa	10022
Agostinho Gabriel Grulha Parrula	Setúbal	830
Aires Correia Ventura	Coimbra	4404
Albano Manuel Vasconcelos Correia Rodrigues	Porto	12403
Albertina de Jesus Moura Pena	Lisboa	263
Alberto Manuel Belo da Cunha Matos	Beja	1542
Albino Fernandes Rodrigues	Coimbra	9979
Alcino Silva Martins	Aveiro	14980
Alda Maria Botelho Correia Sousa	Porto	654
Alexandra Patrícia Soares Manes	Açores	8765
Alexandre Frederico de Oliveira Coutinho	Beja	13627
Alexandre Henrique Curopos Fonseca Cunha	Porto	15721
Alexandre José Germano de Abreu	Lisboa	9505
Alexandre Sérgio Mano	Braga	8111
Alfeu Daniel Rosa Frade	Aveiro	15940
Alfredo Jorge Pereira Martinho	Lisboa	7892
Alice Barreiros Andrade	Lisboa	16336
Alice João Martins Rogado Gomes Teixeira	Aveiro	15952



Alice Pereira Tristany	Faro	3911
Aliyah Bhikha	Lisboa	15475
Almerinda Lopes Bento	Setúbal	529
Álvaro Fernando Prazeres Arranja	Setúbal	569
Amândio Paulo Ribeiro Barbosa	Porto	12334
Amarílis Vaz Felizes	Porto	9877
Ana Carolina Damas Gomes	Coimbra	12011
Ana Carolina Dias Castanheira	Coimbra	16491
Ana Carolina Gonçalves de Almeida Xavier	Guarda	16754
Ana Carvalho Flores Vasquez	Porto	16768
Ana Catarina Alves Peniche	Vila Real	13794
Ana Catarina Carvalho dos Reis Leite da Silva	Lisboa	15035
Ana Catarina Coutinho Canelas Rodrigues	Lisboa	14946
Ana Cristina Correia Ferreira	Beja	8313
Ana Cristina do Espírito Santo Vieira	Setúbal	13658
Ana Cristina Simões de Oliveira	Açores	8766
Ana Filipa Teixeira Gonçalves	Lisboa	3541
Ana Isabel Barão Guerreiro Rosa	Lisboa	13642
Ana Isabel Carneiro Gouveia da Silva	Porto	13601
Ana Isabel da Silva Ramos	Faro	16991
Ana Isabel da Trindade Cansado	Lisboa	1166
Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes	Leiria	5056
Ana Isabel Trindade Pinto	Madeira	16874
Ana Luísa dos Santos Grilo Mestre	Setúbal	15429
Ana Luzia Quintela dos Santos Cruz	Aveiro	9084
Ana Margarida Filipe Feijão	Lisboa	5271
Ana Margarida Rolo Teixeira	Braga	11687
Ana Maria Correia de Encarnação Campos	Lisboa	650
Ana Maria Diegues Mendes Costa	Santarém	12176
Ana Maria Mendes Sousa	Porto	16463
Ana Maria Silva Gonçalves da Silva	Porto	5612
Ana Maria Tavares de Oliveira	Aveiro	10896
Ana Patrícia Marques Alves	Santarém	16374
Ana Patrícia Romão Barreira	Lisboa	9959
Ana Patrícia Sousa Mingatos	Aveiro	13833
Ana Paula Almeida da Costa	Beja	7290
Ana Paula dos Santos Sela	Setúbal	15727
Ana Paula Martins Kruss Nogueira da Silva	Lisboa	15362
Ana Paula Santos Pereira Sequeiros	Porto	194
Ana Priscila Simões Santos	Setúbal	12901
Ana Rita Branco Conde da Nóbrega Gomes	Círculo da Europa	15365
Ana Rita Durães Cardoso	Lisboa	15525
Ana Rosa Moura Gonçalves	Círculo da Europa	5602
Ana Sofia Beirão Catela Valadas Lopes	Lisboa	15457
Ana Sofia Matias Rocha Domingues	Aveiro	14358
Ana Sofia Pedro Roque	Lisboa	3595
Ana Teresa da Costa Fonseca	Lisboa	16508
Ana Teresa de Brito Sebastião	Lisboa	15710
Anabela Augusta Dias de Almeida Mangas	Setúbal	4993
Anabela Lopes Moura	Lisboa	16410
André Augusto de Castro Pereira Leal	Lisboa	16872
André Aurélio Marona Beja	Lisboa	1128
Andrea Luís Valente Rodrigues de Castro Peniche	Porto	193
Andreia Catarina dos Reis Quartau	Lisboa	11049
Andreia Filipa Rodrigues Ferreira	Santarém	15875
Andreia Maria dos Santos Leite	Aveiro	12838



Angela da Silva Rocha	Lisboa	15126
Ângelo Manuel Pinho da Costa	Aveiro	13278
Aníbal Acácio Mendes Coutinho	Faro	3517
Aníbal Ferreira Ramos	Lisboa	294
Aníbal Filipe Torres Pinto	Aveiro	16391
Antero de Almeida Fernandes	Aveiro	16378
Antero Horta Fraga	Faro	16964
António Augusto da Costa Arezes Martins	Porto	2572
António Brandão Moniz	Leiria	264
António Ferreira Marinho	Porto	341
António Francisco Gomes Lopes	Santarém	1353
António João Loureiro Amaro	Viseu	979
António Joaquim da Silva Faria	Lisboa	7012
António Joaquim Marinho da Silva	Coimbra	1660
António Jorge Almeida Pereira	Porto	343
António Jorge dos Santos Pereira de Sequeiros	Porto	952
António José Custódio Cordeiro	Setúbal	1393
António José da Costa Branquinho	Lisboa	11620
António José da Costa Resende	Braga	1302
António José de André e Silva	Coimbra	1165
António José Jacinto Sarmento Pereira	Braga	1296
António José Jesus Monteiro	Aveiro	12586
António José Martins Guerreiro	Beja	2150
António José Rodrigues Cruz	Aveiro	9083
António José Silva Baião Costa	Lisboa	293
António Manuel Alves da Silva	Porto	13579
António Manuel dos Santos Rodrigues	Coimbra	9427
António Manuel Godinho Garrocho	Lisboa	4713
António Manuel Mendes Torres	Aveiro	8606
António Manuel Raposo Lima	Açores	9362
António Meireles de Magalhães Lima	Braga	1303
António Ribeiro Teixeira	Porto	326
António Ricardo Lourenço Rocha	Setúbal	1085
António Rodrigues Melanda	Coimbra	9066
Arnaldo Godofredo Roque Paiva Correia	Lisboa	3644
Arnaldo Mendes Sarroeira	Leiria	269
Arsélio de Almeida Martins	Aveiro	16306
Artur Jorge Pereira Duarte	Faro	14114
Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira	Faro	935
Augusto Manuel Ferraz dos Reis Canedo	Porto	16092
Aurelindo Jaime Ceia Carichas	Lisboa	867
Aurora Maria Agostinho Ribeiro	Açores	15403
Avelina Maria de Silveira Ferreira	Açores	12308
Baltazar Taul de Oliveira	Santarém	8442
Bárbara Francisca Rodrigues Soares	Lisboa	630
Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier	Guarda	14775
Bárbara Manuela Oliveira da Costa Pinto	Aveiro	15615
Bárbara Sofia Mangas Bica	Setúbal	10722
Bárbara Sofia Marcelo Bento Magno	Lisboa	16200
Beatriz Moura Pontes	Porto	16192
Beatriz Oliveira Pedroso	Lisboa	14261
Beatriz Realinho Pires	Guarda	16344
Beatriz Serra Cunha	Lisboa	16442
Belmira Coelho Ferreira	Aveiro	4559
Bemvindo Pereira de Sequeira	Braga	15336
Berta Costa Roque Cardinali	Lisboa	13858

Berta Maria Bessone Ferreira Alves	Lisboa	666
Bruna Filipa Lopes Teixeira	Braga	13462
Bruna Filipa Salgado Barbosa	Porto	13656
Bruno da Cruz Maia	Porto	2774
Bruno Filipe Neves Parente	Porto	15168
Bruno José da Silva Moraes	Aveiro	11855
Bruno Miguel Gois Carreira	Lisboa	4521
Bruno Reinhold de Moraes Cabral	Lisboa	297
Camila Geirinhas Cameira	Lisboa	16407
Carla Alexandra Pereira Garcia	Açores	12892
Carla Celeste de Magalhães Mendonça de Sousa	Porto	12170
Carla Elisabete Carvalhais Vilela	Porto	5692
Carla Liliana Pais Pires Quintas	Porto	14139
Carla Maria da Silva Magalhães	Braga	15265
Carla Susana Mateus Rodrigues	Setúbal	11030
Carlos Alberto André Martins	Lisboa	16009
Carlos Alberto da Silva Veiros	Aveiro	698
Carlos Alberto de Faria	Madeira	3577
Carlos Alberto de Oliveira Romeiras	Setúbal	14367
Carlos Alberto Guerreiro Costa	Faro	14187
Carlos Alberto Matias do Couto	Viseu	3141
Carlos Aristides Batista da Silva	Aveiro	15605
Carlos Arsénio Mangueira dos Santos	Porto	13599
Carlos Constantino Lázaro	Setúbal	533
Carlos Eduardo Macedo Baptista da Silva Roque	Porto	15650
Carlos Fernando Agra Pinto Marques	Setúbal	14281
Carlos Fernando Ferreira Honório	Coimbra	10430
Carlos Filipe da Silva Costa	Aveiro	14119
Carlos Jorge de Menezes Ferreira Machado	Porto	5187
Carlos José Bernardes Caldeira	Coimbra	4757
Carlos José de Assunção Santos	Lisboa	236
Carlos José dos Santos Solposto	Lisboa	302
Carlos Manuel Borges de Sousa	Lisboa	3943
Carlos Manuel Cardoso da Costa Pires	Lisboa	11179
Carlos Manuel da Silva Oliveira	Setúbal	9199
Carlos Manuel de Oliveira Centeio	Santarém	16895
Carlos Manuel dos Santos Sousa Ubaldo	Leiria	16483
Carlos Manuel Jerónimo Liberal	Aveiro	8699
Carlos Manuel Mendes Pereira	Castelo Branco	16365
Carlos Manuel Moreira Gomes	Vila Real	1518
Carlos Manuel Pereira da Silva Amaral Machado	Braga	13984
Carlos Manuel Rodrigues Freitas	Braga	13464
Carlos Manuel Rolão Motaco	Castelo Branco	13729
Carmen Cristina Paulino Trindade	Lisboa	11716
Carmen Maria de Mira Mafra	Setúbal	7549
Carolina Almeida da Silva	Lisboa	15744
Carolina Azevedo Fraga do Amaral	Aveiro	16761
Carolina Guerreiro Campanela	Lisboa	16130
Carolina Rolo Abrantes	Setúbal	16645
Casimiro Alberto Simões de Oliveira	Porto	9999
Catarina Alexandra Vieira e Castro Rodrigues	Viseu	306
Catarina Bendito de Medeiros	Lisboa	2769
Catarina Furtado Rodrigues Nunes de Oliveira	Lisboa	6764
Catarina Joana Monteiro Ferreira	Porto	14536
Catarina Marques Taborda	Castelo Branco	15884
Catarina Soares Martins	Porto	8425



Catarina Sobral dos Santos	Lisboa	15743
Catarina Sofia Reis da Costa Rodrigues	Lisboa	15409
Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho	Lisboa	14218
Catherine Boutaud	Lisboa	14203
Cátia Alexandra Carvalhais Nóvoa	Porto	4862
Cátia Cristina Carvalho Domingues	Lisboa	16084
Cátia Sofia Da Silva Teixeira	Braga	16667
Cecília da Conceição Machuqueiro Macau	Setúbal	10585
Celestina Maria Rodrigues Marques Tavares de Sousa	Setúbal	10923
Célia Cláudia Lourenço Rodrigues	Viseu	14317
Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro	Leiria	13394
Celina Marques dos Santos	Lisboa	3285
Celme Cristina de Jesus Tavares	Aveiro	6666
Celso Lima de Araújo	Lisboa	10113
Celso Manuel Pedro André	Lisboa	13744
Cheila Dolores Mendonça de Aguiar	Leiria	16522
Cíntia Filipa Tomás Silva Costa Cardoso	Lisboa	8170
Cipriano José dos Santos Pisco	Setúbal	799
Clara Figueiredo Dumont	Lisboa	4976
Clara Romana Fernandes Ferreira	Aveiro	11261
Cláudia Fernanda Santos Oliveira	Lisboa	304
Cláudia Maria Lima Afonso	Aveiro	14354
Cláudio Alexandre Viana Guerreiro	Lisboa	15441
Constança Botelho Pires Soares Seborro	Lisboa	16585
Constança dos Santos Fidélis	Setúbal	15731
Cristiana Daniela Caiano Moita	Coimbra	15735
Cristiana Filipa Cunha Carvalho	Aveiro	14016
Cristiana Nicole Pereira da Costa	Setúbal	14807
Cristiano Manuel de Almeida Resende	Aveiro	16403
Cristina Alves de Matos Oliveira	Coimbra	14135
Cristina Elisabete Costa Castro	Aveiro	15415
Cristina Maria Borges dos Santos da Silva Guedes	Castelo Branco	7962
Daniel Cardoso Bernardino	Setúbal	5151
Daniel de Castro Silva	Aveiro	10838
Daniel José Martins Carapau	Lisboa	2311
Daniel Neves da Costa	Coimbra	5395
Daniel Oliveira Martins Moura Borges	Lisboa	16022
Daniela Ferreira Vargas	Lisboa	15720
Daniela Isabel Justo Vespeira	Setúbal	14685
David Augusto Sousa Araujo Amorim	Aveiro	15260
David Cláudio Messias da Silva Argel	Beja	1424
David Filipe Capitão Martins	Leiria	14621
David Miguel Paixão Marques	Beja	15818
Delfina Fernanda da Silva Vieira	Porto	4864
Denise Manuela Pedrosa Miranda	Porto	16156
Deolinda Maria Afonso Romba	Setúbal	3229
Deonilde Maximino dos Ramos Silva	Setúbal	1180
Diana Catarina Martins da Silva	Setúbal	14627
Diana Ladeira Gonçalves	Castelo Branco	15589
Diana Maria Lopes de Magalhães	Setúbal	15478
Diana Maria Louro Pereira	Lisboa	12573
Diana Moreira Martins	Aveiro	14353
Diana Raquel Silva Franco	Lisboa	16713
Diana Vanessa Conceição Santos	Lisboa	16850
Dina Maria Gouveia Freitas Letra	Madeira	3588
Dina Maria Veredas Nunes	Lisboa	692

Diogo Alexandre Fernandes Gomes	Santarém	15917
Diogo André Silva Barbosa	Aveiro	5265
Diogo André Silva de Barros	Braga	15007
Diogo Filipe Bastos Trindade	Lisboa	16866
Diogo José Ferreira Teixeira	Madeira	16839
Diogo Manuel Teixeira Barbosa	Porto	14563
Diogo Miguel da Silva Mira	Setúbal	15586
Diogo Miguel Silva Franco	Lisboa	14208
Diogo Morais Teixeira	Porto	14585
Diogo Nuno Pereira Marques	Lisboa	14907
Dirce Noronha Roque	Lisboa	13859
Duarte Bento Cavalinhos	Setúbal	821
Duarte Francisco Caria da Igreja	Lisboa	15455
Duarte Miguel Oliveira Santos	Porto	16575
Edgar Filipe Pereira de Sousa	Setúbal	10950
Eduardo António da Silva Figueiredo	Coimbra	16679
Eduardo Bernardo Lourenço Rocha	Setúbal	227
Eduardo Gabriel Baptista Couto	Aveiro	13387
Eduardo Gonçalo Silva Antunes	Aveiro	11907
Eduardo Jorge Correia de Matos Marques	Viseu	6446
Eduardo Miguel Paquete Velosa	Lisboa	16855
Eduardo Rui de Sousa Alves	Lisboa	10607
Egídio Paulo Caires Fernandes	Madeira	7350
Elisabete Susana Vieira da Carvalho	Porto	12396
Elísio Manuel Ribeiro Pereira da Silva	Aveiro	1711
Elisio Soares de Carvalho	Braga	16148
Eloísa Helena Gonçalves Macedo	Setúbal	15110
Elsa Leonor Albuquerque dos Santos	Coimbra	5398
Elsa Maria Gama Pereira	Setúbal	15753
Elsa Mónica Vieira de Moura Silva	Porto	11023
Ema Coelho Pereira	Lisboa	15762
Emanuel Rodrigues da Silva Mariano	Aveiro	16233
Ernesto Jorge Fernandes Costa	Coimbra	2821
Ernesto Manuel Leitão Magalhães	Porto	4060
Eugénio Diogo Louro	Setúbal	14860
Eulália Maria Santos Bendito	Açores	386
Eva Maria Braga da Silva	Aveiro	105
Ezequiel dos Santos Ferreira Van Duijn	Setúbal	670
Fabian Filipe Figueiredo	Lisboa	5232
Fábio Filipe Varela Salgado	Lisboa	4510
Fábio Rúben de Sousa Moniz	Lisboa	16015
Fátima do Nascimento Cabeleira Teixeira	Beja	13626
Fátima Maria da Silva Nogueira Marras	Setúbal	6467
Felipe Moreira Silva	Porto	16997
Fernanda Maria Almeida Santana Louro	Setúbal	15483
Fernanda Maria dos Santos Salgado	Porto	12333
Fernando Alberto Pinho Alves	Setúbal	842
Fernando Cordeiro Cruz	Setúbal	1194
Fernando Correia Sequeira	Setúbal	1077
Fernando João Neto de Faria	Lisboa	1448
Fernando José Mendes Rosas	Setúbal	657
Fernando Manuel André Figueira	Lisboa	1106
Fernando Manuel Costa Barbosa	Porto	7105
Fernando Manuel Dias Sousa Monteiro	Braga	13981
Fernando Manuel dos Anjos de Oliveira	Faro	4352
Filipa Alexandre da Costa Milheiro	Porto	15170



Filipa Avelino das Neves Filipe	Santarém	6247
Filipa Cardoso Vieira	Aveiro	13022
Filipe Colim Gabriel	Porto	12762
Filipe Emanuel Grilo Mestre	Setúbal	11811
Filomena da Graça Silva Silveira	Açores	14178
Filomena Neves da Silva	Lisboa	16725
Firmino Miguel Santos B. Amendoeira	Lisboa	5475
Flávia Alexandra Carvalho Gorgulho	Setúbal	16833
Flávio Rodrigues da Rosa	Açores	15419
Florbela Maria Sá Rodrigues Jesus	Aveiro	16392
Florentino Paulo Silva	Porto	14424
Florinda Maria Vasconcelos Teixeira e Castro	Setúbal	1546
Francisca Matos Leite	Aveiro	15413
Francisco Alves Silva Ramos	Setúbal	1107
Francisco Andre Pereira Forjaz de Lacerda Evangelista	Aveiro	16279
Francisco Botelho Matos	Leiria	10621
Francisco da Silva Rafael	Lisboa	15638
Francisco de Assis Moreira de Parrot Morato	Lisboa	13769
Francisco Reis da Costa	Lisboa	16007
Francisco Soares de Oliveira	Coimbra	3987
Frederico de Moura Portugal Dias Pereira	Leiria	15059
Geertrudes Maria Johanna Wolfs Gil	Viseu	14515
Generosa Maria Gonçalves Alves	Aveiro	14252
Georgina da Silva Simões	Lisboa	16360
Gina Alice Esteves Quental Mateus	Beja	8781
Gina Maria Sequeira Amaral Sena	Setúbal	15564
Gisela Andreia Ferreira Coelho Martins	Coimbra	8593
Gisela Maria Pedro Andrade Silva	Lisboa	16865
Gisela Patrícia Duarte de Almeida	Coimbra	14547
Gonçalo António Constantino Rodrigues	Lisboa	15717
Gonçalo Cabral Ferreira	Porto	8568
Gonçalo Fernando Gonçalves de Melo Lopes	Aveiro	12245
Gonçalo Gaspar de Sousa	Lisboa	15376
Gonçalo Jorge Madeira Paulino Martins	Santarém	16970
Gonçalo Pereira Marques Filipe	Lisboa	15601
Guida Maria de Jesus Ascensão	Beja	795
Guida Maria Nunes Valério Parra	Santarém	13804
Guilhermino Fernandes da Silva	Braga	2308
Gustavo Filipe Magalhães Mourinho	Coimbra	16962
Gustavo Weigert Behr	Lisboa	4574
Haldane Pereira Amaro	Setúbal	9123
Heitor Duarte Nereu Gomes	Santarém	10540
Helder Miguel Lucas Espínola	Lisboa	15864
Helena Isabel da Silva Fonseca	Aveiro	14811
Helena Maria Moura Pinto	Santarém	659
Helena Maria Reis Pacheco de Amaral	Lisboa	611
Helena Maria Rodrigues Celestino	Setúbal	14149
Helena Raquel Garcez Martins	Porto	13600
Helena Sofia Henriques Oliveira	Aveiro	4557
Helga Raquel Tavares Gonçalves Calcada	Porto	12776
Heloisa Mafalda Curião Almeida	Aveiro	10893
Henrique Branco da Silva Jesus	Coimbra	16095
Hernâni Custódio do Carmo	Lisboa	12344
Horácio Gomes Lourenço	Porto	2248
Hugo Alexandre da Silva Bettencourt	Açores	10730
Hugo Barreiros Andrade	Lisboa	16337
Hugo Filipe Ramos Nunes	Aveiro	7344



Hugo Jorge Duarte Seixas	Aveiro	12358
Hugo Manuel Gomes Costa	Lisboa	15595
Hugo Miguel Gomes Albergaria	Aveiro	15128
Hugo Pereira Evangelista	Lisboa	3424
Igor Emanuel Oliveira Ferreira Cardoso	Porto	16155
Igor Feliciano Freire Constantino	Lisboa	16857
Ildebrando de Jesus Pereira Aires	Lisboa	15900
Ilídia Maria Costa Pinheiro	Lisboa	3633
Inês Ariana de Freitas Pita	Lisboa	16936
Inês Filipa da Silva Antunes	Castelo Branco	16125
Inês Margarida da Cruz Reis	Setúbal	12248
Inês Maria da Silva Coelho	Viseu	16702
Inês Martins Carreira	Lisboa	15447
Inês Miguel Pereira de Sena	Lisboa	15340
Inês Mogarro Pintassilgo	Lisboa	11034
Inês Pedro dos Santos Amaro	Lisboa	16784
Inês Pezarat Correia Bom	Setúbal	10414
Iracema de Matos Simões Maia	Lisboa	15522
Irene de Jesus Rodrigues	Leiria	14758
Iris Marques Félix Paulo	Porto	16953
Isabel Alexandra da Conceição Marques	Aveiro	14723
Isabel Alexandra de Lacerda Silva	Açores	11839
Isabel Cristina Rua Pires	Lisboa	6734
Isabel Maria Dias da Costa Machado de Figueiredo	Lisboa	13685
Isabel Maria Vidal Gomes	Setúbal	751
Isabelle Hélène Odette Le Gué	Lisboa	16826
Isaura da Conceição Braga	Açores	14619
Ivo Manuel Neto Madeira Conceição	Faro	13621
Izaura Solipa Figueira Pires de Carvalho	Lisboa	11048
Jaime Francisco Campos de Oliveira	Aveiro	15627
Jaime Manuel Almeida Pinho	Setúbal	671
Jaime Manuel Barros Mestre	Setúbal	831
Jaime Marques Santiago	Aveiro	11262
Janet da Silva Ferreira	Aveiro	14107
Jefferson Eduardo de Oliveira	Setúbal	10814
Jerónimo dos Santos Dias	Aveiro	10561
Jessica Costa Pacheco	Açores	16394
Jéssica Gomes Vassalo	Santarém	15053
Joana Alexandra Ferreira Ideias	Setúbal	15508
Joana Campos Louçã	Lisboa	1374
Joana de Sousa Santos Micaelo	Évora	16700
Joana Filipa Linhares de Azevedo Neiva	Braga	16734
Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira	Lisboa	14204
Joana Margarida Bento Tavares	Lisboa	15557
Joana Nobre Macedo Ferreira Leite	Porto	14920
Joana Prenda Bettencourt	Açores	15405
Joana Rego Lima Rocha	Lisboa	15609
Joana Rodrigues Mortágua	Setúbal	3772
Joana Sales Campos Vieira	Setúbal	1123
João Afonso Maia da Silva	Braga	15000
João Alexandre Pires Fernandes	Lisboa	7782
João André Cascais Labrincha	Aveiro	11840
João António Florindo Rodrigues	Lisboa	866
João António Gomes Ferro	Évora	1280
João Augusto Cardoso Branquinho	Aveiro	16037
João Avelino Pereira Afonso	Setúbal	519
João Bernardo Narciso de Sousa	Porto	15089



João Carlos da Silva Anacleto Neves	Lisboa	7790
João Carlos Morais Santos Coelho	Aveiro	11915
João Cláudio Candeias Fragoso Curvêlo	Lisboa	5267
João da Silva Ferreira	Braga	919
João David dos Reis de Almeida	Lisboa	12534
João de Carvalho Pombas Jacinto	Santarém	6259
João Elviro Matilde da Silva	Lisboa	2747
João Emanuel Gouveia Martins	Porto	11495
João Filipe Correia da Conceição	Setúbal	14274
João Filipe dos Santos Viegas Quintino	Setúbal	13856
João José de Sousa Corono	Castelo Branco	4500
João Lima Gonçalves Baeta Neves	Lisboa	11405
João Luís da Silva Figueira	Aveiro	10182
João Manuel Almeida Pinho	Lisboa	2343
João Manuel da Fonseca Cordeiro	Porto	5622
João Manuel dos Santos Amoreira	Castelo Branco	13727
João Manuel Duarte Vasconcelos	Faro	1508
João Manuel Garcia Rodrigues	Braga	12930
João Manuel Macela Beles	Setúbal	1592
João Manuel Malho Nóbrega	Setúbal	13330
João Manuel Neto Gomes	Lisboa	11341
João Miguel Correia Rodrigues	Faro	15297
João Miguel dos Santos Ferreira	Santarém	16817
João Miguel Moniz Laranjeira Silva	Aveiro	11411
João Miguel Reis Simões Santo	Coimbra	1456
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes	Porto	2168
João Nuno Ribeiro Mineiro	Lisboa	6566
João Paulo Afonso Martins	Lisboa	14739
João Paulo Peixinho Rosado Lopes	Lisboa	13136
João Paulo Ramos Martins	Bragança	16794
João Pedro Barbosa de Carvalho	Setúbal	15600
João Pedro de Andrade Pinho da Silva	Porto	7994
João Pedro de Brito Sebastião	Lisboa	15547
João Pedro Soares Martins	Aveiro	10037
João Rui Galvão Mendes	Coimbra	16098
João Santos Dias	Porto	12196
João Vasco Cruzeiro Oliveira Barata	Lisboa	10218
Joaquim António da Silva Guedes	Castelo Branco	12482
Joaquim Cardoso Rodrigues	Coimbra	9420
Joaquim da Silva Venâncio	Porto	15977
Joaquim dos Santos Moreira da Silva	Porto	320
Joaquim Filipe da Conceição Machado	Coimbra	643
Joaquim Gil Sousa Piló	Setúbal	2930
Joaquim Inácio Raminhos Cabaça	Setúbal	559
Joaquim João Balhé da Silva	Setúbal	839
Joaquim José Afonso Ribeiro Machado	Setúbal	1775
Joaquim Manuel Monteiro do Espírito Santo	Porto	2627
Joaquim Manuel Nú Calado	Lisboa	11035
Joaquina Maria Rosa Lourenço	Faro	9138
Joel Francisco Pontes de Oliveira	Porto	1238
Jorge António Caetano dos Santos	Porto	10796
Jorge António Rodrigues Campelos	Braga	16787
Jorge Daniel Ferreira Monteiro Paiva	Porto	7182
Jorge Duarte Chaves Magalhães	Porto	4458
Jorge Duarte Gonçalves da Costa	Lisboa	635
Jorge Humberto Berardo Nogueira	Lisboa	14890

Jorge João dos Santos José	Lisboa	10374
Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos	Faro	8646
Jorge Manuel Alves de Sousa	Porto	1239
Jorge Manuel Batista da Silva	Setúbal	4147
Jorge Manuel Ferreira Mendes	Lisboa	6688
Jorge Miguel Santos Pinto	Setúbal	11452
Jorge Miguel Tabuada Pereira Barros	Lisboa	16880
José Alberto Alves Barroso Dias	Lisboa	12932
José Alberto Martinho Antunes	Santarém	13803
José Alexandre Rodrigues Monteiro	Braga	14614
José Antonino Monteiro da Silva Cadeia	Porto	10482
José António Amaral Pedras	Braga	10774
José António da Cunha Arteiro	Braga	15352
José António de Matos Diniz Pinto	Braga	915
José António Espírito Santo Rocha	Setúbal	4994
José António Formosinho Palhares Falcão	Lisboa	653
José António Garrocho Gregório	Lisboa	1101
José António Sousa Moreira	Faro	6643
José Augusto Martins de Figueiredo	Braga	10823
José Borges Araújo Moura Soeiro	Porto	948
José Carlos Alves da Silva	Porto	14327
José Carlos Costa de Vasconcelos	Viseu	3304
José Carlos de Oliveira Correia	Aveiro	16454
José Carlos Dias Correia	Évora	16818
José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha	Porto	1469
José Carvalho Maneira	Lisboa	403
José das Neves Filipe	Santarém	1333
José Dinis Moreira Campos Pinto	Aveiro	4176
José Eduardo Sousa Correia	Porto	14608
José Ernesto Figueira Ferraz	Madeira	6783
José Ernesto Pereira Mendes Oliveira	Aveiro	13065
José Francisco Chicharo Bilro	Setúbal	570
José Gomes Dias	Braga	5726
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão	Faro	3283
José Henrique Fernandes da Silva	Porto	15778
José João Jorge Mendes Lucas	Coimbra	4808
José Joaquim Ferreira dos Santos	Porto	646
José Júlio Gonçalves Antunes	Santarém	14962
José Luís Dias de Castro	Aveiro	13277
José Luís Nobre Benrós Pissarro	Lisboa	1053
José Luís Vieira Cardeira	Leiria	413
José Manuel Boavida	Lisboa	604
José Manuel Borges Gonçalves	Vila Real	14567
José Manuel Elizeu Pinto	Évora	10813
José Manuel Jordão Barroso Estevens	Lisboa	11678
José Manuel Lourenço Freire	Setúbal	14445
José Manuel Machado de Castro	Porto	333
José Manuel Marques da Silva Pureza	Coimbra	406
José Manuel Peixoto Figueira Henriques	Leiria	414
José Manuel Rodrigues Carreira	Santarém	2758
José Manuel Serralheiro Baptista	Santarém	11690
José Manuel Silva de Jesus	Aveiro	8112
José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho	Açores	3801
José Maria Barbosa Cardoso	Braga	1308
José Maria de Sousa Mendes	Açores	11536
José Maria Salgueiro Moura	Portalegre	1867



José Melo Leite Oliveira	Açores	3861
José Miguel de Sousa Ribeiro	Lisboa	7533
José Miguel Ferreira Ricardo	Porto	15141
José Miguel Silva Lopes	Viseu	16511
José Miranda da Silva	Porto	5076
Jose Paulo Vieira Ferraz	Porto	11658
José Pedro Botelho de Montalvão Fernandes	Porto	6388
José Pedro Campinas da Costa Torres	Lisboa	8031
Jose Pedro Fernandes e Oliveira	Beja	8293
Josué da Silva Cavalheiro	Leiria	14624
Júlia Maria Machado Garraio	Coimbra	5104
Júlia Maria Ramos Correia	Coimbra	4770
Júlia Raquel Carrapa da Cruz	Porto	5690
Julieta Assunção Espírito Santo Rocha	Setúbal	1191
Karim Hassam Quintino	Setúbal	11774
Lara Sofia Fortunato Sequeira	Setúbal	16342
Leonor Calçada Moreira de Sá Monteiro	Porto	16769
Leonor Carvalho Viana	Setúbal	15886
Leonor Fernandes Amado	Lisboa	16896
Leonor Rosa Faria	Porto	14932
Leonor Samara Rosas	Lisboa	13980
Lídia da Conceição do Vale Costa	Porto	1245
Lígia Esgalhado Pimenta Lima de Moraes	Lisboa	16813
Lina Maria Carreira de Oliveira	Leiria	15860
Lou Loução	Lisboa	13974
Lúcia Maria Oliveira Gamelas Dias	Aveiro	14712
Lúcia Pereira da Cunha	Lisboa	13763
Luís Carlos Betencourt de Matos Leiria	Lisboa	993
Luís Carlos Lopes Santos	Santarém	15282
Luis Carlos Pais da Cruz	Lisboa	9390
Luís Carlos Sousa Couto	Açores	8707
Luís Emidio Lopes Mateus Fazenda	Lisboa	1685
Luís Eugénio de Oliveira Peres	Porto	366
Luís Fernando Fernandes Pinto Cardoso	Lisboa	11244
Luís Filipe Baptista Pinho	Lisboa	14659
Luis Filipe Coutinho Lourenço Pamplona	Leiria	13970
Luís Filipe da Cruz Pereira	Setúbal	543
Luís Filipe de Jesus Pimentel de Castro	Lisboa	1713
Luís Filipe Dias Grácio	Santarém	4320
Luís Filipe Garcia de Castro e Salgado	Lisboa	9790
Luís Filipe Martins Grilo	Santarém	11860
Luís Filipe Nunes Teixeira	Lisboa	16688
Luís Henrique Domingues Salgado dos Santos	Lisboa	14190
Luís José Moleiro dos Santos	Faro	2500
Luís Miguel Almeida Rocha	Setúbal	15566
Luís Miguel Andrade Firmo Moreira Cortesão	Coimbra	2981
Luis Miguel Corrêa Costa	Lisboa	8295
Luís Miguel da Silva Faria Guimarães	Lisboa	16998
Luis Miguel Janeiro Mós	Lisboa	14071
Luís Miguel Tavares de Oliveira	Aveiro	7299
Luis Octavio dos Santos Gouveia Junior	Coimbra	16384
Luís Pedro Alves Branco	Lisboa	239
Luís Valentim Pereira Monteiro	Porto	6793
Luísa Maria Marcelino Bento	Castelo Branco	16525
Luísa Maria Porto Ferreira da Silva	Porto	944
Luiz Manuel Duarte Pessoa	Faro	13361

Luiza Maria Noronha Roque	Lisboa	13914
Mafalda da Costa Bernardes Figueira Henriques	Aveiro	15910
Mafalda Inês Silva Porto Ramos Ferreira	Santarém	16191
Mafalda Pinho Escada	Lisboa	10517
Mafalda Pinto Rodrigues Brilhante	Lisboa	14847
Mafalda Sofia Fernandes Félix	Setúbal	2863
Manuel Alberto Silva Gomes	Aveiro	15619
Manuel Augusto da Silva Correia Cruz	Porto	15578
Manuel Carlos Nunes Abalada	Lisboa	14653
Manuel Claudino Correia	Lisboa	3769
Manuel Fernando Rosa Grilo	Lisboa	649
Manuel Flores Sabino	Setúbal	586
Manuel Gomes Ferreira	Porto	16555
Manuel João Vieira de Sousa	Leiria	13781
Manuel Joaquim Soares Teixeira	Porto	13128
Manuel Jorge de Araujo Pires	Porto	13338
Manuel José Gomes Afonso	Lisboa	16856
Manuel Perfeito Santos Moreira da Silva	Porto	317
Manuel Rocha Coelho	Viseu	11659
Manuel Silva Rocha	Aveiro	6815
Manuel Silvestre Soares Gago	Lisboa	667
Manuel Tavares Tomás	Lisboa	9989
Manuel Zacarias Barbosa Leiras	Braga	8718
Manuela Cândida Airosa da Silva Gonçalves	Braga	12215
Manuela Maria Coelho Antunes	Viseu	1289
Marcia Maria Neves Pinho da Silva	Aveiro	13284
Marco André Gonçalves Neves Marques	Lisboa	5160
Marco Filipe Vieira Gomes	Braga	14803
Marco Madeira Aboim	Lisboa	16740
Marco Paulo Dominguez Mendonça	Porto	122
Margarida Costa de Melo	Viana do Castelo	16347
Margarida Filipa da Cruz Lopes	Setúbal	15848
Maria Adelaide do Nascimento Almeida	Lisboa	5500
Maria Alexandra Antunes Lemos	Aveiro	14355
Maria Alexandra Nogueira Vieira	Braga	12281
Maria Alexandra Rodrigues Fonseca	Viana do Castelo	16439
Maria Alice Gomes Nunes Jorge Pisco	Lisboa	15361
Maria Alice Neto dos Santos Carvalho	Lisboa	13995
Maria Carolina da Anunciação Álvares Serrão	Lisboa	16100
Maria Carolina Vieira	Lisboa	16376
Maria Celeste Moura Cabral Sanona	Açores	10633
Maria Celeste Rodrigues dos Santos	Faro	10577
Maria Clara da Conceição Furtado Rodrigues Nunes Oliveira	Setúbal	9839
Maria Clara Ramos Alves Borges de Andrade	Lisboa	1896
Maria Cristina Bico Moura Didelet	Lisboa	10608
Maria da Conceição de Lima Faria da Silva	Setúbal	4776
Maria da Conceição de Souza Sobrinho	Lisboa	16469
Maria da Conceição Simão Gonçalves Duarte	Coimbra	4812
Maria da Graça Pinheiro de Lucena e Silva de Noronha Lima	Porto	6586
Maria da Graça Rodrigues da Silva Pestana	Lisboa	10290
Maria de Fátima Abreu Barata	Setúbal	754
Maria de Fátima Anunciação Martins	Setúbal	11812
Maria de Fátima Diegues	Santarém	14457
Maria de Fátima Gonçalves Francisco	Lisboa	15374
Maria de Fátima Rodrigues da Palma	Évora	15271
Maria de Fátima Teles da Silva	Viseu	15280



Maria de La-Salete da Silva Ferreira	Aveiro	16035
Maria Deolinda Marques Dias Martin	Lisboa	3942
Maria do Céu da Cunha Meneses Fazenda	Lisboa	434
Maria do Céu Moreira Paiva e Silva	Porto	5533
Maria do Rosário Madruga Carvalho	Lisboa	433
Maria Emília Santos Simões Amendoeira	Lisboa	5471
Maria Estela Cordeiro de Vieira Rodrigues	Porto	595
Maria Feliciano Esteves Mota	Setúbal	4612
Maria Fernanda Balceiro Ferreira da Costa	Faro	14673
Maria Fernanda Oliveira de Sousa	Setúbal	1379
Maria Filomena Cabrita Galvão	Lisboa	12659
Maria Helena de Almeida Barão e Baião	Faro	15631
Maria Helena de Carvalho Governo de Figueiredo	Évora	10812
Maria Helena de Sousa Figueiredo	Lisboa	3736
Maria Helena Dias Loureiro	Coimbra	9426
Maria Helena Rodrigues Nunes	Setúbal	1193
Maria Inês Russo Nunes Pombo	Guarda	16177
Maria Isabel Mota Pimenta Vieira	Setúbal	1391
Maria Isabel Neves Gonçalves da Silva Martins	Braga	2997
Maria Isabel Nunes Ramos Duarte	Lisboa	672
Maria Isabel Pinto Ventura	Lisboa	7705
Maria Isabel Sousa Alcobia	Lisboa	14331
Maria João Catarino Branco	Aveiro	15135
Maria João Ribeiro Agra Pinto Marques	Setúbal	14273
Maria José Almeida Gonçalves Mota	Porto	14446
Maria José da Graça Ferreira	Lisboa	6134
Maria José de Carvalho Gonçalves Samora	Lisboa	502
Maria José Freitas Borges de Araújo	Porto	179
Maria José Mendes Ganhão	Setúbal	2222
Maria Júlia Laranjeira da Silva	Aveiro	13832
Maria Leonor Camarinha Parada Figueiredo	Porto	7573
Maria Leopoldina de Fátima Mendes Manteigas	Leiria	7378
Maria Luísa Rosendo Cabral	Lisboa	9516
Maria Manuel de Almeida Rola	Porto	9880
Maria Manuela Cavaco Santos	Setúbal	13471
Maria Manuela Lourenço da Gama Franco Pereira	Leiria	8203
Maria Manuela Nobre Rodrigues	Coimbra	1155
Maria Medeiros Mestre da Cunha	Setúbal	11078
Maria Mercedes Peixinho Pereira dos Reis Fernandes	Aveiro	9348
Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra	Coimbra	644
Maria Nazaré Cruz Carvalhais Nóvoa	Porto	5624
Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo	Braga	14911
Maria Pinto de Carvalho Escaja Gonçalves	Lisboa	14637
Maria Rosa Dias	Faro	10391
Maria Sameiro Silva Mendes	Braga	12283
Maria Serra Valente	Lisboa	16658
Maria Soledade Ferreira Marques	Aveiro	14713
Maria Teresa de Oliveira Rodrigues Leitão	Lisboa	2025
Maria Teresa do Céu Figueiredo	Setúbal	1114
Maria Teresa Ferreira de Almeida Jorge	Lisboa	11960
Maria Teresa Nóbrega Duarte Soares	Círculo da Europa	13273
Mariana Antunes Garrido	Coimbra	12097
Mariana Baptista Brilhante	Lisboa	16149
Mariana Curado Malta	Porto	16751
Mariana Filipa Loureiro da Silva	Porto	16938
Mariana Gaspar Rodrigues	Coimbra	10057



Mariana Gomes Simões Pestana Mateus	Setúbal	15524
Mariana Rosa Aiveca	Setúbal	241
Mariana Tomé Falcato Simões	Porto	13796
Marina Teodoro Romana	Porto	13017
Mário André Pinheiro de Magalhães Macedo	Setúbal	15111
Mário Augusto de Sousa Moutinho	Porto	11159
Mário Durval Póvoa do Rosário	Setúbal	583
Mario Jorge Fernandes Ramalho	Setúbal	7168
Mario Luis Valada dos Santos Correia	Lisboa	7960
Mário Manuel Castro Moniz	Açores	3797
Mário Miguel Ribeiro Manaia	Aveiro	14882
Mário Ribeiro Rodrigues	Lisboa	735
Mário Rodrigues da Silva	Porto	15995
Mário Rui Domingues Ferreira da Cruz	Aveiro	16104
Mário Sérgio Pais da Silva Bonito	Lisboa	634
Marisa Isabel Santos Matias	Coimbra	3764
Marta Sofia da Luz Pereira	Setúbal	1195
Marta Sofia Vieira Silva	Madeira	15303
Mary Cruz Penelope Placido Rosas	Aveiro	10636
Matilde Lameira Porto	Setúbal	15642
Matilde Santa Clara Mendes Pinto	Lisboa	16415
Maurício Cesar Salgado Pacheco	Porto	15201
Maximiliano Nuno Torres Sá Pereira	Braga	16808
Michel Gustave Joseph Binet	Setúbal	16892
Miguel Albergaria Furtado Semedo	Porto	10088
Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro	Faro	10360
Miguel Baptista Miranda Correia	Porto	15764
Miguel da Câmara e Almeida Pinto	Lisboa	448
Miguel Filipe Santos dos Santos	Setúbal	16061
Miguel Garcia Fernandes Bordalo Dias	Lisboa	11813
Miguel Gonçalo Cardina	Coimbra	7151
Miguel Rodrigues Cardoso	Viseu	8662
Milton da Silva Lopes	Aveiro	16036
Moisés Salvador Coelho Ferreira	Aveiro	2860
Mónica Cláudia Brandão Coelho	Aveiro	10913
Mónica Daniela Teixeira da Rocha	Lisboa	15116
Nádia Cardoso	Aveiro	10565
Nádia Leal Silva Marçal	Porto	15981
Nelson da Rocha	Lisboa	1068
Nelson de Jesus Martins da Silva	Porto	14361
Nelson José Bidarra Calheiros	Lisboa	12392
Nelson Ricardo Esteves Peralta	Aveiro	1664
Nuno Alexandre Ramos Costa	Castelo Branco	16478
Nuno Alexandre Ribeiro Penas	Aveiro	16409
Nuno André Costa do Vale	Braga	16648
Nuno Antonio Dias Monteiro	Porto	6969
Nuno Carvalho Ribeiro de Oliveira Costa	Lisboa	9260
Nuno de Avelar Pinheiro	Setúbal	14306
Nuno Eduardo Calça	Évora	962
Nuno Henrique Varela Canha	Portalegre	9675
Nuno Manuel da Rocha e Freitas	Porto	9091
Nuno Miguel Barbosa de Almeida e Silva	Porto	14191
Nuno Miguel Lopes Machado	Leiria	6886
Nuno Miguel Patrício Ramos Ferreira	Coimbra	7916
Nuno Miguel Pedrosa	Círculo da Europa	10488
Núria Santos Guedes	Castelo Branco	13274



Olegário Augusto da Costa Rocha	Aveiro	11409
Orlanda Manuela Carvalho da Silva	Porto	15489
Orlando Pinto de Brito	Lisboa	16983
Patrícia Alexandra César Monteiro	Porto	12749
Patrícia Conceição Sousa Medeiros	Açores	12156
Patrícia Marques Cardoso Coutinho	Viseu	3142
Paula Alexandra Carrasco Serralha	Setúbal	13470
Paula Cristina Barroso Prudêncio Soares	Setúbal	12865
Paula Cristina da Costa Oliveira Pinheiro	Lisboa	16224
Paula Cristina Salvação Brum da Silveira	Setúbal	14279
Paula Cristina Vieira Teixeira	Lisboa	12438
Paula Filipa Vieira Silva	Porto	6188
Paula Maria Militão de Lemos Valentim	Porto	9529
Paulete Micaela Freitas Matos	Porto	605
Paulo Alexandre de Jesus Neto Coutinho	Aveiro	16651
Paulo Alexandre Ferreira dos Anjos	Coimbra	1147
Paulo Alexandre Maciel Pinto	Porto	14538
Paulo Alexandre Soares Gomes de Sousa	Lisboa	5362
Paulo Alexandre Trindade de Jesus	Lisboa	1453
Paulo António Pereira de Oliveira	Aveiro	11151
Paulo César Rocha Silva	Porto	11022
Paulo Guilherme Pires de Jesus Pinto	Lisboa	15662
Paulo Jacinto de Melo Antunes Ferreira	Lisboa	15660
Paulo Jorge Sousa Guimarães	Porto	16145
Paulo Jorge Veloso Santos	Porto	10615
Paulo Jorge Vieira	Lisboa	1163
Paulo José Ferraz Mendes	Aveiro	4339
Paulo José Maio Sousa Mendes	Açores	4189
Paulo José Vilela Machado e Costa	Lisboa	15961
Paulo Manuel Besugo Sanona	Açores	7870
Paulo Rogério Ferreira Rodrigues	Lisboa	12338
Paulo Sérgio Alves de Oliveira	Aveiro	4833
Paulo Sérgio Gomes Teixeira	Aveiro	14934
Pedro Alexandre Mota da Silva Ramos	Lisboa	3514
Pedro Fernando Ferreira Soares	Aveiro	16293
Pedro Filipe Borges Fernandes Mesquita	Castelo Branco	13405
Pedro Filipe Gomes Soares	Porto	2861
Pedro Gaspar Amaral	Açores	13254
Pedro Guilherme Barreiro Fernandes	Porto	16898
Pedro Henrique Aguiar Seíça Maia	Aveiro	10894
Pedro Jorge Bargão Rodrigues	Santarém	3125
Pedro Jorge Ramajal Monteiro	Porto	174
Pedro Jorge Ventura Rodrigues	Coimbra	5396
Pedro José Homem de Figueiredo Cabrita	Coimbra	17004
Pedro Luiz Ferreira da Silva	Lisboa	11806
Pedro Manuel Lopes Ferreira	Aveiro	13688
Pedro Manuel Nunes de Oliveira	Setúbal	537
Pedro Manuel Nunes Jorge Pisco	Lisboa	7807
Pedro Marques de Figueiredo	Porto	8423
Pedro Miguel Bernardino Gonçalves	Beja	9777
Pedro Miguel Cardoso Lourenço	Porto	9666
Pedro Miguel Celestino Pereira	Setúbal	10738
Pedro Miguel da Silva Ribeiro Jorge	Coimbra	16482
Pedro Miguel dos Santos Ferreira	Porto	9526
Pedro Miguel dos Santos Mourinho Guerreiro	Setúbal	14738
Pedro Miguel Figueiras Varela	Lisboa	16852

Pedro Miguel Pereira Faria	Porto	11624
Pedro Miguel Santos Gouveia	Santarém	16985
Pedro Miguel Soares Carreira	Porto	9837
Pedro Miguel Sousa Mota	Faro	4152
Pedro Tiago Alves Pais	Lisboa	14740
Plínio Rafael Alves Cavalcanti Sena Pessoa	Castelo Branco	16546
Rafael Garrido da Mota Seixas	Lisboa	16432
Rafael José Simões Henriques	Leiria	16152
Rafael Virgílio Lopes Vicente	Lisboa	16989
Raquel Alexandra Pereira Vitorino	Lisboa	14734
Raquel Avelar Gonçalves Ferrão Bagulho	Lisboa	5059
Raquel Liliane Ribeiro dos Santos	Setúbal	16431
Raquel Pimentel Medeiros Pereira	Açores	11101
Raquel Wilson Tavares Montenegro	Aveiro	13096
Raul Alberto Falcão Nobre de Almeida	Beja	16420
Raúl de Oliveira Peixoto	Braga	3621
Rebeca Ema Le Feuvre Moore	Setúbal	16884
Renato Célio Marinho Silva	Braga	7122
Renato Filipe de Barros Santiago	Aveiro	15537
Renato Manuel Cordeiro de Moura Soeiro	Porto	2620
Ricardo Alfonso Reyes Cortês	Setúbal	14104
Ricardo Bruno da Encarnação Soares	Faro	11591
Ricardo Domingos	Lisboa	16976
Ricardo Filipe Raposo Furtado	Açores	8732
Ricardo Gouveia de Almeida	Porto	9357
Ricardo Jorge da Silva Cerqueira	Braga	9804
Ricardo Luís de Barros Duarte	Lisboa	2516
Ricardo Nuno de Sousa Lemos Pereira	Setúbal	4322
Ricardo Sant'Ana Godinho Moreira	Lisboa	4622
Ricardo Silva Vicente	Leiria	6574
Rita Alexandra Monteiro Baptista	Aveiro	10219
Rita Calado Lopes Pureza	Lisboa	16684
Rita Lage Sarrico	Lisboa	11369
Rita Maria Oliveira Calvário	Lisboa	469
Roberta de Cássia Oliveira	Lisboa	16995
Roberto Carlos Teixeira Almada	Madeira	3579
Rodrigo Alexandre Mendes Sousa	Guarda	15216
Rogério Paulo Soares Correia Neto	Faro	9698
Romana Maria Moreira Pedro Sousa	Lisboa	13846
Romeu de Castro Fernandes	Aveiro	14356
Rosa Lúcia Cravo Amador Santos	Aveiro	12650
Rosa Maria Fernandes Domingos	Lisboa	3072
Rosa Maria Soares Pereira	Lisboa	6972
Rosalina Fernandes dos Santos Vítor	Lisboa	468
Rui Alberto Pais Marques	Lisboa	7090
Rui Carlos Alves Ministro Godinho	Setúbal	2482
Rui Filipe Maia Santos	Aveiro	15576
Rui Filipe Trinca Ricardo	Lisboa	12823
Rui Jorge de Matos Vera Távora	Lisboa	7530
Rui Manuel da Cunha Salgueiro	Setúbal	14444
Rui Manuel Leite Antunes	Braga	8115
Rui Manuel Lourido Nóvoa	Porto	159
Rui Manuel Morais Borges	Vila Real	11177
Rui Miguel Curado da Silva	Coimbra	2823
Rui Miguel Dos Santos Melo Faria	Aveiro	15497
Rui Miguel Espírito Santo Monteiro Correia	Setúbal	13657



Rui Miguel Pinto Tavares	Porto	16460
Rui Pedro Rodrigues de Lima Moreira	Porto	14414
Rute Marlene Oliveira Barbosa	Braga	15252
Ruth Maria Bento Ribeiro de Sampaio	Porto	3467
Sandra Alexandra Gois Carvalho	Santarém	11006
Sandra Cristina Andrade Carvalho	Braga	5074
Sandra Cristina Ferreira da Costa	Faro	13397
Sandra Isabel Valente Antunes	Porto	12869
Sandra Marina de Sousa Gonçalves Dias	Évora	961
Sandra Mestre da Cunha	Setúbal	487
Sandra Moraes Guerreiro	Círculo da Europa	6245
Sandra Paula Aguiar Machado Parreira	Açores	9319
Sandra Silva Dimas Serpa	Açores	7432
Sara Andreia de Jesus Videira	Porto	16317
Sara Barbosa Salazar	Lisboa	16123
Sara Cristina Oliveira dos Santos Azul	Porto	9779
Sara Raquel Ferreira Costa	Aveiro	12095
Sara Rita Neto Rocha	Lisboa	4762
Sebastião José da Cunha Torres Correia	Porto	1971
Sebastião Martins dos Santos Capilé	Setúbal	560
Serafim José dos Santos Duarte	Coimbra	1150
Sérgio Alfredo Conceição da Silva e Sousa	Porto	9147
Sérgio Moreira da Silva	Setúbal	4774
Sérgio Rafael de Sousa Vieira	Porto	12189
Silvana Cassaca Parreira Paulino	Setúbal	8864
Sílvia Jerónimo Ferreira Vargas	Lisboa	16112
Sílvia Raquel Marques Agra	Porto	10716
Simão Dias de Magalhães	Aveiro	15370
Sofia Espada Valente Escudeiro	Aveiro	15906
Sofia Estriga Branco da Silva	Lisboa	16099
Sónia Alexandra Lourenço de Brito Reis	Castelo Branco	13716
Sónia Alexandra Oliveira Gamelas	Aveiro	13378
Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro	Braga	10980
Sónia Freitas Correia	Aveiro	14760
Sónia Isabel Lopes de Almeida Pinto	Aveiro	14992
Sónia Isabel Vicente Pedro	Lisboa	8215
Sónia Luísa Vasconcelos Oliveira	Açores	13181
Sónia Sofia Pereira Figueiredo	Setúbal	14861
Stephanie da Cruz Fernandes	Aveiro	13718
Susana Maria Mota Pinto	Porto	13655
Susana Varela Braga	Viana do Castelo	16398
Tainah Lemos Monteiro	Setúbal	15774
Tainara Fernandes Machado	Lisboa	16653
Tânia Alexandra do Carmo Russo	Lisboa	13263
Tânia Sofia Barroso Ramos	Setúbal	15715
Telma Carina Lemos Gaspar	Leiria	13472
Telma de Jesus Laborinho Ferreira	Leiria	4506
Telma Tavares Ferreira	Lisboa	16652
Teófila Mariana Barbosa de Matos	Setúbal	11957
Teresa Maria Carvalho Nascimento	Santarém	11824
Teresa Marta Gonçalves Silvestre	Castelo Branco	14796
Tiago Alexandre Martins Pinto	Lisboa	16776
Tiago Alexandre Roldão Ferreira	Lisboa	16576
Tiago André da Rocha Sequeira	Lisboa	16328
Tiago André Lima Castelhana	Lisboa	16853
Tiago de Oliveira Paiva	Aveiro	16068



Tiago Gillot Faria	Lisboa	636
Tiago João Pereira da Silva	Lisboa	7579
Tiago José Ferreira de Lima Barbosa	Aveiro	12837
Tiago José Novais Matos	Porto	14220
Tiago Manuel da Silva Barreiro de Magalhães	Porto	15700
Tiago Miguel Ferreira Marques	Viseu	14900
Tiago Resende Araújo Ferreira	Viseu	14514
Tiago Simão Fernandes Pinto Sampaio	Lisboa	16372
Tomás Carvalho Pereira	Guarda	16877
Valdemar Francisco Filipe Moreira Reis	Setúbal	1102
Valter Vinagre	Lisboa	1670
Vanessa Abreu Da Silva	Aveiro	10190
Vanessa Sofia Tavares de Sousa	Setúbal	10007
Vânia Patrícia Abreu Felício	Porto	15274
Vânia Sofia Ferreira Santos	Aveiro	16390
Vasco de Sá Nunes Correia Diogo	Lisboa	16613
Vasco Ruela de Moura Salvador Fernandes	Lisboa	15373
Vasco Valente Lopes	Vila Real	15686
Ventura Jose Crujo Ramalho	Beja	11934
Vera Isabel Meneses Fazenda	Lisboa	480
Vera Lúcia Fernandes Vicentino	Aveiro	13907
Vera Lúcia Morão dos Santos Veiga	Castelo Branco	16260
Vera Lúcia Pinheiro Pires	Açores	4511
Vera Maria Machado	Porto	15697
Vera Patrícia Nunes Mouzinho Paepke	Lisboa	16609
Vera Ventura Gonzalez Quiros	Lisboa	10898
Verónica Fátima Mesquita dos Santos Pereira Silva Lopes	Açores	10839
Vicente Calvão Borges Antunes Ferreira	Lisboa	13219
Vicente Carvalho de Sá	Évora	11681
Victor Leonel da Cunha Salgueiro	Setúbal	13451
Virgílio Joaquim Marta	Aveiro	16597
Virgílio Manuel Morais de Matos	Porto	15022
Virgínia Maria Melo Matos	Aveiro	6668
Vitor Edmundo Proença da Silva	Lisboa	1073
Vitor Manuel Bexiga Ruivo	Faro	516
Vitor Manuel Cardoso Carvalho	Porto	16144
Vítor Manuel Cavalinhos	Setúbal	526
Vitor Manuel dos Santos Pinheiro	Lisboa	712
Vitor Manuel Freitas Rosa	Setúbal	10748
Vítor Manuel Machado Parreira	Açores	7434
Vitor Manuel Mendes Pires	Porto	1263
Vítor Manuel Reis Gonçalves Lopes	Lisboa	16676
Vitor Manuel Rodrigues Brilhante	Lisboa	1105
Vítor Paulo Azevedo Lima	Vila Real	11514
Vitorino das Neves Vieira Pereira	Leiria	477
Zélia da Conceição Marques de Almeida Cardoso	Viseu	14646

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A REJEITADAS

Vítor Franco

PROPOSTA:

No fim do Ponto 26 acrescentar: "O PS meteu o socialismo na gaveta, agora está a meter a esquerda!"

JUSTIFICAÇÃO:

O curto texto pretende deixar mais clara a questão se o PS é ou não de esquerda, tal dilema arrasta-se há dezenas de anos. Por outro lado, clarifica melhor o sentido das suas políticas e ajuda a abordagens sobre possíveis ou hipotéticos acordos na AR. Também ajuda à abordagem de outras eleições como as autárquicas.

RESPOSTA:

Rejeitada. A formulação presta-se a equívocos: a esquerda não pode ser metida na gaveta do PS.

Vítor Ruivo

PROPOSTA:

"Ponto 17. Acrescentar um 2º e 3º parágrafos: [Mas tal política só conseguirá concretizar-se pela pressão e pelo crescimento de um forte movimento internacionalista, independente de quaisquer imperialismos, mas valorizando a sua perigosidade relativa, que ganhe amplas camadas populares, em defesa dum cessar-fogo imediato na guerra da Ucrânia, por negociações respeitadoras da soberania dos países em conflito e pela autodeterminação expressa dos seus diferentes povos.

O Bloco procurará integrar-se no urgente fortalecer desse movimento, dinamizando protestos populares que afirmem estes objetivos.]."

JUSTIFICAÇÃO:

Tal como dizemos que, para Portugal, a oposição à política do Governo, à sua direitação crescente e à influência da direita e extrema-direita, só com a resposta e o crescimento da luta popular e da sua maior organização poderá vencer esse rumo, também a nível europeu, seja no plano económico, seja no da paz, é indispensável o crescimento das lutas populares e dum movimento de protesto nas ruas que afirme um projecto de segurança e paz, que se sobreponha à cumplicidade e submissão da UE aos desígnios dos EUA/NATO. E também aí, cabe ao Bloco estar na primeira linha desse movimento, o que não tem acontecido.

RESPOSTA:

Rejeitada. No conflito não está em causa a soberania da Federação Russa

PROPOSTA:

Ponto 31. Acrescentar um 2º parágrafo: [Também nas mobilizações cidadãos o Bloco procurará que elas se manifestem, pela maior organização e ação dos vários movimentos sociais e locais, na oposição direta em relação aos “donos disto tudo”, os maiores beneficiários da política governamental – os grandes grupos monopolistas da energia, da banca e dos seguros, da saúde, dos transportes, da grande distribuição e da especulação imobiliária; todos eles cada vez mais ligados e subordinados a esses monopólios a nível internacional.].

JUSTIFICAÇÃO:

A expressão directa de luta contra os verdadeiros donos da política nacional, por um lado, serve para mostrar que, de facto, são eles os “donos disto tudo”, afinal nunca sujeitos ao escrutínio democrático, e tornar a maioria da população mais consciente disso, trazendo-os mais à luz e à condenação pública. Assim como também não dar a ideia que se concentra toda a oposição num único adversário, o Governo e o PS, centrado no âmbito político-eleitoral, que nem é o mais influente nem poderoso na globalidade do poder capitalista nacional.

RESPOSTA:

Rejeitada. A proposta é redundante com outras partes do texto.

PROPOSTA:

Ponto 32. No 2º período acrescentar a seguir a “... num contexto em que,” [junto ao medo do despedimento e à influência do individualismo] se combinam...”

JUSTIFICAÇÃO:

Sendo este um ponto síntese da situação da classe trabalhadora, o medo e o peso do individualismo, são muito fortes exprimindo a grande influência actual sobre os trabalhadores do poder e da ideologia capitalista, pelo que faz sentido serem referidos também.

**RESPOSTA:**

Rejeitado. Medo e individualismo são consequências e não causas

PROPOSTA:

Ponto 33. Acrescentar um 2º parágrafo: [Nesse sentido, promover-se-á a criação de Grupos de Trabalho Laboral em todos os distritos onde eles ainda não existem, incentivando o activismo e a sindicalização dos aderentes locais.].

JUSTIFICAÇÃO:

Este acrescento poderia ter melhor lugar no capítulo da organização partidária, mas como aí a Moção, no que refere ao trabalho laboral do Bloco, apenas indica aquilo que de positivo se está fazendo no pós-pandemia, torna-se mais fácil acrescentar neste ponto, como parte da responsabilidade partidária, em todo o partido, por todo o país, na dinamização da luta laboral, actualmente tão aquém das possibilidades de que dispomos se lhe dermos a devida prioridade.

RESPOSTA:

Rejeitada.

Cabe às organizações distritais definir a forma de organizarem no seu âmbito a intervenção laboral. Onde são criados grupos de trabalho laboral, essa opção já é apoiada.

Tiago Paiva

PROPOSTA:

Em virtude da evidente e necessária construção e implementação de um programa político alternativo ao vigente, sugere-se a inversão da ordem dos dois pontos "IV. a Europa sob ameaça da direita radicalizada" e "V. liderar a oposição afirmar uma alternativa", priorizando a liderança da oposição em detrimento do esvaziamento da direita radicalizada

JUSTIFICAÇÃO:

Por um exercício lógico, se as políticas seguidas pelos sucessivos governos são uma das causas do surgimento do fenómeno da extrema direita, então, num exercício de coerência, liderar a oposição e afirmar uma alternativa deve preceder o esvaziamento da direita radicalizada.

RESPOSTA:

Rejeitada. O ponto sobre a extrema-direita é parte da análise internacional, daí preceder o ponto sobre política nacional e afirmação de alternativa ao PS.

PROPOSTA:

Eliminar o ponto 5 da moção A refere "Nenhum dos perigos radicais que assolam a humanidade é de origem natural."

JUSTIFICAÇÃO:

É uma afirmação que, para além de não referir o contexto a que se refere, em determinados contextos é materialmente falsa. Podemos considerar catástrofes naturais como perigos radicais, e negar que uma catástrofe natural não é de origem natural é um paradoxo irreconciliável, tipicamente apanágio dos mais criativos adeptos negacionistas. Sugiro que este ponto seja eliminado do texto da moção.

RESPOSTA:

Os perigos radicais a que o texto se refere estão designados no texto e nenhum é de origem natural.



MOÇÃO E
UM BLOCO PLURAL
PARA UMA ALTERNATIVA
DE ESQUERDA
UM DESAFIO QUE
PODEMOS VENCER!

UM BLOCO PLURAL PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA – UM DESAFIO QUE PODEMOS VENCER!

O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado ataca os Direitos Humanos e degrada equilíbrios ecológicos. Precipita crises consecutivas que aprofundam desigualdades e aumentam a concentração da riqueza. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual quadro global, colocando na primeira linha a centralidade do Trabalho e o combate à emergência climática. A social-democracia é passado, vivemos sob a hegemonia do neoliberalismo e uma qualquer forma de keynesianismo não é alternativa – olhamos para o ecossocialismo como horizonte de sociedade. O Bloco tem a obrigação de fazer um balanço profundo dos últimos anos, tirar lições das derrotas, redefinir a orientação política com autonomia tática e estratégica, ser capaz de juntar amplos setores da sociedade e apontar para a mudança social. Antecipamos o futuro nas lutas quotidianas, nos movimentos e no modo como nos relacionamos internamente.

Queremos democracia radical, participação e pluralismo onde não há lugar a “ervas daninhas”. Todas fazem falta à esquerda na luta pela maioria social. Queremos uma esquerda na luta por um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e novas gerações.

O BLOCO SURGE PARA AFIRMAR UM PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

1. O Bloco atingiu um importante patamar de influência política, social e eleitoral ao longo destes últimos pouco mais de 20 anos, em plena época do neoliberalismo e da globalização capitalista avassaladora, nas mais complexas condições e contextos políticos. Em períodos de enorme bipolarização, o Bloco resistiu e cresceu. **A recente diminuição dessa influência prender-se-á com dificuldades do quadro sociopolítico. Mas tem de se considerar que a orientação seguida, à margem de uma aprofundada auscultação da base, não foi adequada nem competente para enfrentar esse quadro.**

2. A génese do Bloco foi marcada pelas mobilizações sociais em torno da despenalização do aborto, da autodeterminação de Timor, da luta contra a guerra do Iraque e pela exigência da mais ampla democracia e pluralidade, em oposição ao austeritarismo neoliberal e a modelos de partidos que caíram com o Muro de Berlim. Desafiou o status quo dos partidos tradicionais e ficou indissociavelmente ligada aos movimentos progressistas e a mobilizações no espaço público. **É nesse campo que o Bloco tem de estar, de forma autónoma e diferenciada, sem hesitações sobre o papel do PS no acolhimento das políticas neoliberais da UE e do alinhamento com os interesses hegemónicos dos EUA e belicistas da NATO.**

3. O Bloco quis reconstruir o projeto de transformação da sociedade. Soube juntar forças, avançar com uma agenda política que contrariou rotinas, convocou os debates tabu, de modo a mobilizar a opinião pública e enfrentar as classes dominantes e o poder elitista quer do PSD/CDS quer do PS. Foi necessário “correr por fora” e “correr por dentro” das instituições e o Bloco soube fazê-lo. **A institucionalização de uma força com estas características e objetivos, com a ênfase parlamentar quase exclusiva como centro da iniciativa política, a secundarização das lutas populares e até o afastamento de combates laborais sujeitos a forte ataque do governo, retirou coerência e diluiu o projeto político.**

4. Sempre que foi capaz de fazer balanço (auto)crítico dos insucessos e a correção dos erros, o Bloco reergueu-se e recuperou. **É este o desafio que temos pela frente.** O fechamento e a autossuficiência perante as dificuldades não alteram o rumo. O ciclo de perdas eleitorais e de diminuição de influência social tem de ser avaliado a partir das situações concretas recentes e da linha política que provou ser incapaz de

mobilizar setores sociais que haviam confiado no Bloco. **Este balanço está por fazer**, exigindo que sejam convocados o período do acordo parlamentar de maioria PS, BE e PCP, o acordo autárquico PS e BE em Lisboa, as posições face às lutas laborais e os resultados eleitorais do período que terminou com a derrota nas Legislativas 2022.

5. Nas Legislativas de 2019, o Bloco falhou o objetivo traçado na XI Convenção Nacional de “ser força de governo, com uma nova relação de forças”. Afirmou-se, então, “Estamos prontos!” O objetivo de participar no governo tornou-se evidente. Com previsibilidade, o PS dispensou acordos à esquerda e o Parlamento deslocou-se à direita. **Após a XII CONVENÇÃO, nas Legislativas antecipadas de 2022, a campanha centrada no objetivo da repetição de um acordo com o PS foi um dos fatores de derrota.** Foi criada a percepção de que o projeto do Bloco estaria nisso concentrado e limitado. O Secretariado Nacional recusou fazer balanço e corrigir a linha política, pelo que se impunha um debate coletivo, a realização de uma Convenção e a assunção de responsabilidades. **Há que reconhecer o erro da orientação insistentemente prosseguida desde meados da legislatura 2015-2019. Caso contrário, o atual discurso contra a maioria absoluta PS torna-se incoerente, oco e retira confiança aos/às militantes e a muitos setores que apoiaram o Bloco. Neste contexto, enfáticos apelos à luta afiguram-se perante largas camadas da opinião pública como oportunistas.**

6. Perduram os fatores estruturais que levaram ao surgimento do Bloco: a globalização neoliberal, a guerra, a exploração, as desigualdades sociais e os conservadorismos, ao invés da justiça social, da paz e da solidariedade prometidas pela elite financeira europeia na construção da CEE/UE. Fenómenos agravados pela ascensão de uma agressiva extrema-direita e por crises sistémicas como as económicas, as alterações climáticas e a pandemia. **É preciso resgatar a ideia génese do Bloco. O risco de o campo popular e a esquerda perderem influência política e social é evidente e tem de ser enfrentado. Não o reconhecer e nada fazer para mudar esse rumo seria uma irresponsabilidade.**

ACABARAM OS TEMPOS DO “CONTRATO SOCIAL” - ESTÁ EM CURSO A GUERRA SOCIAL CONTRA OS 99%

7. Enfrentamos o desafio da recomposição política, social e cultural do campo das forças que se opõem à globalização, que rejeitam o caminho do empobrecimento de trabalhadores/as, que querem enfrentar a crise climática e defendem a paz contra o carro da guerra imperialista. **Apontamos a uma nova sociedade assente no Ecosocialismo, horizonte mobilizador capaz de alavancar ações coletivas por parte de novos e mais antigos movimentos sociais.**

8. Um mundo sem exploração da humanidade, dos/as trabalhadores/as e dos sistemas ecológicos, tem de ser ganho nos combates que mudam as políticas determinadas pelo capital, pelo modelo produtivista e extrativista, causadoras da enorme instabilidade internacional. Os EUA são o maior fator dessa instabilidade, com frequente recurso à agressão, como no Iraque, à chantagem belicista e ao conflito comercial, evidente no enfrentamento com uma China também em busca de afirmação como potência global. **Rejeitamos o alinhamento com uma das partes. O nosso combate é anti hegemónico e ecosocialista.**

9. Os Estados europeus em geral não exercem um papel autónomo nas relações internacionais, submetidos à NATO e às imposições dos EUA. Não definem uma política própria de comércio internacional mais justa, de solidariedade com o Sul Global, com os povos que migram para fugir à fome e à morte, de apoio aos povos palestino, curdo e sahari, de vanguarda na luta pela paz e no combate às alterações climáticas. **Em vez de escolherem a via negocial para a resolução dos conflitos, optam pela militarização e corrida armamentista, com um dramático cortejo de mortes e destruição nos campos de batalha.**

10. O Bloco posiciona-se contra a guerra, produto da crise do próprio capitalismo global, em que os povos perdem sempre. **Rejeitamos com veemência a agressão da Rússia contra a Ucrânia e exigimos a todas as potências envolvidas que, em vez de alimentarem a guerra, cessem imediatamente os combates**

e avancem para negociações de paz. Condenamos e sabemos da responsabilidade direta da Federação Russa na invasão da Ucrânia. Não temos qualquer dúvida sobre o papel agressivo dos EUA e da NATO e a submissão da generalidade dos governos europeus aos seus desígnios expansionistas para o domínio global na disputa com potências emergentes. **Queremos Putin fora da Ucrânia e a NATO fora da Europa.** O Bloco não pode ficar ligado a qualquer decisão que branqueie essa submissão (caso da votação de resoluções no Parlamento Europeu). Referências genéricas aos “imperialismos” obliteram o papel hegemónico dos EUA e da NATO.

11. Acabou o tempo do impropriamente chamado “contrato social” promovido pela social-democracia, sob grande pressão do movimento dos trabalhadores. Para além da sobreexploração dos povos do chamado Terceiro Mundo, o Estado-social foi suportado em três décadas de crescimento económico. **Esse “contrato” foi rasgado e o que atualmente determina a elite europeia é a visão neoliberal. A coberto da guerra na Ucrânia, está em marcha na UE a guerra social, uma ofensiva de destruição de direitos e redução de salários, de precarização e uberização do trabalho, de degradação de serviços públicos, de recuo em relação às metas climáticas e da produção de energia a partir de fontes fósseis.**

12. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), surgido na sequência do Tratado de Maastricht, tem sido o instrumento para impor restrições orçamentais, diminuir o Estado-social, acelerar a abertura dos serviços públicos e da segurança social aos privados. Suspenso durante a crise pandémica, a Comissão Europeia prepara-se para o fazer ressurgir ainda com mais limitações às soberanias e aos direitos dos trabalhadores e dos povos. O Banco Central Europeu está a criar um mecanismo (“antifragmentação”) para se apoderar diretamente da política económica, orçamental e social dos países que não cumpram os critérios impostos. **Os governos dos países da UE abdicam de uma política alternativa e soberana. O combate a esta posição é fundamental. A desobediência à UE é um elemento político soberano essencial de resistência.**

13. A UE e o Euro estão cada vez mais longe de constituírem uma solução. A integração da União e a Moeda Única têm agravado as crises e aprofundado as desigualdades sociais, em particular nas economias (semi) periféricas e mais débeis, com serviços da dívida que esgotam recursos em favor do sistema financeiro. **A renegociação da dívida – injusta e impagável – deve ser colocada em cima da mesa na UE e na agenda política nacional e internacional.**

A MAIORIA ABSOLUTA COMBATE-SE COM AS LUTAS SOCIAIS

14. O “estado de graça” da maioria absoluta do PS foi curto. A crise provocada pela escalada inflacionista voltou a evidenciar de que lado se coloca o PS. A indignação e a revolta de vastos setores sociais – dos laborais aos ambientalistas – com a política governamental são evidentes. As lutas dos professores, técnicos e operacionais da escola pública alcançaram mobilizações históricas, mas também outros sectores e empresas, no público e no privado, têm convocado greves e manifestações pelas suas reivindicações. Movimentos como o “Solidários”, “É hora de agir!” e o “Vida Justa” manifestam-se na rua. **A perda de poder de compra de trabalhadores e pensionistas é um facto dramático. O combate pela erradicação da pobreza e contra o empobrecimento são centrais na nossa intervenção política.**

15. No Parlamento, a maioria absoluta do PS prefere a disputa e polarização com populistas e liberais, ao confronto com qualquer força capaz de disputar o seu espaço político concentrada na mobilização social. Esse é o papel do Bloco. **A construção de uma alternativa de esquerda para o país impõe o combate à maioria absoluta do PS, apoiada num novo projeto de sociedade, numa linha política autónoma, num sistema de alianças e na mobilização social para múltiplas lutas no espaço público.**

16. Sobre o projeto de sociedade, reafirmamos o **ecossocialismo**, colocando na primeira linha o respeito por quem trabalha ou trabalhou, a democracia participativa, o planeamento descentralizado e a partir da base, a propriedade coletiva dos principais meios de produção, o controlo público dos setores estratégicos da economia, uma economia descarbonizada que tenha em conta os avanços tecnológicos, nomeadamente na

digitalização, de superação do modelo produtivista e extrativista, o restabelecimento da relação metabólica entre humanidade e natureza. O ecossocialismo é um projeto que aprendeu com os erros do passado, para ganhar o futuro.

17. A “excessiva proximidade ao PS” que determinou campanhas eleitorais do Bloco sem coerência nem autonomia, com expectativas e objetivos dependentes de novos acordos com o Governo, resultou num ciclo de perdas eleitorais e de estreitamento da influência política. **Há que reafirmar uma linha autónoma que reponha a radicalidade no discurso, nas propostas e na intervenção social, a ação na defesa dos trabalhadores e nas respostas à emergência climática, em vez do eleitoralismo marcado pela superficialidade, gerido em função da possibilidade de entendimentos parlamentares com incidências governativas. Esta mudança é absolutamente necessária para a recuperação da confiança no Bloco.**

18. É essencial, e existe espaço, para uma alternativa de esquerda credível e transformadora, que não se resume ao Bloco que deve assumir um papel catalisador. Uma ampla resposta popular exige diálogo e iniciativa comum com todas as forças – partidárias, sociais e do conhecimento, capazes de se posicionarem à esquerda do Governo, nas suas propostas aos problemas sociais criados pelas crises e pela ofensiva neoliberal. O Bloco deve agir em coerência com este desafio, sem sectarismo nem autossuficiência. **A construção de uma alternativa política capaz de influenciar uma ampla maioria da sociedade, é um processo social e político de fôlego e com horizonte que não se resume a duvidosos acordos circunstanciais.**

UM PROGRAMA COM COMPROMISSOS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

19. Um programa para uma alternativa tem de garantir que cesse a transferência de rendimentos do trabalho para o capital, desde logo impedindo a perda nos salários, pensões, apoios sociais e sistema de direitos. Tem de ser intransigente na defesa das condições para a contratação coletiva, no combate à precarização das relações laborais e à *uberização*. **Tem de assegurar robustos serviços públicos que garantam os direitos constitucionais à saúde, à educação, a reformas dignas e ao acesso universal à habitação, com a criação de um Serviço Nacional de Habitação que promova a oferta pública e cooperativa, combata a mercantilização deste direito e a especulação imobiliária.**

20. Um programa de alternativa tem de responder às urgências ambiental e ecológica, com capacidade de interligar trabalho e ambiente, em confronto com um sistema baseado na obtenção do lucro imediato. Um programa assente na descarbonização da economia pela diminuição das emissões de GEE, na criação de emprego com direitos, na ampliação do transporte público coletivo sem emissão de CO₂, em particular da ferrovia, na proibição de voos comerciais de curta distância.

21. São necessárias medidas urgentes de proteção das populações mais vulneráveis a fenómenos extremos, decorrentes da mudança climática, de combate à pressão sobre a orla costeira e à desertificação. **A água de qualidade não pode ser uma mercadoria, mas um bem público com garantia de acesso a consumos básicos.** Impõe-se a defesa da biodiversidade e das áreas protegidas, contra a sua cogestão pelas autarquias que as tornam presa fácil dos interesses imobiliários; pela eficaz proteção dos *habitats* de interesse conservacionista e de requalificação de áreas degradadas.

22. Nos sistemas agroflorestais, torna-se estratégico avançar para a transição agroecológica, com adaptação da produção de alimentos às condições edafoclimáticas, contra os lobbies do agronegócio, dos grandes agrários e industriais da celulose, com incentivo à agricultura familiar e à criação de circuitos curtos de produção e comercialização, contra a expansão do regadio e de extensas áreas de monoculturas. **O objetivo central da PAC é garantir os lucros do agronegócio europeu ao invés de apoiar os pequenos agricultores e o seu associativismo, promover a soberania alimentar, defender uma floresta multifuncional e biodiversa, com remuneração dos pequenos produtores que assegurem serviços ambientais e ecológicos. Só travando as monoculturas extensivas de eucalipto e pinheiro-bravo se defende o espaço rural e se previnem os incêndios devastadores.**

23. Um programa para a alternativa assume o compromisso de levar a cabo a regionalização, como processo de descentralização e democratização do Estado associado à participação popular na definição das políticas públicas e da governação ao nível subnacional. Torna-se essencial superar iniquidades territoriais e aprofundar a democracia local. Nas autarquias, o presidencialismo, em geral autocrático, deve ter como alternativa o reforço da centralidade e dos poderes das Assembleias, conferindo-lhes capacidade de determinar a composição dos executivos, de os fiscalizar efetivamente e de decidir sobre a continuidade, através do mecanismo da moção de censura. A via do Governo para a “descentralização” aumenta a concentração de poderes no presidencialismo autárquico, promove o clientelismo e descarta responsabilidades em áreas cruciais, como Educação e Saúde. Não é regionalização.

24. O país tem de evoluir para a produção descentralizada de energia a partir de fontes limpas, com a formação de comunidades locais de produção, distribuição e consumo, sem prejuízo do aumento da eficiência energética. Há que adotar um novo paradigma energético que rejeita o produtivismo, assim como o “capitalismo verde”, em que descarbonizar é entendido como uma mera oportunidade para novos negócios. É o caso da “Taxonomia Verde da UE” que considera o gás e o nuclear energias limpas. Repudiamos o nuclear e exigimos o desmantelamento da central de Almaraz. O interior do país não pode transformar-se num manancial para as indústrias extrativas (lítio e metais raros) com o incremento da poluição dos solos e da água, da desertificação, e do consequente despovoamento. **A esquerda decidida a um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e as novas gerações, coloca o ambiente e a defesa dos sistemas ecológicos no centro das suas exigências.**

APOIAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFENDER A SUA AUTONOMIA

25. Os movimentos sociais desempenham um papel essencial e estratégico nas mudanças necessárias na sociedade, na economia, no ambiente, no combate aos conservadorismos, à fascização, à extrema-direita, na luta pelos direitos de género, LGBTIQ+, antirracista e antineocoloniais. Defendemos a autonomia dos movimentos e rejeitamos qualquer atitude tutelar ou instrumental que tenda a sufocá-los. Saúda-se o surgimento de novas dinâmicas sociais, com formação de coletivos, movimentos e sindicatos que intervêm nas lutas pela habitação, pelos salários, contra o aumento do custo de vida, pelos direitos laborais, por cidades inclusivas e promovem a propriedade coletiva e os comuns. O horizonte ecossocialista começa a desenhar-se nas lutas quotidianas e no modo como se estabelece a relação com os movimentos, antecipando o futuro.

26. A crise social, económica e ecológica atinge de forma particular os idosos, as crianças e as mulheres, em especial as que nada têm para além da sua força de trabalho. Continua a ser sobre as mulheres que recaem as consequências da violência machista, das desigualdades económicas e sociais, dos assédios, dos preconceitos sexistas, racistas e neocoloniais. As precariedades absorvem as suas vidas desde as que, de madrugada, saem de casa para trabalhar, até às que, sendo migrantes e não só, trabalham sem quaisquer direitos. As violências contra as mulheres perpetuam -se e os números dos femicídios não descem. As raízes patriarcais desta sociedade consolidam a opressão e a dupla exploração das mulheres trabalhadoras, com particular gravidade das mais precarizadas e discriminadas como as migrantes, as lésbicas, bissexuais e trans. A fome tem rosto de mulher, criança e pessoa idosa. A intervenção ecofeminista, a luta pela igualdade e pela emancipação plena das mulheres impõe-se de forma interseccional.

27. Recomeçar de Novo implica uma firme defesa da democracia, na prática e no terreno das ideias; uma democratização do conhecimento, da cultura e de respeito pelos seus agentes, profissionais ou não. Exige um intransigente combate à corrupção, à ascensão das forças de extrema-direita, populistas, xenófobas, racistas e machistas.

28. A alavanca essencial para a mudança política são as lutas laborais, sociais e ambientais, em articulação com os vários movimentos, sem menosprezo pela luta no seio das instituições e da democracia representativa. O Bloco assume a análise baseada na luta de classes e não se sobrepõe às prioridades geradas pelas contradições sociais e culturais. A obrigação é agir sobre elas, nos contextos políticos

que criam. **A prioridade é favorecer a multiplicação das redes de ativismo e do sindicalismo à escala nacional, regional e, com enorme importância, a nível local e de locais de trabalho. Disso depende o avanço das lutas, o enraizamento e ampliação do apoio popular à política alternativa de esquerda.**

29. Há lutas que marcam o momento. **Nas condições laborais**, assume prioridade a luta contra a precariedade e a *uberização*, por salários e reformas justas, pela redução do horário de trabalho para as 35 horas sem perdas salariais, pela defesa dos direitos dos imigrantes e da negociação e contratação coletiva que afaste a sua caducidade. **No direito à Habitação**, exige-se uma política pública que não esteja dependente do mercado; tetos nas rendas, fim dos despejos sem alternativa e garantia de que os milhares de fogos devolutos detidos pelos fundos de investimento imobiliário serão mobilizados pelo Estado, a curto prazo, para serem disponibilizados com rendas acessíveis. **Na Educação**, aumento do investimento público, com redução do número de estudantes por turma, criação de instrumentos para a qualificação e dignificação do corpo docente e uma avaliação justa de desempenho. **Na Saúde**, garantir um SNS forte, com médicos de família para todas as pessoas, carreiras profissionais dignas e fim da promiscuidade com o privado. Reconhecimento dos cuidadores informais. **Na Justiça**, igualdade no acesso aos tribunais, em especial pelos mais necessitados, redução das taxas de justiça, tornar célere e menos classista o regime da proteção jurídica e dotação de meios adequados. **No Ambiente**, combate aos interesses mercantis dos *lobbies*, com a criação de uma agência pública para a transição energética que apresse a política de carbono zero, promova a investigação nas alternativas limpas e garanta o não adiamento da redução na utilização de combustíveis fósseis, a coberto da guerra na Ucrânia.

30. O Bloco deve investir na aproximação, formação e organização de quantos/as queiram sindicatos com democracia e de combate. A relação bloquista com o movimento laboral, o movimento de massas mais forte organizado em Portugal, deve ser solidária e esclarecida. O problema central não é o da partidarização, como alguns defendem para desmotivar ou diminuir a importância da participação. Há é que enfrentar o atraso relativamente às novas realidades, em especial a precariedade, a imigração, as novas formas de trabalho, a digitalização, a alternativa ao modelo produtivista e as novas complexidades impostas pela escala global do capital. É essencial contribuir para a intervenção e renovação de quadros sindicais e enfrentar o ataque neoliberal contra os trabalhadores, a coberto de uma suposta "concertação social".

31. Cabe à esquerda que não desistiu unir-se e participar nos movimentos sociais, nos combates antineoliberais e anticapitalistas. As derrotas de Trump e Bolsonaro mobilizaram milhões, a revolta antirracista nos EUA e as iniciativas Me Too desencadearam uma forte mobilização popular com grande repercussão internacional. Pulsa nos movimentos a exigência de justiça, democracia, direitos laborais, LGBTIQ+, feministas, étnicos, decoloniais, e de mudanças revolucionárias, de socialismo.

UM BLOCO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

32. O próximo ciclo eleitoral começa em setembro/outubro de 2023, com as eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. Previsivelmente, prosseguirá com as Europeias em maio/junho 2024, depois para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em outubro 2024, Autárquicas em setembro/outubro 2025, Presidência da República, logo no início de 2026 e as Legislativas em setembro/outubro. Estes processos eleitorais precisam de preparação específica, mas **todos exigem autonomia política, formas de cooperação interna, sem exclusões, e, na base, muito mais participação na definição e iniciativa política.**

33. As eleições na Madeira irão ter a importância específica da procura do restabelecimento da representação parlamentar bloquista, perdida em 2019, e por poderem marcar o ciclo, nomeadamente no combate à extrema-direita. As autonomias, tanto da Madeira como dos Açores, serão determinantes na definição da orientação política do Bloco e devem contar com o forte empenho do todo bloquista.

34. Às organizações locais do Bloco deve ser conferida capacidade para avançar com candidaturas autárquicas, candidatas/os e programas eleitorais locais. Todo o empenho deve ser conduzido para

a promoção de candidaturas próprias, podendo assumir, em situações excepcionais, o eventual apoio a alianças populares à esquerda, na forma de coligações pré-eleitorais ou candidaturas independentes e cidadãos. A preparação das Autárquicas 2025 deve começar desde já, com valorização prioritária do trabalho local, apoio à formação e intervenção dos núcleos locais.

35. Defendemos o pleno funcionamento no Bloco, segundo as regras estatutárias, dos vários órgãos eleitos democraticamente. Recusamos a excessiva centralização pelo Secretariado Nacional (que não é considerado pelos Estatutos um órgão) da iniciativa política e das fronteiras dos debates internos, com aberta desvalorização da Comissão Política, da Mesa Nacional e dos órgãos intermédios e de base. No Bloco, o pluralismo é **uma riqueza que não deve ficar fechada e limitada às tendências. A valorização dos contributos das múltiplas experiências e saberes, com rejeição absoluta das perseguições internas por delito de opinião, é uma preciosa marca original do partido de que não podemos abdicar. Rejeitamos o crescente “centralismo burocrático” disfarçado de democrático.**

36. O Bloco deve passar a estimular a descentralização e multiplicação de polos de iniciativa, ação e reflexão. Deve ganhar a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados pelos/as aderentes e nas diversas escalas de intervenção (local, regional e nacional), que assumam responsabilidades temáticas para o exterior e para o desenvolvimento desses debates no nosso seio. **Só com responsabilização se formam quadros, rostos e equipas para as lutas sociais e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.**

37. Para reconstruir um Bloco forte, vamos dar atenção prioritária à atividade de base, combatendo o fechamento e a autossuficiência centralista. Há que revalorizar a iniciativa e a decisão participadas, combatendo o centralismo; promover o debate livre em vez de uma estereotipada transmissão de propaganda formatada e de “cima para baixo”; ao invés da conceção de que o “partido se reforça depurando-se”, que impõe um crescente monolitismo castrador e reacionário, queremos revalorizar a pluralidade, marca genética do Bloco esmagada por práticas de sectarismo e velhas lógicas de exclusão e de asfixia da democracia interna.

QUE PARTIDO QUEREMOS? UM BLOCO POPULAR E DE AÇÃO, PLURAL E CAPAZ DE JUNTAR FORÇAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

38. Queremos um Bloco de ação e de massas, com a identidade que a luta pelo socialismo nos nossos tempos lhe confere, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, com forte enraizamento na ação local, assente em assembleias de debate e núcleos de ativismo. **Com uma prática interna de democracia radical, de valorização dos múltiplos contributos de todas/os sem exclusões, pois todas/os que militam nesta esquerda fazem falta.**

39. A eleição democrática de dirigentes por método proporcional é um traço que importa valorizar. **Tal significa a rejeição da aclamação antecipada de líderes, as “sucessões” pré-anunciadas ou a recorrente chantagem antidemocrática sobre “cortes de cabeças”, impossíveis à face dos Estatutos. Privilegiamos a definição coletiva de critérios, a eleição de equipas e a limitação temporal dos mandatos.**

40. O Bloco não pode ficar reduzido ao tradicional “partido de eleitores”, porque tenderia para o eleitoralismo e a institucionalização. O seu horizonte passaria a ser apenas o das próximas eleições, o que não constrói movimento, dispensa as bases e é centralista. Também não quer ser um “partido de propaganda”, assente em declarações que iludiem a falta real de implantação como a de ser o 3ª partido; ou a da retórica de que não tem vocação local e autárquica, mas alega ter implantação social; ou que não se liga aos movimentos com a narrativa de não os instrumentalizar. **Um partido “de eleitores”, “de propaganda”, ou uma amálgama de ambos, perde o contacto com realidade, afunda-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos, como sabemos, aliena a democracia e a participação, subalterniza as lutas sociais. Continuar por esse caminho é prosseguir o caminho das derrotas.**

Há que mudar, os/as trabalhadores/as e o povo precisam de um Bloco para a ação, popular, plural e capaz de juntar forças. É este o partido que queremos.



Mandatário/a da Moção E: Mário Tomé – militar de Abril e membro da Comissão Política do BE; Bruna Paulo – estudante, militante de base do BE e ativista dos movimentos LGBTQIA+, feminista, juventude, antirracista e emergência climática.

Contacto com a Moção E: mocaoplatформаunitaria@gmail.com

SUBSCRITORES

Acácio Fernando Fortunas da Silva Pinheiro	Lisboa	11647
Adelino António Moreira Granja	Leiria	4507
Adriano Manuel Teiga Zilhão	Lisboa	15138
Alberto de Sousa e Silva	Porto	197
Alexandre Miguel Rodrigues Ferreira da Silva Carneiro	Braga	8548
Alexandrina Maria Nunes Dos Santos	Santarém	5936
Alfredo José Gonçalves Vasco	Santarém	14448
Álvaro Miguel Góis dos Santos	Santarém	16416
Alzira Maria Ferreira Direitinho	Aveiro	4824
Américo José Martins Resende	Aveiro	13252
Ana Carreira D'Espiney	Lisboa	15161
Ana Filipa Silva Ferreira Costa	Braga	13827
Ana Isabel Monteiro Vieira de Castro	Lisboa	9480
Ana Margarida Tomás Coutinho Ramalho	Santarém	13963
Ana Maria de Oliveira Vinagre	Portalegre	9662
Ana Maria Soares Lourenço	Lisboa	12525
Ana Rosa Oliveira Mourata Pendilhas	Portalegre	15431
Ana Rute Domingues Araújo	Porto	11619
Ana Sofia Cotrim Lopes Mourão	Santarém	11132
Ana Sofia Mealha Afonso Cortes	Lisboa	9397
Anabela Lourenço Baptista Calado	Portalegre	10029
Andreia Sofia da Silva Martins	Santarém	13880
Ângelo Salvador Marques da Silva	Santarém	13313
Aniceto Correia	Setúbal	968
António Augusto Diniz Veloso	Lisboa	7458
António Caldeira Velez dos Reis	Santarém	14451
Antonio Carlos da Silva	Coimbra	16526
António Carlos Martins Godinho	Santarém	1323
António Correia da Costa Ferreira	Santarém	14852
António de Jesus Mota Abreu	Leiria	3503
António João Aires Rato	Portalegre	12174
António Joaquim Fernandes Gonçalves	Porto	192
António José da Ascensão Esquetim	Portalegre	5093
António José Guimarães Castela Fernandes	Lisboa	14823
António Luís Andrade Silva	Lisboa	3905
António Manuel Bidarra Fernandes	Lisboa	8032
António Manuel Brito Sequeira Mendes	Leiria	279
António Manuel Carlos Pereira	Portalegre	1959
António Manuel Louro Miguel	Porto	3614
António Manuel Pires Duarte	Santarém	14502
António Manuel Ribeiro Ferreira	Braga	5006
António Maria Pinheiro Almeida	Portalegre	10194
António Maria Ramos Ricardo	Portalegre	209
António Pereira Miguel	Lisboa	10714

António Ramoa Lima	Braga	12120
Arlene Maria Castanhas Quintans	Santarém	13888
Armandina Rosa Timóteo Alexandre Fernandes	Lisboa	2970
Armando Luís Teixeira da Rocha	Lisboa	14192
Artur António Guerreiro Sanina	Faro	10653
Benjamin Carrilho Gomes	Portalegre	10467
Bento da Conceição Correia	Lisboa	1099
Bruna Alexandra Moreira Paulo	Santarém	16882
Bruno Miguel Parada Gonçalves	Porto	14463
Carla Maria Pires Rodrigues	Santarém	9737
Carlos Aboim de Brito	Faro	1564
Carlos Alberto Carraça Madruga	Lisboa	300
Carlos Alexandre Rodrigues Gomes	Portalegre	14499
Carlos Alfredo Mulano Ginga	Portalegre	10197
Carlos António Laureano Galão	Portalegre	10444
Carlos Lourenço de Jesus Neves	Setúbal	5200
Carlos Manuel Godinho Matias	Santarém	1355
Carlos Manuel Marques da Silva	Lisboa	1095
Carlos Manuel Tavares dos Santos	Portalegre	11218
Carlos Manuel Tomás de Jesus	Leiria	10862
Carlos Manuel Vicente Marecos	Santarém	5017
Carlos Miguel Vilar Patrão	Lisboa	1052
Catarina Alexandra Monteiro da Silva Fonseca	Santarém	13869
Cátia Alexandra Paixão Rato	Portalegre	12172
Cátia Sofia Cunha dos Santos Travessa	Santarém	13124
Célia Maria Martins da Silva	Santarém	13884
Cristina Maria de Oliveira Monteiro	Portalegre	12441
Custódio Alexandre Rodrigues	Lisboa	12589
Dália Maria Felício Seixas Rainho	Santarém	1346
Daniela Freitas dos Santos Louro	Lisboa	3144
Daniela Sande Lopes	Portalegre	15009
David Carrilho Meira	Portalegre	10198
David Eduardo Vicente Roque	Faro	8209
David Gonçalves Caldeira	Portalegre	11203
Davide José Ramos Silva	Santarém	11408
Diogo Miguel Cunha Santos	Santarém	13123
Domicília Maria Correia da Costa	Porto	15005
Domingas Patrícia Santinha Portela Jesus	Portalegre	10249
Domingos Mata Neves	Portalegre	11217
Edgar Alves Bernardo Antunes	Santarém	4979
Edgar Filipe Garcias Anjos	Portalegre	15063
Edgar José Santinha Rosa	Portalegre	11981
Emidio Manuel Monteiro	Santarém	13951
Emiliano Joaquim Arguelles Velez	Portalegre	11205
Enara Teixeira	Vila Real	15941
Eva Luísa da Rocha Coelho	Porto	10108
Feliciano João Rodrigues dos Santos	Santarém	16571
Fernando Bessa Ribeiro	Braga	14319
Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso	Aveiro	102
Fernando Jorge Vitorino de Sousa	Santarém	14452
Fernando Manuel Favita Pereira	Portalegre	13269
Fernando Manuel Ribeiro de Castro	Porto	14564
Fernando Napoleão Sousa Campos Oliveira	Aveiro	696
Filipe Carlos Silva Vintém	Santarém	8495



Florbela Orlanda Galvão Garcia Anjos	Portalegre	14498
Francisco Amorim Santos Baptista	Porto	1235
Francisco Daniel de Oliveira Pascoal	Santarém	12538
Francisco Filipe Barata Sousa Filipe	Portalegre	10494
Francisco José Basílio Costa	Porto	9677
Francisco José Claudino Galego	Portalegre	15166
Francisco José Morgado Fernandes	Santarém	16986
Francisco Manuel Morgado Gargate da Silva	Portalegre	10420
Francisco Manuel Silva Tomás	Setúbal	755
Francisco Realinho Meira	Portalegre	11206
Frederico Figueiredo Ferreira Carvalho	Santarém	13870
Gabriela Clara Quental Mota Vieira	Açores	3844
Gonçalo Filipe Nunes Rafael	Santarém	4977
Gonçalo Palma Ferreira Mota	Portalegre	10982
Guiomar Maria Monteiro	Santarém	13938
Helena Rita M. P. O. Neves	Santarém	13902
Hélio Manuel Marques Gouveia	Santarém	1356
Henrique dos Reis Leal	Santarém	1350
Higino Manuel Gaocho Maroto	Portalegre	14695
Horácio Martingil Batista	Santarém	14472
Hugo Freire dos Reis Ferreira	Portalegre	10534
Hugo Miguel Pereira Alcobia Arsénio Xavier	Setúbal	12727
Humberto José Monteiro Sereno	Setúbal	546
Inês Isabel Venda Verde Nobre Ferreira	Santarém	16311
Inês Maria Mendes Viegas Hipólito	Santarém	5485
Isabel Alexandra Monteiro da Silva	Santarém	13879
Isidora Mariana Diaz Vinagre	Portalegre	10358
Ivo Emanuel Moreira Barros	Porto	9043
Jaime Pires Lopes d'Abreu	Portalegre	10425
Joana Rita Graça Godinho	Santarém	5577
João Álvaro Bau	Lisboa	4658
João Álvaro Seabra Mota	Lisboa	15430
João António Tavares Romão	Portalegre	11982
João António Viegas Hipólito	Santarém	6347
João Batista Pereira Paixão	Portalegre	12942
João Carlos Arraiano Canudo	Portalegre	9696
João Carlos Nunes da Conceição	Setúbal	1186
João Chalas Carvão	Setúbal	1385
João Ferreira da Costa	Santarém	13341
João Francisco Reguina Faria Simões	Portalegre	7704
João José Mafra Gil	Portalegre	10455
João José Nunes Ramos	Santarém	2354
João Luís Mourato Varela	Portalegre	11072
João Luís Vilela Alves	Santarém	16055
João Manuel da Costa Vaz	Lisboa	2743
João Manuel Machado Oliveira	Braga	917
João Manuel Ribeiro	Braga	2935
João Maria Passadinhas Pires	Portalegre	9789
João Paulo Coelho Ricardo	Porto	14021
João Paulo dos Santos Marques	Lisboa	6763
João Paulo Fonseca da Encarnação	Lisboa	8702
João Paulo Freitas Barros Luís	Lisboa	10226
João Paulo Pinto Carvalho	Porto	10875
João Pedro Fonseca Monteiro	Santarém	15776
Joaquim Elias Neto Carapeta	Portalegre	14591
Joaquim Fernando Nunes Martins	Portalegre	12744

Joaquim Fernando Pereira Araújo	Porto	10222
Joaquim Luís Santos Lopes Simões	Santarém	14471
Joaquim Manuel Franco Chagas	Lisboa	1450
Joaquim Mendes Teixeira	Braga	4252
Joaquim Telmo Lavadinho Rodrigues	Portalegre	10663
Jónatas Pereira	Porto	14855
Jorge Humberto Fouto Mendes	Portalegre	14389
Jorge José Carrajola Ferreira	Portalegre	11216
Jorge Manuel Costa Santos da Silva	Santarém	11173
Jorge Nicolau de Sousa Lourenço	Porto	1240
José Almeida Bastos	Lisboa	5958
José António do Espírito Santo Marin	Lisboa	13466
José António Leitão Quintans	Santarém	13896
José António Moço Simões	Santarém	13883
José Carlos Correia Caetano	Leiria	16838
José Carlos Ferreira da Silva Vieira	Porto	13119
José Carlos Gomes Lopes	Aveiro	697
José Carlos Soares	Portalegre	10357
José Casimiro Leite Garcia	Santarém	13885
José Domingos Chamorrinha Sande	Portalegre	13272
José Fernando Balança Gaspar	Portalegre	13865
José Joaquim Lucrécio Gaspar Grilo	Portalegre	11215
José Júlio Santana Henriques	Lisboa	15045
José Luís da Fonseca Monteiro	Portalegre	12171
José Manuel Baptista do Carmo	Faro	1566
José Manuel Marques Casimiro	Lisboa	660
José Maria Serra	Santarém	11045
José Pedro Cardinha Rainho	Santarém	1345
Júlia Maria Demétrio Ferreira Pereira	Portalegre	13270
Julieta Maria Grilo Frago	Portalegre	15202
Larysa Volodymyrivna Demchenko	Santarém	11043
Laura Coutinho Ramalho	Santarém	13315
Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Porto	15350
Liberato Ribeiro de Almeida	Aveiro	702
Lino de Carvalho Mendes	Braga	13001
Lúcia Vera Marinho Medeiros	Vila Real	13976
Ludgero Eduardo Martins Orelhas	Portalegre	10202
Luís Artur Ribeiro Gomes	Santarém	1501
Luís Carlos Marques da Silva	Santarém	11126
Luís Carlos Mouga Lopes Ferreira	Viseu	3427
Luís Gabriel Rodrigues Pereira	Santarém	15367
Luís Manuel Jesus Ventura Carvalho	Portalegre	11207
Luís Manuel Macarrinhas Anjos	Portalegre	14500
Luís Miguel Palmeiro Rodrigues	Portalegre	10417
Luís Miguel Vale	Porto	3823
Luís Tiago Barroso Pereira Lopes	Vila Real	16001
Lurdes Maria da Silva Gomes	Porto	9844
Luz Celeste Vieira Queirós Santos Baptista	Porto	1246
Magda Sofia Garcia Anjos	Portalegre	15240
Manuel António Azeitão Rebelo	Portalegre	15136
Manuel António Folgado Marques Borrego	Santarém	13708
Manuel Carlos Ferreira Silva	Braga	12121
Manuel Martins Mileu	Portalegre	13674
Manuel Soeiro Alves	Santarém	14455
Marcia Filipa Graça Godinho	Santarém	5576
Márcia Sofia Estalagem Cruz	Portalegre	10204



Margarida Rodrigues Biléu	Portalegre	10535
Maria Alice Marques Cipriano	Santarém	13878
Maria Bento Nunes do Rosário Rafael	Santarém	1344
Maria da Conceição Marques Abreu Dimas	Portalegre	12442
Maria da Conceição Marques dos Anjos	Santarém	8661
Maria da Fonseca	Santarém	13948
Maria da Glória Figueira dos Reis Velez	Santarém	14453
Maria da Luz Alves Lopes	Santarém	11044
Maria do Carmo Rodrigues Pires Silva	Lisboa	6132
Maria do Céu Santos Carvalho	Santarém	13322
Maria do Rosário Simões Marques da Silva	Santarém	13887
Maria Eduarda de Matos Monteiro	Lisboa	1094
Maria Elisa Carvalho Antunes Magalhães	Porto	3812
Maria Esmeralda Correia Mateus	Porto	1252
Maria Fonseca Custódio	Santarém	13867
Maria Irene Barão Gomes Conceição	Setúbal	1187
Maria Isabel da Silva Tavares	Portalegre	14595
Maria João Beleirinho Campos	Portalegre	10416
Maria Joaquina Filipe Marques	Santarém	13940
Maria José Barreto Pinheiro	Portalegre	11560
Maria José Belchior	Portalegre	11208
Maria Justina Figueiredo Ceia	Portalegre	10456
Maria Leonor Esteban Pereira	Faro	12722
Maria Manuela Martins Pereira	Braga	5830
Maria Manuela Mendes Louro	Portalegre	10283
Maria Manuela Monteiro da Silva Fonseca	Santarém	1604
Maria Manuela Paiva Fernandes Tavares	Setúbal	845
Maria Palmira Mendes Rato Hipolito	Santarém	6242
Maria Saudade Cunha	Santarém	13901
Maria Sofia Martins Lopes	Portalegre	16517
Maria Teresa Seixas Valério	Lisboa	10956
Maria Vicência Silva Bolas Sande	Portalegre	13271
Maria Viegas Tavares Freire	Santarém	13314
Mariana de Lurdes Rueguina Faria	Portalegre	14592
Mário António Baptista Tomé	Lisboa	3761
Mário de Matos Rodrigues Leote	Santarém	16118
Mário José da Silva Fonseca	Santarém	725
Marta Isabel Martins Oliveira	Santarém	16883
Miguel Pedro Jacob Pereira Cabral	Lisboa	2247
Nélio Filipe Oliveira Ferreira	Santarém	13949
Nelson Jorge Pereira Moura	Porto	14875
Nohra Lucia Ramos Cobo	Braga	14378
Nuno Casimiro Vaz Silva	Círculo da Europa	10867
Nuno Manuel dos Santos Silva	Porto	14874
Nuno Manuel Pita Meia Onça	Lisboa	10319
Nuno Miguel Ferreira Monteiro	Santarém	11127
Octávio Joaquim Lopes Jorge	Lisboa	7136
Otávio Nunes Ferreira	Santarém	13321
Paula Cristina Inácio Pires Freire	Portalegre	11174
Paulo Alexandre Carrápató Ruivo	Portalegre	10246
Paulo Alexandre Gandum Martins	Portalegre	12173
Paulo Alexandre Martins Mendes	Santarém	8491
Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	Santarém	8173

Paulo Jorge Ribeiro Gomes	Santarém	13873
Paulo Jorge Sousa Gonçalves	Lisboa	8135
Paulo Renato Cardoso Ricardo	Porto	2055
Pedro Daniel Alves Barroso Gramunha Marques	Braga	15541
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares	Lisboa	108
Pedro Queirós Amorim	Porto	1261
Rafael Lopes Camelo	Portalegre	15432
Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado	Santarém	4982
Ricardo André Lima Salabert	Porto	1961
Ricardo Fernando Esperança Dias	Porto	8149
Ricardo Jorge Santos Ginga	Portalegre	10344
Roberto José Pereira Tavares	Lisboa	8289
Rogério Pinto	Leiria	7713
Rosa Manuela Ferreira Barbosa Cerdeira Oliveira	Braga	5791
Rosa Maria Torres Graça Godinho	Santarém	5578
Rui d'Ávila Fontes Alferes Lourido	Lisboa	734
Rui Filipe Garcês Barbosa	Porto	14539
Rui Jorge Dias Figueira de Sousa	Portalegre	13344
Rui Manuel Vitor Cortes	Vila Real	251
Sandra Marina Monteiro da Silva Caçoila	Santarém	5487
Sara de Jesus Barradas Claudino Galego	Portalegre	12557
Sérgio Augusto Ribeiro Filipe	Santarém	11407
Sérgio João Carichas Tomatas	Portalegre	10242
Sílvia Isabel Alves Oliveira	Portalegre	9766
Sofia Isabel Borbinha da Cruz Luna	Évora	6786
Susana Maria da Silva Cordeiro	Portalegre	10195
Tiago Antunes da Silva	Guarda	4173
Tiago Filipe Ribeiro Oliveira	Santarém	13868
Valter Alexandre Balarota Penha	Portalegre	10243
Vanda Cristina Murta Raposo	Portalegre	11209
Vania Filipa Costa Moreira	Santarém	13874
Vera Cristina da Graça Ferreira Machado	Santarém	13956
Vera Maria Alves Pinheiro Timóteo	Lisboa	127
Vergílio do Rosário Rafael	Santarém	1343
Vitália Maria Dias Ribeiro	Setúbal	580
Vitória Maria Narciso Paixão Rato	Portalegre	11799



CONTRIBUTOS DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

TEXTO CONTRIBUTO DA MOÇÃO A

Algumas áreas de política setorial suscitaram debates e decidiram a favor da escrita destas notas. São matérias a que faltam atualizações mais recentes da política do Bloco de Esquerda e de que não se pretende que fiquem por clarificar no processo da XIII Convenção.

INTERVENÇÃO LABORAL

O Bloco não desiste da inscrição de direitos nas matérias centrais da legislação laboral, em que persiste uma desigualdade que se estrutura a partir da própria lei. Na reposição do tratamento mais favorável e no fim da caducidade unilateral das convenções coletivas, na reposição dos 30 dias do valor de indemnização por despedimento e na eliminação da norma amordaçante que impede a contestação do despedimento ilícito apenas por receber a indemnização, na imediata passagem às 35 horas semanais também no privado ou nas regras para limitar e proteger quem trabalha por turnos e em trabalho noturno. O Partido Socialista escolheu erguer um muro a estes avanços fundamentais e, com essa indisponibilidade, romper qualquer entendimento à esquerda e abrir a crise política. A maioria absoluta agrava este bloqueio somando-lhe a política de desvalorização dos salários.

Na recente reforma da legislação laboral, a chamada Agenda do Trabalho Digno, o Governo manteve intactos aqueles elementos centrais de desigualdade. Apesar disso, num processo longo e turbulento, o Bloco foi à disputa e fez bem. Foram conseguidos avanços significativos em matérias importantes, com impacto na relação de forças no terreno laboral e na vida de quem trabalha, avanços que vamos continuar a defender: no direito ao contrato no trabalho em plataformas, na eliminação da regra que permite que os trabalhadores abdicuem dos seus direitos no final dos contratos, no combate ao falso outsourcing ou nas despesas em teletrabalho. O patronato protesta e pretende exercer um poder de veto informal. Essa reação revela o alcance dos avanços e é também a exigência de alinhamento total da maioria absoluta, após o acordo para cortar o valor real dos salários.

A JUSTIÇA CLIMÁTICA REVOLUCIONA O SISTEMA

A proposta de crescimento económico e de produção de riqueza desenvolve-se com base na exploração de corpos, territórios, trabalho e natureza. A resposta ao colapso climático a que o modelo de produção nos trouxe deve, por isso, levar a uma transição no trabalho e na vida. As desigualdades produzidas pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo colonialismo têm como intuito a extração de mais valia da natureza nos recursos, das mulheres na reprodução e nos cuidados, e na violência colonial da exploração de ambos. Não se pode almejar uma transformação social e de sistema sem combates em todas estas dimensões.

As instituições e os Governos a nível mundial, europeu e nacional pretendem responder na mesma lógica: com mais negócio, novos produtos, o mesmo modelo de exploração. Assim o vemos na exploração intensiva na agricultura, da água, do solo, dos trabalhadores, na prospeção mineira, especialmente no lítio, mas também na exploração neocolonial de combustíveis fósseis. Também o vemos a cada ano nas discussões e falhanços nas conferências das partes ou nos mercados de carbono, e em todos os recuos europeus iniciados pela direita e secundados pelos socialistas, a Taxonomia, os mercados de carbono e o mercado de energia são os exemplos primordiais do “business as usual”.

O interesse público e a planificação económica, a participação das populações e a territorialização da produção são essenciais para a justiça climática e para a reversão do caos climático. Por isso, reforçamos: a transformação será ecossocialista, ou não será.

DEFENDER A COESÃO TERRITORIAL

Os territórios do interior do país continua ser relegados para segundo plano, permanecendo o abandono político e a ausência de visão estratégica, herança de sucessivos governos. Pelo contrário, a visão política para estes territórios tem sido a do vale tudo - o extrativismo, a poluição, os serviços públicos esquecidos, a precariedade laboral, a ferrovia e os transportes públicos negligenciados. Um vale tudo que se deve a uma política rentista que continua incapaz de apresentar um projeto de desenvolvimento económico sustentável e que promova a coesão territorial. As desigualdades do país são provocadas por uma economia do privilégio. Reconhecer e construir soluções para estes desequilíbrios é fundamental, não apenas para o interior, para todo o território, para um real combate às alterações climáticas, para uma efetiva transição energética, para um país socialmente resiliente.

REGIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTINENTE

Na campanha eleitoral das Legislativas antecipadas de 22, o PS prometeu um referendo à Regionalização em 2024 para instituição em concreto das Regiões administrativas. Já abandonou a proposta, desculpando-se com a oposição do PSD, e nem sequer obrigando o PSD a rejeitar formalmente a Lei - quadro das Regiões. Sem esta lei, aprovada por 2/3, não é permitido pela Constituição que a Assembleia da República proponha ao Presidente da República convocar o referendo obrigatório para a instituição em concreto das Regiões. Por esta via, também Marcelo Rebelo de Sousa fica desobrigado do processo do referendo que ele próprio criou, no passado, e fez incluir na Constituição como um bloqueio quase intransponível. O Bloco de Esquerda defendeu a extinção do referendo à Regionalização no processo de revisão constitucional em curso. Porém, o PS nem sequer tentou aligeirar o mecanismo referendário, por exemplo não exigindo maioria absoluta dos votantes para ser vinculativo, como proposto pela Presidente da Associação Nacional de Municípios. Seguramente, as nossas candidaturas às autarquias locais vão propor um roteiro para a Regionalização, dando assim voz a todos aqueles que consideram a democracia local incompleta e dependente do centralismo sem a eleição direta de órgãos regionais com competências correspondentes às comunidades que abrangem.

APROFUNDAMENTO DAS AUTONOMIAS REGIONAIS

Ao contrário dos partidos de direita nos Açores e Madeira que cada vez mais reivindicam um estatuto federal para as Regiões atlânticas, o Bloco de Esquerda mantém-se firme na defesa da diretriz constitucional da Autonomia Regional. Quando defendemos a extinção do cargo de Representante da República, o aumento da capacidade legislativa das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, capacidade de co-decisão sobre as águas territoriais adjacentes ou de aplicação de diretivas comunitárias, estamos a aprofundar a Autonomia sem que com isso o parlamento nacional abdique de leis estruturantes para o todo nacional ou abdique da representação eleita de açorianos e madeirenses. As Autonomias, conquista de Abril, provaram ser o instrumento para ultrapassar a situação semicolonial dos arquipélagos. Mas muitas das suas capacidades foram usurpadas pelo caciquismo laranja e rosa ao serviço das elites regionais que fizeram uma concentração de riqueza sem precedentes enquanto permanecem os maiores índices de pobreza nacional em ambas as Regiões. O Bloco de Esquerda advoga políticas de redistribuição a nível regional, de que o Estado não se pode alhear devido aos custos da insularidade e ao princípio da continuidade territorial. O combate ao autoritarismo e à corrupção, por uma alternativa democrática nas Autonomias será o objetivo do Bloco em próximas eleições regionais.

TEXTO CONTRIBUTO DA MOÇÃO E

“UM BLOCO PLURAL PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA - UM DESAFIO QUE PODEMOS VENCER!”

O Mundo do Século XXI traz novas oportunidades proporcionadas pelo progresso técnico e científico, mas a civilização do capitalismo globalizado ataca os Direitos Humanos e degrada equilíbrios ecológicos. Precipita crises consecutivas que aprofundam desigualdades e aumentam a concentração da riqueza. Construir alternativas exige respostas radicalmente intransigentes com o atual quadro global, colocando na primeira linha a centralidade do Trabalho e o combate à emergência climática. Queremos uma esquerda na luta por um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e novas gerações.

QUE PARTIDO QUEREMOS? UM BLOCO POPULAR E DE AÇÃO, PLURAL E CAPAZ DE JUNTAR FORÇAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

Queremos um Bloco de ação e de massas, com a identidade que a luta pelo socialismo nos nossos tempos lhe confere, virado para a construção de soluções unitárias, abrangente e anti sectário, com forte enraizamento na ação local, assente em assembleias de debate e núcleos de ativismo. É preciso (re)Começar de Novo, com **uma prática interna de democracia radical, de valorização dos múltiplos contributos de todas/os sem exclusões, pois todas/os que militam nesta esquerda fazem falta.**

A eleição democrática de dirigentes por método proporcional e a valorização do coletivo são traços de que não queremos abdicar. Tal significa a rejeição da aclamação antecipada de líderes, as “sucessões” pré-anunciadas ou a recorrente chantagem antidemocrática sobre “cortes de cabeça”, impossíveis à face dos Estatutos. **Privilegiamos a definição coletiva de critérios, a eleição de equipas e a limitação temporal dos mandatos.**

Um partido “de eleitores”, “de propaganda” ou a amálgama de ambos, perde o contacto com realidade, afunda-se em manobras táticas que geralmente levam a insucessos, como sabemos, aliena a democracia e a participação, subalterniza as lutas sociais. Continuar por esse caminho é prosseguir o caminho das derrotas. Há que mudar, os/as trabalhadores/as e o povo precisam de um Bloco para a ação, popular, plural e capaz de juntar forças. É este o partido que queremos.

O BLOCO SURGE PARA AFIRMAR UM PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

A diminuição de influência eleitoral e social prender-se-á com dificuldades do quadro sociopolítico. Mas tem de se considerar que a orientação seguida, à margem de uma aprofundada auscultação da base, não foi adequada nem competente para enfrentar esse quadro.

O Bloco tem de estar, de forma autónoma e diferenciada, sem hesitações sobre o papel do PS no acolhimento das políticas neoliberais da UE e do alinhamento com os interesses hegemónicos dos EUA e belicistas da NATO.

A institucionalização e a quase exclusiva ação parlamentar como centro da iniciativa política, a secundarização das lutas populares e até o afastamento de combates laborais sujeitos a forte ataque do governo, retiraram coerência e diluiu o projeto político do Bloco.

Sempre que foi capaz de fazer balanço (auto)crítico dos insucessos e a correção dos erros, o Bloco reergueu-se e recuperou. É este o desafio que temos pela frente. Este balanço está por fazer e torna-se essencial para perspetivar futuro.

Após a XII Convenção, nas Legislativas antecipadas de 2022, a campanha centrada no objetivo da repetição de um acordo com o PS foi um dos fatores da derrota. Há que reconhecer o erro da orientação insistentemente prosseguida desde meados da legislatura 2015-2019. Caso contrário, o atual discurso contra a maioria absoluta PS torna-se incoerente, oco e retira confiança aos/às militantes e a muitos setores que apoiaram Bloco. Neste contexto, enfáticos apelos à luta afiguram-se perante largas camadas da opinião pública como oportunistas.

É preciso resgatar a ideia génese do Bloco. O risco de o campo popular e a esquerda perderem influência política e social é evidente e tem de ser enfrentado. Não o reconhecer e nada fazer para mudar esse rumo seria uma irresponsabilidade.

ACABARAM OS TEMPOS DO “CONTRATO SOCIAL” – ESTÁ EM CURSO A GUERRA SOCIAL CONTRA OS 99%

Os Estados europeus em geral não exercem um papel autónomo nas relações internacionais, submetidos à NATO e às imposições dos EUA.

Condenamos a agressão da Rússia contra a Ucrânia e exigimos a todas as potências envolvidas que, em vez de alimentarem a guerra, cessem imediatamente os combates e avancem para negociações de paz. Queremos Putin fora da Ucrânia e a NATO fora da Europa.

O “contrato social” foi rasgado e o que atualmente determina a elite europeia é a visão neoliberal. **A coberto da guerra na Ucrânia, está em marcha na UE a guerra social, uma ofensiva de destruição de direitos e redução de salários, de precarização e uberização do trabalho, de degradação de serviços públicos, de recuo em relação às metas climáticas e da produção de energia a partir de fontes fósseis.**

Os governos dos países da UE abdicam de uma política alternativa e soberana. O combate a esta posição é fundamental. A desobediência à UE é um elemento político soberano essencial de resistência.

A renegociação da dívida – injusta e impagável – deve ser colocada em cima da mesa na UE e na agenda política nacional e internacional.

A instabilidade caracteriza a situação internacional. Os EUA constituem o maior fator dessa instabilidade, com frequente recurso à agressão, como no Iraque, à chantagem belicista e ao conflito comercial, evidente no enfrentamento com uma China também em busca de afirmação como potência global. Rejeitamos o alinhamento com uma das partes. O nosso combate é anti hegemónico e ecossocialista.

A MAIORIA ABSOLUTA COMBATE-SE COM AS LUTAS SOCIAIS

A perda de poder de compra de trabalhadores e pensionistas é um facto dramático. O combate pela erradicação da pobreza e contra o empobrecimento são centrais na nossa intervenção política.

A construção de uma alternativa de esquerda para o país impõe o combate à política da maioria absoluta do PS, apoiada num novo projeto de sociedade, numa linha política autónoma, num sistema de alianças e na mobilização social para múltiplas lutas no espaço público.

Sobre o projeto de sociedade, reafirmamos o ecossocialismo.

Há que repor a radicalidade nas propostas e na intervenção social, da ação na defesa dos trabalhadores e nas respostas à emergência climática, em vez do eleitoralismo marcado pela superficialidade, gerido em função da possibilidade de entendimentos parlamentares com incidências governativas. Esta mudança é absolutamente necessária para a recuperação da confiança no Bloco.

A construção de uma alternativa política capaz de influenciar uma ampla maioria da sociedade, é um processo social e político de fôlego e com horizonte que não se resume a duvidosos acordos circunstanciais.

UM PROGRAMA COM COMPROMISSOS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

Esse programa tem de ser intransigente na defesa da reposição das condições para a contratação coletiva, o fim da “caducidade” dos CCT, combate à precarização das relações laborais e à *uberização*. Tem de assegurar robustos serviços públicos que garantam os direitos constitucionais à saúde, à educação, a reformas dignas e ao acesso universal à habitação, com a criação de um Serviço Nacional de Habitação que promova a oferta pública e cooperativa, combata a mercantilização deste direito e a especulação imobiliária.

São necessárias medidas urgentes de proteção das populações mais vulneráveis a fenómenos extremos, decorrentes da mudança climática. O país tem de evoluir para a produção descentralizada de energia a partir de fontes limpas, com a formação de comunidades locais de produção, distribuição e consumo.

O objetivo central da PAC é garantir os lucros do agronegócio europeu ao invés de apoiar os pequenos agricultores e o seu associativismo, promover a soberania alimentar, defender uma floresta multifuncional e biodiversa, com remuneração dos pequenos produtores que assegurem serviços ambientais e ecológicos.

Um programa para a alternativa assume o compromisso de levar a cabo a regionalização, como processo de descentralização e democratização do Estado associado à participação popular.

Lutamos por uma esquerda decidida a um novo compromisso civilizacional entre Trabalho, Ambiente, Conhecimento e novas gerações.

APOIAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS E DEFENDER A SUA AUTONOMIA

Os movimentos sociais desempenham um papel essencial e estratégico nas mudanças necessárias na sociedade, na economia, no ambiente, no combate aos conservadorismos, à fascização, à extrema-direita e à corrupção, na luta pelos direitos de género, LGBTQIA+, antirracistas e antineocoloniais.

A alavanca essencial para a mudança política são as lutas laborais, sociais e ambientais, em articulação com os vários movimentos, sem menosprezo pela luta no seio das instituições e da democracia representativa. A prioridade é favorecer a multiplicação das redes de ativismo e do sindicalismo à escala nacional, regional e, com enorme importância, a nível local e de locais de trabalho. A crise social, económica e ecológica atinge de forma particular os idosos, as crianças e as mulheres, em especial as que nada têm para além da sua força de trabalho. Destas lutas depende o enraizamento e ampliação do apoio popular à política alternativa de esquerda.

Nas **condições laborais**, assume prioridade a luta contra a precariedade e a *uberização*, por salários e reformas justas, pela redução do horário de trabalho para as 35 horas sem perdas salarial, pela defesa dos direitos dos imigrantes e da negociação e contratação coletiva que afaste a sua caducidade. No **direito à Habitação**, exige-se uma política pública que não esteja dependente do mercado; tetos nas rendas, fim dos despejos sem alternativa e garantia de que os milhares de fogos devolutos detidos pelos fundos de investimento imobiliário serão mobilizados pelo Estado, a curto prazo, para serem disponibilizados com rendas acessíveis. Na

Educação, aumento do investimento público, com redução do número de estudantes por turma, satisfação das reivindicações dos professores, criação de instrumentos para a qualificação e dignificação do corpo docente e uma avaliação justa de desempenho. Na **Saúde**, garantir um SNS forte, com médicos de família para todas as pessoas, carreiras profissionais dignas e fim da promiscuidade com o privado. Reconhecimento dos cuidadores informais. Na **Justiça**, igualdade no acesso aos tribunais, em especial pelos mais necessitados, redução das taxas de justiça, eliminar o carácter classista do regime da proteção jurídica, dotando-o de meios adequados. No **Ambiente**, combate aos interesses mercantis dos lobbies, com a criação de uma agência pública para a transição energética que apresse a política de carbono zero, promova a investigação nas alternativas limpas e garanta o não adiamento da redução na utilização de combustíveis fósseis, a coberto da guerra na Ucrânia.

O Bloco deve investir na aproximação, formação e organização de quantos/as queiram sindicatos com democracia e de combate. A relação bloquista com o movimento laboral, o movimento de massas mais forte organizado em Portugal, deve ser solidária e esclarecida.

Cabe à esquerda que não desistiu unir-se e participar nos movimentos sociais, nos combates anticapitalistas e anti neoliberais.

UM BLOCO CONSTRUÍDO COM A ALEGRIA DA PARTICIPAÇÃO E DA PLURALIDADE DEMOCRÁTICA

Os processos eleitorais do ciclo que se inicia com as eleições regionais na Madeira, precisam de preparação específica, mas todos exigem autonomia política, formas de cooperação interna, sem exclusões, e, na base, muito mais participação na definição e iniciativa política.

As eleições na Madeira têm a importância específica da procura do restabelecimento da representação parlamentar bloquista, perdida em 2019.

Às organizações locais do Bloco deve se conferida capacidade para avançar com candidaturas autárquicas, e programas eleitorais locais. Todo o empenho na promoção de candidaturas próprias do Bloco ou no eventual apoio a alianças populares à esquerda, na forma de coligações pré-eleitorais ou candidaturas independentes e cidadãs.

No Bloco, o pluralismo é uma riqueza que não deve ficar fechada e limitada às tendências. A valorização dos contributos das múltiplas experiências e saberes, com rejeição absoluta das perseguições internas por delito de opinião, é uma preciosa marca original do partido de que não podemos abdicar. Rejeitamos o crescente “centralismo burocrático” disfarçado de democrático.

O Bloco deve passar a estimular a descentralização e multiplicação de polos de iniciativa, ação e reflexão. Deve ganhar a cultura de porta-vozes, democraticamente legitimados. Só com responsabilização se formam quadros, rostos e equipas para as lutas sociais e para as disputas eleitorais nacionais, regionais e autárquicas.

Para reconstruir um Bloco forte, vamos dar atenção prioritária à atividade de base, promovendo a alegria da participação e da pluralidade democrática.



CALENDÁRIO DE DEBATES

DISTRITO/ REGIÃO	DATA	MOÇÃO A	MOÇÃO E	MODERADOR	LOCAL
Distrito de Aveiro	01/04 17:30	Bruno Maia	Luís Vale	Sónia Pinto	Sede Distrital de Aveiro (<i>R. José Joaquim Lopes de Lima, 14, Aveiro</i>)
Distrito de Beja	02/04 15:00	Isabel Pires	Adriano Zilhão	Gina Mateus	Bombeiros Voluntários de Beja (<i>Sala de Formação</i>)
Distrito de Braga	01/04 17:30	José Maria Cardoso	Alexandre carneiro	Sónia Ribeiro	Sede Distrital de Braga (<i>Av. Central, 54, 2ª, Braga</i>)
Distrito de Bragança	25/03 21:00	Adelino Fortunato	Manuel Carlos Silva	Rogério Paulo Martins	Online
Distrito de Castelo Branco	31/03 21:00	Marisa Matias	Carlos Matias	Plínio Sena	Sede Bloco de Esquerda de Fundão (<i>R. Restauradores, 1 LT, Lj 4, Fundão</i>)
Distrito de Coimbra	29/03 21:00	Miguel Cardina	Carlos Matias	Maria Helena Loureiro	Sede Distrital de Coimbra (<i>R. da Sofia 135 2.ª, Coimbra</i>)
Distrito de Évora	25/03 15:00	Joana Mortágua	José Casimiro	Sandra dias	Sede Distrital de Évora (<i>R. de Valdevinos, 20, Évora</i>)
Distrito de Faro	01/04 15:00	Luís Fazenda	Carlos Marques	José Moreira	Sede Distrital de Faro (<i>R. Dr. Justino Cúmano 13, Faro</i>)
Distrito da Guarda	01/04 21:00	José Manuel Pureza	António Ricardo	Maria Inês Pombo	Sede Distrital de Guarda (<i>Av. Cidade de Watterbury, Lote 11, R/C Esq, Guarda</i>)
Distrito de Leiria	31/03 21:00	José Gusmão	Adelino Granja	Lina Oliveira	Sede Distrital de Leiria (<i>Largo Marechal Gomes da Costa n.º55, 2400-148 Leiria</i>)
Distrito de Lisboa	30/03 21:00	Mariana Mortágua	Pedro Soares	Fabian Figueiredo	Sede Nacional (<i>R. da Palma 268, Lisboa</i>)



DISTRITO/ REGIÃO	DATA	MOÇÃO A	MOÇÃO E	MODERADOR	LOCAL
Distrito de Portalegre	25/03 15:00	Miguel Cardina	António Ricardo	Higino Maroto	Sede Concelhia de Ponte de Sôr (Tapada do Telheiro, Lote 2 loja 1, Ponte de Sôr)
Distrito do Porto	01/04 21:00	José Soeiro	Pedro Soares	Renato Soeiro	Sede Distrital do Porto (R. 5 de outubro, 309, Porto)
Distrito de Santarém	01/04 17:00	José Gusmão	Carlos Matias	António Ferreira	Sede Concelhia do Entroncamento (R. Luís Falcão Sommer, 59A, Entroncamento)
Distrito de Setúbal	30/03 21:00	Jorge Costa	Mário Tomé	Vítor Rosa	Sede Distrital do Setúbal (R. Ladislau Parreira 68, Setúbal)
Distrito de Viana do Castelo	28/03 21:00	Maria Manuel Rola	Ricardo Salabert	Luís Louro	Sede Distrital de Viana do Castelo (R. de Santo António, 100, 1º, Viana do Castelo)
Distrito de Vila Real	26/03 21:00	Susana Constante Pereira	Rui Cortes	Catarina Peniche	Sede Distrital de Vila Real (Av. 1º de Maio 233, Vila Real)
Distrito de Viseu	02/04 15:00	Moisés Ferreira	Pedro Soares	José Miguel Lopes	Sede Distrital de Viseu (R. das Ameias, 6, 1º, Viseu)
Açores	31/03 21:00	António Lima	Manuela Tavares	Avelina Ferreira	Online
Madeira	25/03 15:00	Catarina Martins	Pedro Soares	Egídio Fernandes	Sede Regional da Madeira (R. dos Tanoeiros, 41, 3ºK, Funchal)
Migração	31/03 19:00	Bruno Góis	Manuel Carlos Silva	Helena Figueiredo	Online
Esquerda. Net	02/04 11:00	Mariana Mortágua	Pedro Soares	Mariana Carneiro	Online



CALENDÁRIO XIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

FEVEREIRO

- 04** - Reunião da Mesa Nacional convoca a XIII Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).
- 06** - Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.
- 19** - Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.
- 26** - Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XIII Convenção.
- 27** - Entrega à COC (coc.2023@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas.
- 27** - COC reúne às 17H30 para validar Moções.

MARÇO

- 03** - Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos).
- 16** - Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos.
- 19** - Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2.
- 20** - Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.
- 21** - Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção.
- 24** - Envio aos aderentes dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XIII Convenção.
- 24** - Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos.
- 25** - Início período debate das Moções.

ABRIL

- 02** - Final do período debate das Moções.
- 05** - Apresentação às Coordenadoras Distritais/Regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os.
- 06** - Validação das listas pelas Coordenadoras Distritais/Regionais e pela COC.
- 12** - Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais, e os textos das Plataformas.
- 14** - Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes.

MAIO

- 19** - Eleições delegadas/os à XIII Convenção.
- 20** - Eleições delegadas/os à XIII Convenção.
- 21** - Eleições delegadas/os à XIII Convenção.
- 24** - Sai deBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações dos Estatutos, guião votações das Moções).
- 27** - XIII Convenção.
- 28** - XIII Convenção.

**Participa na
campanha de
angariação de fundos**



doar.bloco.org



**BLOCO
DE ESQUERDA
LEVAR O PAÍS
A SÉRIO**

BLOCO.ORG | ESQUERDA.NET